

Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 70 Nº 23278

DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINHA

TERÇA-FEIRA 10 JULHO 90 70\$00

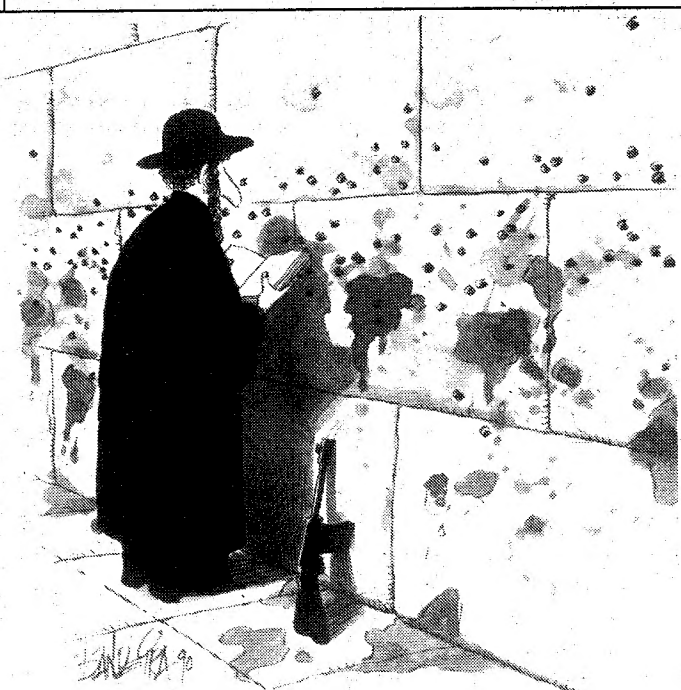
Depoimentos sobre uma questão nacional

Macau para além dos escândalos

«Tudo está bem quando acaba em bem», diz o ditado. Assim se poderia dizer do «caso» que opôs, recentemente, o Governador de Macau ao Ministro dos Assuntos Parlamentares, devido aos cortes que o primeiro impôs ao discurso de 10 de Junho do segundo. «Ambos actuaram em nome do interesse nacional», concluiu a Comissão Parlamentar, depois de os ter ouvido. O interesse nacional, esse, é que foi difícil perceber qual

era, entre as contraditórias versões apresentadas. Para o tentarmos determinar, pusemos quatro perguntas a seis políticos portugueses habitualmente atentos a estas questões: Ramalho Eanes, Medeiros Ferreira, Freitas do Amaral, Albano Freire Nunes, Alberto Martins e Nuno Delerue. Deste último falhou-nos a resposta. As dos restantes vêm na Grande Angular.

Págs. 2, 3 e 4



Médio Oriente: os tambores da guerra

Do nosso enviado especial Duarte Calvão

Págs. 16, 17 e 18



Anabela Loureiro

O trânsito da nossa impaciência

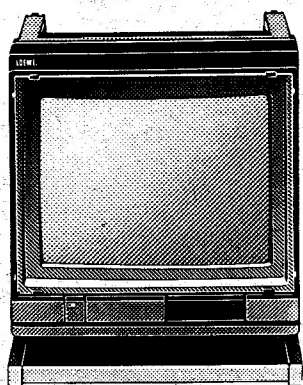
A adesão quase total dos trabalhadores da Carris à greve tornou ainda mais difícil a hora de ponta desta manhã: se por um lado faltaram nas ruas os autocarros e eléctricos, por outro, as viaturas próprias em que se deslocaram muitos dos habituais utentes daquela empresa

provocaram verdadeiros engarrafamentos.

Segundo uma fonte da Brigada de Trânsito da GNR, os efeitos da paralisação, que decorreu das 5 às 8 horas, fez-se sentir nas longas filas, que na margem sul atingiram vários quilómetros.

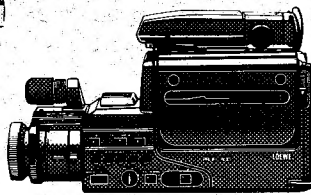
A greve, convocada pelas estruturas da UGT e da CGTP, repetir-se-á quinta-feira, das 16 às 19 horas, caso a administração da empresa não aceite as reivindicações sindicais: correcção salarial, redução dos horários de trabalho e enquadramento profissional.

Pág. 13



Loewe Profi P115
TV portátil/monitor
50 programas
Cinescópio de 40 cm,
Flat-square
Hiperbanda

Loewe Camcorder
Profi 810
1170 gr de
técnica de vanguarda



LOEWE.

Representante em Portugal:

SOC. DE REP.
SANTOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA S.A.
Porto ☎ 9515003 • Lisboa ☎ 77 78 24

«O DL» no TROFÉU JOAQUIM AGOSTINHO
com o patrocínio



Banix



pele prazer de conduzir
MOTOCICLOS



PORTE
PAGO

**Albânia: primeiros refugiados
chegam a Praga**

Pág. 10

**Nicarágua: de novo as barricadas
em Manágua**

Pág. 11

**Cuba: cinco dissidentes
na embaixada checa**

Pág. 11

Lotaria Popular: 1º 306 717
2º 418 426 3º 374 283 4º 100 311

Suplemento de Economia

Por causa dos Serviços de Informações Sampaio acusa Cavaco de abuso de poder

Jorge Sampaio anunciou ontem que se o primeiro-ministro continuar a ignorar a lei de 1984 sobre os Serviços de Informações da República, e se não criar o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, o partido «promoverá, na primeira reunião da próxima sessão legislativa, a abertura de um inquérito ao funcionamento de todo o sistema de Informações da República e ao apura-

mento das responsabilidades governamentais pela subversão do regime legal, definido, mas não cumprido, vai para mais de cinco anos. Sampaio acusou Cavaco de abuso de poder, e de «agir e deixar agir à margem da lei ou contra ela», e vai pedir uma audiência a Mário Soares para lhe expor as preocupações do PS neste domínio

Pág. 5

Macau, polémico Macau

Tão longe de Portugal e tão perto da China...

GRANDE ANGULAR

«O Governo da República Portuguesa e o o Governo da República Popular da China declaram que a região de Macau faz parte do território chinês e que o Governo da República Popular da China voltará a assumir o exercício da soberania sobre Macau a 20 de Dezembro de 1999.»

Nesta frase da Declaração Conjunta luso-chinesa sobre a questão de Macau se resume o que de essencial rege neste momento a situação naquele território chinês sob administração portuguesa. Nela se contém, também, as questões que fizeram do caso das alterações introduzidas pelo Governador de Macau, Carlos Melancia, no discurso preparado para as celebrações do 10 de Junho pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Dias Loureiro, que se deslocou ao território em representação, não apenas do Governo a que pertence, mas do Presidente da República - a quem, no entanto, não dera prévio conhecimento do discurso - um tema de primeira página, não apenas em Lisboa, mas também em Macau e em Hong-Kong.

E se todos concordavam em vislumbrar, por trás das críticas ao Governador, o jogo de rivalidades entre S. Bento e Belém, as coisas mudaram de cariz quando Carlos Melancia, falando à saída de um encontro com o primeiro-ministro, se referiu a «incontenção, por parte das autoridades da República

Popular da China, no que refere a problemas que dizem respeito a Macau» e a «afirmações que são quase imposições» por parte do Vice-Director do Gabinete chinês de Hong-Kong e Macau, Lou Ping, e afirmou que esta «incontenção» da parte chinesa é «um quadro perfeitamente anormal no quadro das relações com a China, que costuma ter sempre a maior cautela», «uma indicação que alguma coisa está a mudar». As palavras do Governador tiveram eco imediato em Macau e Hong-Kong - vê «Melancia: um lusitano resoluto com mandato a prazo» - e levaram os representantes de Pequim no território a, travando a sua própria «incontenção», vir a terriro dizer que eventuais problemas nas relações luso-chinesas deveriam ser tratados apenas pela via diplomática.

Levantaram-se assim, nos últimos dias, um conjunto de questões que foram das relações Portugal/China às relações S. Bento/ Belém sobre a questão de Macau, das prioridades para o território às relações a ter, ou não ter, com Taipé. Questões essenciais, é certo — mas também discussões inabituais na praça pública portuguesa, onde os conflitos institucionais ultrapassam normalmente a discussão de temas nacionais.

Depoimentos sobre uma questão nacional

Quando se fala de ver Macau como uma questão nacional, pensamos que, de forma mais ou menos continuada, têm seguido esta questão: Ramalho Eanes, antigo Presidente da República, Medeiros Ferreira, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, também antigo Detentor da esma pasta e dirigente do CDS, Albano Freire Nunes, dirigente do PCP, Alberto Martins, deputado do PS, Nuno Delerue, deputado do PSD. A resposta deste último não nos chegou, no entanto, no prazo combinado - pelo que lamentamos não a poder apresentar.

Quatro perguntas para uma grande questão

1 - A questão de Macau coloca-se no quadro da Declaração Conjunta Luso-Chinesa. Contudo, parecem existir algumas divergências no entendimento da posição portuguesa face à República Popular da China, no que a Macau respeita. Em seu entender, como devem ser conduzidas as relações Portugal-China e a administração do território? Devem caber ao Presidente da República, ao Governo, ou a ambos?

2 - A fazer fé em declarações vindas a lume nos últimos tempos, Governo e Presidente da República parecem ter um entendimento diferente quanto às prioridades na administração portuguesa de Macau. Em seu entender, deverá a prioridade ser dada ao investimento em grandes empreendimentos ou à promoção da língua e cultura portuguesas?

3 - Também nos últimos dias, queixou-se o Governador de Macau de interferências da China na condução de assuntos do território. Até 1999, a administração de Macau deverá ter em conta exclusivamente os interesses portugueses ou já deverá ter em conta os da China, em que o território se integrará nessa data?

4 - Qual deve ser a posição portuguesa face a Taipé?

Ramalho Eanes:

«China aproveita vulnerabilidade da situação»

1-A condução das relações de uma RP da China é da competência e responsabilidade do Governo, pois só a ele cabe a condução da política externa. Ao PR cabe, constituicion-

almente também, ser informado, pelo PM, «dos assuntos respeitantes à condução da política (...) externa».

A declaração conjunta sobre Macau, resultado de uma laboriosa negociação

dos Governos da RP da China e de Portugal - estabelece que:

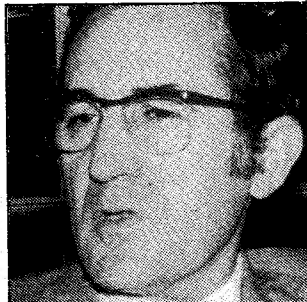
(...) O Governo da República será responsável pela administração de Macau. (...) Continuará a promover o desenvolvimento económico e a preservar a estabilidade de Macau.

(...) Afim de assegurar a aplicação efectiva da (...) declaração conjunta, e criar as condições apropriadas para a transferência de poderes em 1999, será instituído o grupo de ligação (na dependência dos respectivos governos). Daqui se deduz a necessidade e obrigação de definir e executar um conjunto de políticas no território até 1999.

Acontece, porém, que ao Governo falta competência para bem se desempenhar dessa tarefa.

Na verdade, nem sequer a condução da política geral do território e a superintendência no conjunto da administração pública estão sob a alçada do Governo da República. Constituem, sim, competência própria do governador (16-EOM). E este não depende do Governo, que também não participa na sua nomeação ou exoneração, nem dispõe de capacidade legal para conduzir a acção governativa no território (não lhe cabe definir ou aprovar políticas, aprovar meios para a sua execução, nem fiscalizar a acção do executivo).

O EOM, dando sequência a um preceito constitucional, estabelece que o governador é nomeado e exonerado pelo PR, sem referir qualquer participação do Governo.



A situação criada coma declaração conjunta e a necessidade de unidade e eficácia, com a RP China, aconselhariam, aquando da revisão do EOM, que fosse formalizada uma ajustada co-responsabilidade do PR-Governo, pelo menos na nomeação e exoneração do governador e na responsabilização de soberania. Não se quis ouvir este conselho de bom senso e de indiscutível interesse nacional. A vulnerabilidade da situação é evidente e a RP da China tem-na tentado aproveitar.

Mas o que importa, neste momento, para o País e Macau, é encontrar resposta alternativa suficiente que resolva a vulnerabilidade existente.

Enão será, apesar de tudo, difícil. Aponta-se o esboço de uma hipótese de solução: «Um Estado-Maior conjunto, e permanente, Governo-PR, definiriam a estratégia negocial, para o grupo de ligação. Analisaria e fiscalizaria as políticas do território.

Proporia alteração ou substituição de objectivos, políticas e meios, à aprovação conjunta do PR-Governo da República.

- Existirão outras hipóteses de solução. Que a considerada melhor fosse adoptada rapidamente, para

garantir a unidade e eficácia do Estado na negociação com a RP da China, e a satisfação dos compromissos assumidos relativamente a Macau, das justas expectativas dos macaenses, da responsabilidade histórica de Portugal.

2-Uma estratégia política para Macau deveria ter como objectivos principais, logo prioritários:

a)-Influenciar a lei de bases, de todas as maneiras possíveis, e, especialmente através do EOM, que deveria ter consagrado, com precisão, «coordenadas jurídico-políticas caracterizadoras da cultura e perfil democrático da Nação portuguesa e que constituem património cultural do Povo de Macau». Deveria ter levado o respeito pelos direitos humanos, a independência dos Tribunais, a autolimitação do poder governativo, a submissão das autoridades administrativas aos Tribunais, tão longe quanto o permitisse a declaração conjunta. Deveriam, ainda, criar-se condições socioeconómicas e culturais propícias à consecução deste objectivo.

b)-Criar instituições que pudessem merecer o interesse da população local e da própria RP da China e pudessem, também, levar uma e outra a interessar-se pela língua e colaboração portuguesa. (Exemplo 1: Existência de uma Universidade e Institutos Superior e Médio, onde fossem preparados técnicos superiores, com mérites para os PVD, e frequentados, desde o início, por bolseiros dos PALOP/Portugal/China/ Brasil (eventualmente). Exemplo 2: Insti-

tuto de Estudos sino-luso-africanos, com a missão de investigar, «registar» e ensinar a história das relações entre portugueses, africanos e chineses em Macau e em razão de Macau.

c)-Apoiar técnica e financeiramente o estabelecimento de sociedades de advogados que dominassem o português/chinês.

d)-Reestruturar e modernizar o sector industrial com vocação exportadora para a CEE e PALOPS, com o apoio técnico-financeiro de Portugal. Apoiar os jovens empresários macaenses, que tivessem feito, com aproveitamento, cursos intensivos de português e gestão.

e)-Construção das infra-estruturas indispensáveis ao funcionamento harmonioso da economia macaense, condicionalmente já o quadro provável que resultará do funcionamento das RAE. Execução de empreendimentos de índole social, também para acentuar a diferenciação da vida em Macau, relativamente à China contígua.

3-A administração de Macau deverá ter como missão fundamental conseguir, e legar em 99, firme garantia de respeitabilidade da maneira de «ser e viver» das gentes de Macau.

Tratar-se-ia, pois, de criar todas as condições jurídico-políticas, socioeconómicas e culturais, capazes de garantir, ao povo de Macau, a livre fruição do seu singular património colectivo.

A eficácia da acção a conduzir exige honesta fidelidade ao acordado com a China e sensibilidade à evolução da sua situação interna.



Macau: o ponto final do Império

Melancia: um lusitano resolutivo com mandato a prazo

O «grande interesse» de Portugal consiste em conseguir este objectivo e, através dele, assegurar uma «presença portuguesa» em Macau e manter condições especiais de relacionamento futuro com a China.

Há ainda, naturalmente, interesse em aproveitar esta última oportunidade para dar à descolonização a dignidade que não teve, e que a histórica «solução imperial portuguesa» merecia.

4-A nota de 6 de Janeiro de 1975, do MNE dirigido por Mário Soares, estabelecia que «(...) Para o Governo Português o de Pequim era o único representante de todo o povo chinês; que a Formosa era parte integrante da RP da China; que o território de Macau poderia ser objecto de negociação no momento considerado oportuno por ambos os governos (...)».

Não conheço factos supervenientes que justifiquem alteração à posição e compromissos, então, assumidos.

No entanto, sendo o Governo o órgão de soberania que conduz a política externa portuguesa, só a ele caberia redefinir a posição portuguesa, se, para tanto, existissem motivos.

Difícil será, aliás, perceber que exista relação de coerência entre a visita do governador de Macau e Pequim, (pouco depois de Tiananmen), as alterações introduzidas ao discurso do ministro da República Portuguesa, (lido em 10 de Junho), e a visita de um secretário do Governo de Macau à Formosa.

Eu confesso que não entendo esta confusa e preocupante «acção externa».

Um comentarista do diário «Hong-Kong Standard» felicitava recentemente Carlos Melancia pela sua atitude de «lusitano resolutivo» que ousou fazer face «alto e bom som» contra as interferências da China em Macau.

O comentarista recomendava ao Governo da colónia britânica que seguisse o exemplo, mas, páginas antes, o correspondente em Macau do mesmo jornal escrevia que Melancia voltara a casa «parecendo ter superado as tempestades que o assolam em várias frentes» e referia, citando fontes próximas do governador, que Mário Soares decidira mantê-lo no cargo «até, pelo menos, o termo do seu mandato presidencial».

As pouco habituais declarações de Melancia em Lisboa insurgindo-se contra «as incontinências verbais» dos dirigentes chineses e suas interferências na administração de Macau foram primeira página dos jornais de Macau e Hong-Kong e desencadearam comentários engenhosos.

Um cronista de um diário chinês de Macau interrogou-se sobre se a nova atitude do governador fazia parte de alguma estratégia política para sanar o conflito aberto com o ministro Dias Loureiro, enquanto outros indagavam sobre o porquê do atraso na reacção de Melancia face às repetidas recomendações e exigências dos dirigentes de Pequim.

O principal jornal inglês de Hong-Kong, «South China Morning Post», editorializou sobre o caso, comentando ter chegado a vez de Macau sentir e revoltar-se contra as interferências da China, mas, a maioria dos analistas concluiu ser um facto da vida que Pequim apertara ainda mais no futuro a taracha sobre as administrações portuguesa e inglesa.

Ao contrário do governador de Hong-Kong, Sir David Wilson, que foi desapiadamente alcunhado de «pato coxo» pela Imprensa da colónia pelo seu apaziguamento diplomático face a Pequim, Melancia raramente teve de enfrentar críticas públicas pela sua política de constante e reiterada «cooperação e bom entendimento» com a China.

Nem a demissão do seu secretário-geral para a Justiça, Magalhães e Silva, que invocou, entre outras razões, divergências na condução do relacionamento com a China, alterou essencialmente a situação.

Agora, depois das críticas às interferências da China em questões do foro da administração portuguesa, Melancia está numa situação mais delicada.

Quer o director da «Nova China» em Macau, Guo Dong Pao, quer o representante máximo de Pequim em Hong-Kong, Zhou Nam, vieram a terroir afirmar que eventuais mal-entendidos nas relações sinoportuguesas têm de ser tratados pela via diplomática, contrariando, de facto, a política de pressão pública praticada até agora pelas autoridades chinesas.

Nenhum representante de Taiwan, por sua vez, se fez eco da questão preferindo guardar a política de «baixa exposição» que os nacionalistas chineses seguem em Macau e em Hong-Kong perante as críticas constantes de Pequim.

A delicadeza impediu a maioria dos comentadores de perguntar que política afinal pretenda seguir Portugal, quantas atitudes oficiais e oficiosas tem face à China, que estatuto oferece a Taiwan e, sobretudo, que pretende Melancia: um refrigerio diplomático ou uma partilha de águas com o Governo de Cavaco Silva.

A falta de concertação e as escaramuças da guerrilha persistente entre o governador e o Governo da República de tão óbvias, nem mereceram comentários desenvolvidos na Imprensa de Macau e Hong-Kong.

A questão final ficou recalcada e em conversa de bastidor. A credibilidade do executivo de Melancia é pouco alta ou demasiado baixa, consoante o ponto de vista, pela persistência de escândalos, demissões, casos administrativos e negociatas pouco claros.

Este óbvio défice de credibilidade debilita necessariamente qualquer atitude de força da administração portuguesa em Macau. A agravar a situação a falta de confiança do Governo de Cavaco Silva na administração socialista de macau elimina a partida qualquer política concertada face à China, sobretudo, se o executivo de Lisboa pretender assumir a parte de leão no trato com Pequim.

Finalmente, se a manutenção de Carlos Melancia no cargo e questionada ciclicamente que força negocial resta à administração portuguesa em Macau?

Tudo somado e porque a China leva facilmente a água ao seu moinho nos assuntos de Macau a polidez comendou que os comentários se abstivessem de questões ingratas, guardando-se para assistir aos próximos actos de Carlos Melancia e aos tufões que as eleições presidenciais lançarão sobre Macau.

C.G.B.

COMENTÁRIO

Descolonizações a pronto e a prazo

Se não quizermos cair em eufemismo semelhante ao das províncias ultramarinas, tão conveniente politicamente quanto este, só que agora numa perspectiva bilateral, temos de reconhecer que Macau, apesar de algumas peculiaridades históricas e de uns tantos artifícios institucionais, foi e é ainda uma colónia. A transferência da soberania de Portugal para a China será, assim, na sua essência, um acto de descolonização. Com ele se fará o ponto final definitivo num império de que parte substancial foi mantida tempo de mais e acabada em tempo de menos.

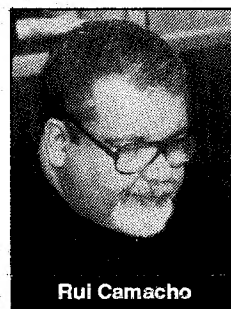
Em Macau, está estabelecido que se faça uma descolonização a prazo. Em África, fizemos uma descolonização a pronto. E se, perdido, na maioria dos casos, o controlo da situação, a prontidão excessiva com que nos descartámos das colónias africanas e abandonámos Timor foi um erro, pago duramente tanto pelos ex-colonizadores como pelos ex-colonizados, as últimas evoluções da questão Macau levantam dúvidas de que o alargado período estabelecido para a preparação de uma transferência de poderes gradual se traduza só em vantagens. É já legítimo o receio de que, quanto mais tempo houver para uma tranquila e paciente evolução a ritmo oriental, mais erros se cometam da nossa parte.

E se, nas descolonizações dos anos 70, se fez mal e depressa, em parte, porque isso convinha a algumas facções políticas, mas sobretudo porque a má consciência colonialista pressionava os militares, desejosos de se libertarem desse complexo de culpa, o risco que agora parece que corremos é o da inconsciência.

Embora, entre os objectivos prioritários a atingir no processo gradual da transferência da administração de Macau para a China seja frequentemente referida a salvaguarda da «maneira portuguesa de viver», o facto é que no território se viveu sempre de uma forma marcada pelos hábitos da população maioritária oriental do que pela influência da minoria europeia. Daí resultam códigos de comportamento de aceitação recíproca difícil, entre os quais só raramente se consegue definir pontos de equilíbrio. No confronto das duas culturas, a intolerância e a permissividade pisam terrenos muito próximos - terrenos, além disso, minados por animosidades pessoais que facilmente despontam num meio tão pequeno e isolado como é o dos portugueses que ali vivem e pela rivalidade política que, pelos mesmos motivos, é particularmente acesa no território.

É, por isso, difícil, sobretudo para quem detenha responsabilidades administrativas, viver imaculado em Macau. Verdades ou boatos são sementes igualmente fecundas dos escândalos que frequentemente agitam a opinião pública local e que mãos diligentes exportam, ora para Lisboa, ora para a vizinha Hong-Kong. Ao aproveitamento desses escândalos, numa linha favorável aos interesses subterrâneos de alguns partidos, não têm faltado adesões, aparentemente mais interessadas em afastar para eles as atenções atraídas pelos que ocorrem aqui mais perto do que em evitar as manifestações de fissuras na frente negocial solidária que deveríamos apresentar face à China.

Muito há a fazer, como se conclui dos depoimentos registados nestas páginas, para que, quando deixarmos Macau, lá fique alguma coisa que perpetue a nossa presença em terras da China. Uma delas, é uma profunda alteração do comportamento dos nossos responsáveis políticos. Para isso, temos indiscutivelmente tempo.



Rui Camacho

Macau, polémica Macau

Medeiros Ferreira:

«Taiwan - o melhor é esquecer»

1-Sou favorável a uma maior intervenção do Presidente da República na via política do país e, portanto, também na gestão da transição em Macau. Se se treinar o Governo a agir em conformidade com o Presidente da República a gestão da transição em Macau poderá ser melhorada, como melhorada poderá ser a gestão do país. Mas que sentido tem o Presidente da República assumir responsabilidades directas em Macau e não ser tido nem achado nas posições portuguesas sobre a União Monetária Europeia ou sobre a União Política Europeia? Eis uma autêntica «chinesse» da nossa revista Constituição.

2-Os alemães acabam de provar que a língua nem sempre é o mais importante, enquanto que os laços económicos e financeiros podem remover montanhas. A promoção da língua portuguesa é importante na Europa, em África, na América Latina e nos organismos internacionais. Em Macau, é demasiado tarde para a língua portuguesa se impor com vigor. Sou, portanto, por empreendimentos com receitas a prazo asseguradas. Mas, por favor,

Freitas do Amaral: «Prioridades paralelas»

I-O que segundo a Constituição pertence conjuntamente ao Presidente da República e ao Governo são apenas os actos relativos à promoção da autodeterminação e independência de Timor-Leste. Em tudo o mais, não há competências conjuntas - ou se trata da administração do território de Macau, e a superintendência cabe ao Presidente da República ou se trata da política externa portuguesa (relações Portugal-China) e aí a competência pertence ao Governo.

II - Tanto o investimento em grandes empreendimentos como a promoção da língua e cultura portuguesas devem ser prioridades paralelas na administração portuguesa de Macau.

III - A administração de

Albano Nunes:

«O essencial é a clareza da política»

1. Compreende-se e aceita-se o especial papel atribuído ao Presidente da República. Trata-se porém de uma questão de Estado de que nenhum órgão de soberania deve ser arredado. No respeito pela declaração conjunta luso-chinesa, o essencial é a clareza da política, a transparência dos processos, o exame e pronto esclarecimento de questões controversas com rejeição firme de interesses particulares (e muitos há) e cedências a grupos de pressão.

2. O essencial em qualquer



poupem ao tesouro português mais «Cahoras Bassas»!

3-Na Comunidade Europeia, Portugal tanto aparece a defender os textos do Norte do país como os textos orientais de Macau. É certo que até aqui ninguém protestou, mas até quando? Em Macau, sempre se coabitou com a China, antes, durante e após de Ferreira do Amaral, Salazar e Mao Tse Tung. O nosso mal é pensarmos que teremos no futuro um destino oriental diferente do de Hong-Kong, após o período de transição. Nem a Índia, nem o Brasil, nem a África nos servem de emenda. Estou a ver que alguém vai ter de ficar com as culpas para que outros continuem a errar irresponsavelmente.

4-Quanto a Taiwan, o melhor é esquecer.

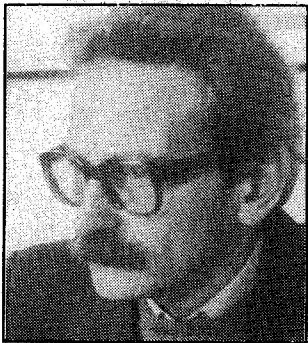


Macau até 1999 deverá ter em conta a necessidade de deixar raízes sérias e sólidas da presença portuguesa na perspectiva da inevitável transferência de soberania que ocorrerá em 1999.

IV - Portugal deverá continuar a respeitar, a esse propósito, os compromissos que assumiu aquando do estabelecimento de relações diplomáticas com a R.P.C..

política patriótica e democrática é atender no concreto aos interesses económicos, sociais e culturais da população. A salvaguarda do património histórico e cultural resultante da secular presença portuguesa em Macau deve obrigatoriamente constituir preocupação fundamental.

3.A originalidade do processo de transferência de soberania de Macau de Portugal para a R.P. da China tem muitas e complexas implicações. Não seria bom caminho da parte portuguesa



procurar criar situações e factos consumados em confronto previsível com o que serão as soluções da R.P. da China depois da transferência da soberania. Importa também, para além do que foi dito na resposta anterior, ter em conta os interesses de

Alberto Martins:

«Não podemos perder tempo»

1 - As relações entre Portugal e a China devem ser conduzidas no quadro do diálogo e respeito mútuo entre os nossos dois países, na convicção de que o encontro histórico entre as duas civilizações pode ter em Portugal um embaixador privilegiado. Se em termos constitucionais é ao Presidente que cabe a direcção política do território de Macau, nomeando o seu governador, e a representação externa do Estado, é ao Governo que cabe a condução da política externa. Neste sentido, Macau como questão nacional deve merecer, no respeito pelas competências próprias, uma adequada intervenção dos órgãos de soberania, Presidente da República e Governo.

A declaração conjunta luso-chinesa é um tratado entre Portugal e a China que constitui um compromisso do Estado português, assinado pelo Governo, com vista a transferência de administração do território para a China até 1999, salvaguardando valores institucionais decisivos de permanência da cultura e do modo de ser português.

2 - As tarefas e prioridades do território de Macau na fase de transição deve ser simultaneamente: A promoção das condições infraestruturais ao desenvolvimento do território (o aeroporto e a ponte são disso expressão); a institucionalização de condições sociais de vida colectiva que Portugal pode legar ao território, nomeadamente um sistema de organização judiciária e administrativa que garanta a salvaguarda dos direitos fundamentais, as condições efectivas do seu exercício e os mecanismos de aplicação autónoma e democrática do direito.

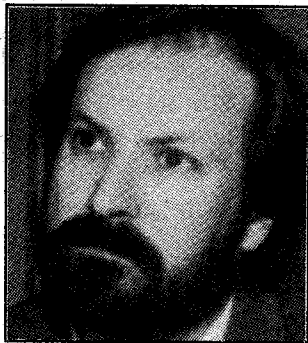
A organização judiciária autónoma de Macau e o aeroporto são as duas medidas da ligação universal de Macau ao mundo exterior, capazes de perdurarem no futuro como janelas abertas ao Ocidente, e em diálogo com a China.

3 - Não é possível pensar no futuro de Macau sem per-

GRANDE ANGULAR

longo prazo no relacionamento de Portugal com a R.P. da China. Neste processo o respeito pelos princípios da soberania, não ingerência nos assuntos internos, vantagens recíprocas, cooperação para a paz, devem estar sempre presentes.

4. Basicamente considerar a questão de Taiwan como assunto interno chinês e favorecer os processos que conduzam à incorporação de Taiwan na R.P. da China.



ceber se os nove anos que faltam são uma ponte com o futuro, uma ponte já lançada e viva com a China, mas sem perder de vista aquilo que nos é essencial e deve perdurar.

Não podemos é perder tempo. É por isso Portugal e o Governo devem assumir com prontidão e competência as tarefas que lhe cabem. Nesse plano surge a elaboração pela Assembleia da República da lei de bases do sistema judiciário como matriz estruturante da organização judiciária autónoma do território e capaz de concluir a reformulação do arco de poderes em que se estrutura o Estado democrático moderno.

4 - A posição da política externa portuguesa deve ser conduzida na compreensão das particulares relações com a República Popular da China, com diálogo, com a estima que resulta da vida entre povos que se conhecem há séculos. E não configurar-se a uma representação externa que, neste momento vital das relações com a China, se confina à modéstia, quase humilhante, de um pequeno andar sitiado em zona secundária de Pequim (com o que tudo isto simboliza).

A lógica de um país dois sistemas, que a China defende, encarando sobretudo a situação de Taiwan, tem em Macau, à sua escala, um exemplo que os portugueses poderão com firmeza, e diálogo, recriar. Nalgumas medidas somos, e devemos sê-lo, uma mostra e espelho de um futuro que a China quer construir (e que nós poderemos em certa medida condicionar positivamente).

É esse também o nosso desafio.

O regresso de «O Vingador» ou as originalidades da imprensa de Macau

Só em Macau é possível que um jornal, sem citar uma única fonte, escreva preto no branco que o representante da «Weidelpian», Strecht Monteiro, entregou em Lisboa em data incerta ao administrador da Emaudio Rui Mateus uma quantia indeterminada de dinheiro em notas do Banco de Portugal para facilidades no concurso de consultadoria do Gabinete do Aeroporto do Território.

Terá de ser um jornal sui generis para adiantar que a empresa alemã gravou uma conversa telefónica de um seu representante com Carlos Melancia indagando sobre as credenciais de Rui Mateus e os concursos do Aeroporto sem que ninguém reaja, processe ou se ria.

Tudo isto fez na última quarta-feira, prometendo muito mais, o nóvel diário «Macau Hoje», propriedade e obra do advogado local Carmona e Silva, declarado inimigo pessoal de Carlos Melancia a quem já recomendou por diversas vezes o caminho da demissão para além de ter apodado o governador de mentiroso em manchete de primeira página.

O tablóide de 8 páginas e concepção amadora é o terceiro jornal do advogado Carmona e Silva, antigo apoiante do governador Almeida e Costa, e apresenta as mesmas características dos seus antecessores: vingança declarada contra desacatos, insuficiências, incompetências e corrupção — verdadeiras, indiciadas ou imaginárias — da administração socialista e de uns quantos inimigos pessoais.

Em si mesmo, restringindo-se a um âmbito de paróquia, o jornal saído no início desta semana nem seria notícia, mas os antecedentes apontam em contrário.

O primeiro semanário do causídico, «Comércio de Macau», criado em 1987, após uma vigorosa campanha pessoal e política contra Carlos Melancia aabou comprado por um grupo ligado à firma «Construções Técnicas» e o seu subsequente rumo editorial redundou num situacionismo inteligente.

O advogado reincidiu e lançou, em 1988, o semanário «Expresso do Oriente», que vendeu igualmente por bom preço a um intermediário da «Fundação Oriente», de Carlos Monjardino. O «grupo de amigos de cultura» que adquiriu o jornal para o transformar alegadamente num órgão de intervenção cultural desistiu entretanto do empreendimento e o semanário finou-se.

Pelo enredo anterior se percebe que o novo diário, que hoje acusou o governo de interferir nos tribunais e desrespeitar os juízes, está prometido a um futuro promissor que, em hipótese provável, passará por uma transacção pacata de qualquer grupo ou empresa próxima da administração do território.

O diário servirá ainda de motivo de batalha para outro semanário, a «Tribuna de Macau» — propriedade do advogado e deputado local Neto Valente — que aposta precisamente nos valores e interesses opostos do jornal de Carmona e Silva.

No panorama da Imprensa portuguesa de Macau o terceiro semanário existente, «O Clarim», ligado a diocese local, far-se-á eco das polémicas provocadas pelo «Macau Hoje», a manter-se a sua recente linha editorial de oferecer guarida e críticos da administração.

Para já, logo na primeira edição, «Macau Hoje» acusou a Polícia Judiciária de pressionar o director de «O Clarim» para obter a identidade do autor de um artigo crítico do entretanto demissionário secretário-adjunto da Justiça, Magalhães e Silva.

Do que sobra os leitores portugueses poderão continuar a ler os comentários entre o cínico e o desiludido do director do vespertino «Jornal de Macau», João Fernandes, colaborador habitual do semanário de Lisboa «O Diabo», que, recentemente, Melancia nomeou para o seu conselho consultivo.

Finalmente, pela manhã, um diário histórico, «Gazeta Macaense», continuará a oferecer recortes de telexes da Agência Lusa, a alguns comentários sobre o estado da toponímia local, das retretes ou da iluminação públicas, além, da prosa original do historiador padre Manuel Teixeira, que hoje na sua coluna «Grãosinhos de Bom Senso» vituperava contra a loucura do mundo pelo futebol, concluindo que «a Idade Média tinha mais juízo do que a actual».

O estranho em toda esta imprensa portuguesa é que a publicidade não sustenta as despesas dos jornais e as vendas nunca ultrapassam os 2000 a 2500 exemplares.

C.G.B

POLÍTICA

Governo acusado de abuso de Poder

Socialistas exigem saber quem controla as «secretas»

«É preciso saber quem controla quem e quem controla os controladores». A frase é de Alberto Martins, membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista, ontem, na conferência de imprensa sobre o domínio dos militares nos serviços de informação em Portugal.

O assunto é de grande melindre para todos os partidos políticos e tem a importância devida à defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. A presença de Jorge Sampaio na conferência de imprensa é reveladora da importância que o principal partido da Oposição dá a esta matéria e indica que o assunto será utilizado na esgrima política entre o PS e o PSD.

O líder socialista anunciou que se o primeiro-ministro continuar a ignorar a lei de 1984 sobre os Serviços de Informações da República e não criar «o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, o PS promoverá, na primeira reunião da próxima sessão legislativa, a abertura de um

inquérito parlamentar ao funcionamento de todo o sistema de Informações da República e ao apuramento das responsabilidades governamentais pela subversão do regime legal, definido, mas não cumprido, vai para mais de cinco anos».

Em 1984, foi aprovada uma lei que dividia os serviços de informações em três componentes: o Serviço de Informações de Segurança, o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e o Serviço de Informações Militares. O objectivo era impedir a concentração das informações na mesma entidade e, como sublinhou Jorge Sampaio, «assegurar a subordinação de todas as funções do Estado ao poder civil democraticamente constituído».

Os socialistas acusam o Governo, em especial o primeiro-ministro, de «recusar cumprir a lei, não criar o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, transferir com abuso de poder as atribuições para o Serviço de

Informações Militares, e permitir a sobreposição de funções entre este e o Serviço de Informações de Segurança».

Sampaio desafiou Cavaco Silva a dizer se quer ou não alterar o Sistema de Informações da República. Entretanto, «o primeiro-ministro não pode atribuir aos serviços militares a produção de informações necessárias à garantia da independência nacional e à segurança externa do Estado (...) não pode agir, nem deixar agir à margem da lei ou contra ela».

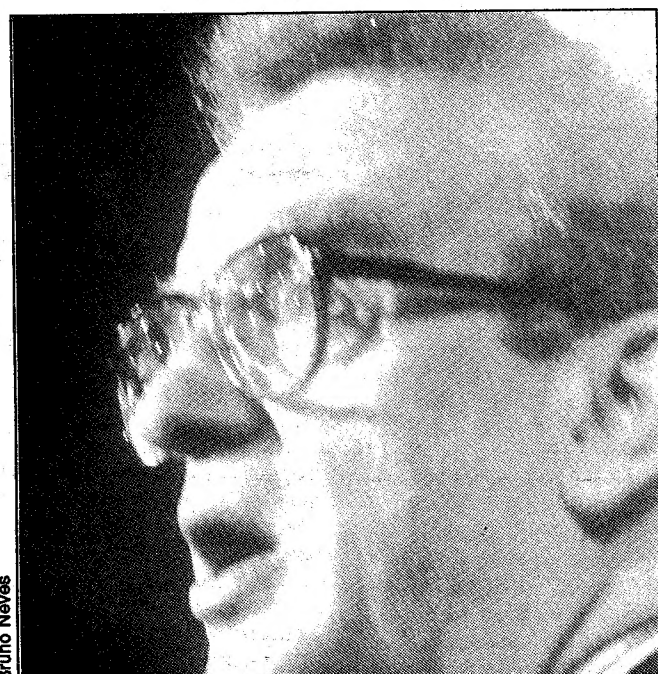
O líder do PS revelou ainda que «o primeiro-ministro, por simples despacho, atribuiu às Forças Armadas missões que claramente extravasam da acção militar, como é o caso do sistema de telecomunicações durante a Presidência Portuguesa da Comunidade».

O domínio dos militares no controlo de informações de segurança do Estado coloca problemas de fiscalização. O deputado Jorge Lacão sublinhou a gravidade da situação,

pois o domínio dos militares limita qualquer tentativa de fiscalização dos serviços de informação, nomeadamente do que à margem da lei, eventualmente, se esteja a passar em termos de violação da privacidade do simples cidadão.

O secretário nacional disse aos jornalistas, a título de exemplo, que a Comissão de Fiscalização dos Serviços de Informação «teve dificuldades em realizar o seu trabalho por não ter condições de sigilo profissional e devido a desentendimentos quanto ao âmbito das suas competências em relação a determinados serviços». Acresce ainda o facto de as informações sobre o trabalho realizado pelos actuais Serviços de Informações Militares serem dadas pelos responsáveis destes, o que, à partida, segundo os socialistas, limita as regras do jogo democrático.

Situação interessante é a da Comissão de Fiscalização dos Centros de Dados que, tendo acesso às informações dos computadores, não pode



Bruno Neves

Sampaio: «O primeiro-ministro não pode agir, nem deixar agir, à margem da lei ou contra ela»

analisar os ficheiros manuais porque a lei é omissa nesse aspecto.

Jorge Sampaio anunciou que vai solicitar uma audiência ao Presidente da República «para lhe transmitir as preocupações quanto ao desregulamento do Sistema de Informações de Segurança».

O debate na Assembleia da República começou esta manhã e todos os partidos da Oposição estão dispostos a fazer ouvir duras críticas ao

Governo. O assunto é particularmente delicado para os centristas. Mas, afinal, o projecto-lei das indemnizações aos expropriados era também um assunto quente para o PS e os socialistas ajudaram o CDS a fazer baixar à comissão especializada o seu projecto. É de esperar uma contrapartida por parte dos centristas quanto aos Serviços de Informações da República.

M.J.R.

Há apenas
um turista
que nos é fiel
há 800 anos:
O português

Cada um de nós, portugueses, está longe de fruir toda a magnífica diversidade, todos os recantos, todas as belezas que Portugal tem para nos revelar.

Está na hora de fazermos, cada vez mais, de cada região de Portugal, um destino de turismo de qualidade para cada português.

Se já o sabemos fazer tão bem para quem nos visita do exterior, vamos dar o melhor de nós mesmos a cada turista português.

O único que nos é fiel há 800 anos.

Em cada um de nós há um viajante que só espera ser acolhido. Todo o ano.

Turismo em Português. Vamos dar-lhe o melhor de nós mesmos.

Consulte o seu Agente de Viagens.



Reprodução do Livro de Margalida Fronteira

Ministério do Comércio e Turismo



POLÍTICA

Senador americano preocupado com Timor

O senador democrata norte-americano, Clairborne Pell, que ocupa o cargo de presidente da Comissão de Relações Externas, pediu informações ao secretário de Estado, James Baker, sobre as iniciativas da Administração para investigar as violações dos direitos humanos em Timor-Leste.

Numa carta enviada a Baker, o senador democrata declara-se «profundamente consternado» com as violações dos direitos humanos em Timor e pede ao secretário de Estado que faça sentir as preocupações americanas na próxima cimeira da ASEAN (uma associação de países asiáticos).

Para Clairborne Pell, senador que representa o Estado de Rhode Island, no Nordeste americano, onde vivem numerosos emigrantes portugueses, Timor é um território sob «ocupação militar» da Indonésia. Pell afirma ainda recear que persistam os «abusos» cometidos pela Indonésia em Timor, descritos no relatório anual da Secretaria de Estado norte-americana, publicado anualmente a pedido do Congresso.

Ao referir-se a uma conversa mantida com o bispo Moore, de Nova Iorque, o senador democrata diz que há «relatos credíveis de que a polícia e os militares indonésios intimidam e torturam os timorenses».

Entretanto, um porta-voz da Secretaria de Estado referiu que James Baker deverá responder em breve à carta de Pell.

O problema de Timor-Leste, e nomeadamente as violações dos direitos humanos, vão ser discutidos em Nova Iorque, nos dias 9 e 10 de Agosto, pelo «Comité dos 24».

«Otelo já não é a bandeira dos revolucionários» — diz José Ramos dos Santos, réu do caso FP-25, que foi libertado. Para ele e outros companheiros seus, a luta dos trabalhadores acabará por desembocar na insurreição armada, quando houver condições para tal

Ramos dos Santos, réu do caso FP-25: «Não devemos renegar a luta armada»

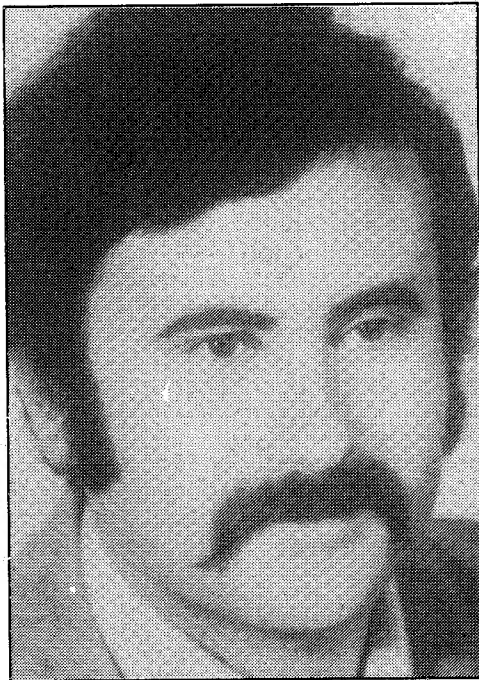
«Os revolucionários não devem renegar a luta armada» - afirmou esta manhã em conferência de Imprensa realizada em Lisboa José Ramos dos Santos, preso do caso FUP/FP-25 que acaba de ser libertado na sequência de absolvição num julgamento em Arraiolos.

Ramos dos Santos salvaguarda que a concretização deste princípio implica um conjunto de condições actualmente inexistentes, como o «fluxo de massas», resultante do acentuar da luta dos trabalhadores. Permanece, aliás, fiél à ideia de que acabará mais tarde ou mais cedo por desembocar na «insurreição armada».

Ao manter incólume a sua crença nas virtualidades da luta armada contra o Estado capitalista, o réu diz tomar uma posição «de dignidade», de que se reclamam igualmente outros quatro implicados no caso, que ainda se encontram presos: Aldino Mendes Pinto, Teodósio Alcobia, Maria Helena Carmo e Manuel Couto Ferreira.

Todos optaram há alguns meses pela greve da fome como forma de pressionar o poder para a libertação - acabando por interrompê-la sem quaisquer garantias de libertação - e assumiram a atitude colectiva de não abdicar da luta pelo socialismo e o poder popular, em entrevistas então concedidas ao «Expresso» e «Diário de Lisboa».

Ontem, uma vez mais, Ramos dos Santos criticou as «posições conciliadoras



José Ramos dos Santos

de companheiros do processo, que cederam ao poder para conseguirem a libertação. Não se inibiu, sequer, de afirmar que «Otelo já não é a bandeira dos revolucionários».

Acusou os poderes político e judicial de ter feito «uma selecção de presos» e desafiou os

tribunais a provarem o seu envolvimento em actos violentos.

SCR reclama amnistia

Martins Rodrigues, velho militante de extrema-esquerda que o acompanhou no encontro com a Imprensa, voltou a sustentar, em nome da Solidariedade Contra a Repressão (SCR), a necessidade de lutar por uma amnistia «total e sem condições» dos arguidos do caso FUP/FP-25. Disse, porém, recear que a estratégia do poder - desde os órgãos de soberania aos partidos, PSD e PS - consista em «ganhar tempo».

Os contactos já efectuados pela SCR permitem concluir, na sua óptica, que, sem intransigência, o poder vai adiando uma decisão, dispondo-se, provavelmente, a «soltar gradualmente os presos, à medida que atinge uma situação ilegal». Martins Rodrigues referia-se, naturalmente, à ultrapassagem do período de três anos de prisão preventiva.

Chamando a atenção para o facto de ainda se encontrarem nas prisões réus do caso PRP/BR, como Jorge Alves da Silva, o dirigente da Solidariedade Contra a Repressão denunciou a «diferença de critérios», que envolve um tratamento mais brando para os actos violentos de direita. Aliás, a SCR deixou clara a sua posição a este respeito, em comunicado distribuído à Comunicação Social: «os assassinos bombistas dos GAL foram soltos sem dificuldade e muitos dos chefes terroristas da direita (a começar por Spínola), nunca foram sequer incomodados».

Sindicato dos Jornalistas contra Alta Autoridade

«Dia negro» para a Comunicação Social

«Dia negro para os jornalistas e para todos aqueles que defendem uma Imprensa escrita e falada - séria e independente». Foi desta forma que o Sindicato dos Jornalistas assinalou ontem, através de um comunicado, a entrada em vigor da Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social.

«A dita Alta Autoridade é mais um gabinete do Governo - qualquer que ela seja - para o controlo do sector. Aos jornalistas que se prezam da profissão que exercem foi negada qualquer representação no novo órgão», refere o documento.

O Sindicato dos Jornalistas sublinha que ao tomar conhecimento do conteúdo da referida lei logo alertou para as suas consequências: redução dos direitos dos jornalistas, extinção do Conselho de Imprensa, criação de um órgão «completamente partidário e governamentalizado».

Assim, e de acordo com o Sindicato, «só o Governo e o partido que o apoia viabilizaram o atentado. Sem convicção: o deputado Pacheco Pereira anunciou a extinção do malfadado órgão na próxima revisão constitucional».

Negando a possibilidade de conceder à Alta Autoridade o «benefício da dúvida» o Sindicato dos Jornalistas justifica tal tomada de posição invocando razões éticas: «não é possível conceder o benefício da dúvida, como bem sabem todos aqueles que não abdicam da sua dignidade, nem encaram a Comunicação Social como um mero instrumento de luta pelo poder».

E acrescenta que os «jornalistas vivem a sua profissão com paixão, apoiam a reconstituição de um Conselho de Imprensa, onde a opinião pública e as diversas componentes da Comunicação Social possam prolongar a luta pela defesa

da liberdade de informação».

CCS despede-se

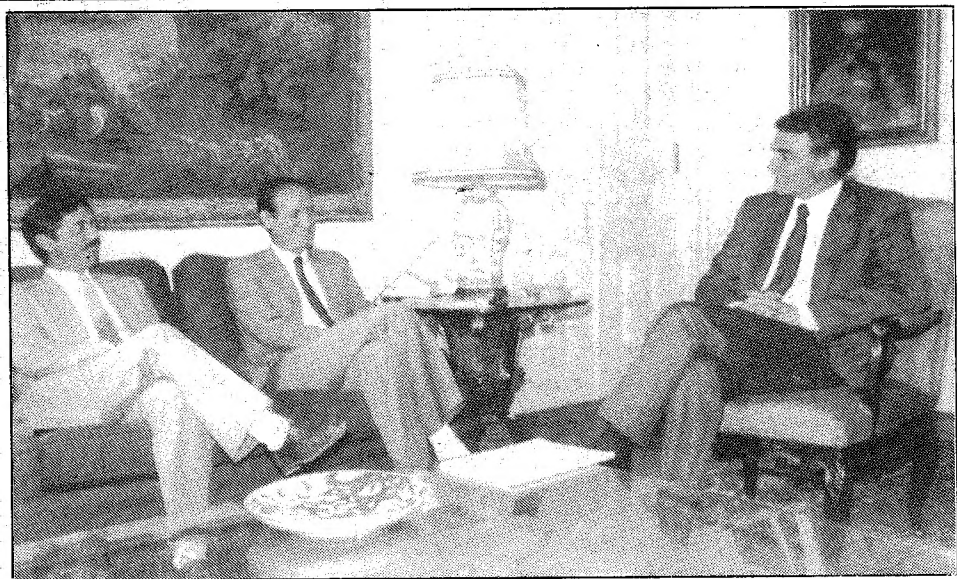
Entretanto o Conselho de Comunicação Social (CCS) manifestou o desejo que a Alta Autoridade para a Comunicação Social, órgão que o vai substituir, possa «desempenhar plenamente o papel que a lei lhe atribuiu». No último dia em que esteve em funções o CCS distribuiu um comunicado no qual refere que «ao longo dos seis anos de actividade procurou ser, por claro empenhamento de todos quantos o integraram, expressão de independência».

Na opinião dos elementos do CCS, se este «não foi criado, fundamentalmente, como órgão de contrapoder, não tinha de ser complacente para com nenhum poder».

O CCS afirmou-se ciente de que «em cumprimento da Constituição e da lei, manifestou essa independência perante os sucessivos e ideologicamente contrastantes governos».

Apesar do seu empenho na defesa dos princípios que lhe foram atribuídos pela lei e que representou uma elevadíssima responsabilidade, o CCS reconheceu que «as competências que a lei lhe definia não permitiram o pleno cumprimento das atribuições constitucionais do órgão».

Neste contexto, o CCS lembrou ter alertado «insistentemente» a Assembleia da República, tendo mesmo apresentado àquele órgão de soberania «numerosas sugestões de alteração legal para corrigir esses condicionalismos». O Conselho de Comunicação Social sublinhou o facto de ter procurado «assumir uma magistratura moral e uma pedagogia democrática» em defesa dos direitos dos trabalhadores e consumidores da informação pública.



Hermínio Martinho e Cavaco Silva discutiram ontem «questões que preocupam os portugueses», como «a acentuação das desigualdades sociais» e «o afastamento do Governo da concertação social». O presidente dos renovadores esteve em S. Bento acompanhado de Ivo Pinho, Carlos Beato e Isabel Espada para apresentar cumprimentos ao primeiro-ministro. Martinho disse aos jornalistas que o partido admite a apresentação de um candidato próprio às presidenciais e que, nesse sentido, está a realizar um inquérito aos militantes. Reafirmou, por outro lado, que o PRD não exclui um entendimento com o PSD depois das legislativas

Conselho Consultivo da Juventude faz quatro anos e é contestado

Ao mesmo tempo que o Ministério da Juventude emite uma nota em que faz referência ao papel «oportuno» do Conselho Consultivo da Juventude (CCJ) na passagem dos 4 anos da sua existência, várias associações partidárias e não partidárias, ligadas aos jovens (Interjovem, Juventude Socialista, Juventude Comunista e Juventude Renovadora Democrática) promovem hoje uma conferência de Imprensa conjunta na qual divulgam as suas posições relativamente à necessidade de alterar a composição e funcionamento do CCJ.

Para o ministério da tutela, a intervenção daquele conselho tem sido importante «como meio de pressão junto do Governo, tendo em vista a concretização de uma política global e integrada de juventude».

Nas 41 reuniões que realizou até agora, aquele conselho discutiu 30 temas, sendo 27 de iniciativa governamental, quatro da Juventude Centrista, dois da Interjovem e um da JSD.

POLÍTICA

Presidenciais

Discurso formal para «candidatura solidária»

O candidato da UDP à Presidência da República, Carlos Marques, reuniu apoiantes, membros da Comissão Política da candidatura e jornalistas para fazer o balanço dos últimos dois meses de actividade e relançar as ideias — força que estão na base do projecto que defende para o País.

Em amena cavaqueira, durante um jantar-convívio, foram criticadas «as cavaquices» do primeiro-ministro. A proposta de Carlos Marques aponta «o caminho da coragem de ser solidário», slogan da candidatura, «que é mais do que isso, é uma postura de vida de todos nós».

O discurso do candidato trilhou os conceitos da democracia participada, o reforço

da soberania nacional e pela defesa «de uma maior e mais diversificada cooperação entre os Estados, salvaguardando sempre a soberania de cada um».

As questões europeias «não têm a ver com um problema de velocidades, não se trata de saber se vamos depressa ou mais devagar, para receber mais alguns marcos, mas sim de saber quem vai ao volante do automóvel português». E, para Carlos Marques, a condução dos destinos nacionais não pode pertencer a um Governo que «deturpa a democracia».

O debate sobre Timor-Leste e os assuntos europeus ganham agora para a UDP uma relevância maior. O discurso é diferente. Mais

formal, como a gravata. É a linguagem de um candidato à mais alta magistratura do Estado.

«Solidário, mas nunca solitário. Sinto que estou com a minha tribo». José Fanha tomou a palavra: «Somos uns índios que nos agarramos a um bocadinho de terra que é a dignidade. Já perdemos muitas batalhas, mas cada um de nós ganhou-se a si próprio», disse o poeta, para reafirmar aos presentes o seu empenhamento na campanha de Carlos Marques. «Temos de ser realistas, temos de pedir o impossível», concluiu.

José Carlos Gonzalez também se deixou levar pela sensibilidade de poeta, mas as suas primeiras palavras foram para explicar as

razões que o levaram a demitir-se do PCP, onde sempre militou.

«Tinha de me demitir a partir do momento em que fiz uma escolha consciente, a de aderir a uma candidatura que não estava na estratégia do PCP. Continuo a respeitar o Partido Comunista, não renego os meus princípios marxistas», mas, acrescentou, «estamos a passar por uma época de ideias mais humanistas e também por isso mais fortes. Há três pontos principais: evitar a guerra; encontrar a convivência verdadeira; abrir as cabeças, as sensibilidades, a inteligência ao provir».

M.J.R.

B R E V E S

Soares homenageou Abel Salazar

Abel Salazar foi «um pensamento e acção» - afirmou ontem Mário Soares no decurso da homenagem àquele artista, que consistiu no descerramento de um busto em São Mamede de Infesta, onde residiu durante mais de 30 anos. O Presidente destacou a personalidade multifacetada de Abel Salazar, expressa na pintura, escultura, filosofia e história de arte. Recordou, por outro lado, o envolvimento do homenageado nas actividades oposicionistas contra o Estado Novo, particularmente a carga policial durante o funeral, em Dezembro de 1946, que levou à prisão de Rui Luís Gomes.

Ontem, na Casa de Serralves, no Porto, foi lançado o livro «Balanço do Século», compilação do ciclo de conferências promovido pelo Presidente da República em Lisboa. Os lucros da venda da obra, disse Soares reverterão integralmente para a Cruz Vermelha. Os conferencistas prescindiram dos direitos de autor. O volume apenas não inclui o texto de Semprun, que não chegou a tempo da edição.

Maria Belo impedida de contestar Le Pen

O Presidente do Parlamento Europeu impediu ontem a deputada socialista Maria Belo de apresentar no hemicíclio de Estrasburgo um protesto contra as declarações de Le Pen relativas a Mário Soares. Baron Crespo, que alegou razões regimentais para a sua atitude, não terá percebido, de acordo com a agência Lusa, qual o objectivo da intervenção da parlamentar portuguesa, sua colega de bancada.

Martins elabora relatório sobre transportes

Coimbra Martins acaba de ser encarregado de elaborar até Setembro próximo um relatório sobre «Transportes no Mediterrâneo» pela respectiva comissão do Parlamento Europeu. Recorde-se que o deputado socialista, juntamente com o seu colega Fernando Gomes, também presidente da Câmara do Porto, defenderam recentemente a inserção do Porto nas linhas ferroviárias europeias de alta velocidade (TGV), pelo percurso atlântico e mediterrânico.

Portugal dinamiza cooperação

«A Europa nos Anos 90 e as Opções Latino-Americanas» é o tema do I Fórum Euro-Latino-Americano que decorre amanhã e depois em S. Paulo, Brasil, numa iniciativa do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, de Lisboa, e da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo.

O primeiro tema que vai ocupar os participantes (portugueses, brasileiros, espanhóis, italianos, argentinos, alemães, peruanos, uruguaios e mexicanos) é o diálogo euro-latino-americano. Abel Matutes, da Comissão das Comunidades Europeias, Vítor Martins, secretário de Estado da Integração Europeia, e o ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, Francisco Rezek, são os oradores deste painel.

Em debate vão estar também, entre outras questões, as mudanças no Leste e a reorganização do sistema internacional, o mercado europeu e o seu impacto na América Latina, e as opções latino-americanas perante os actuais processos europeus.

Pela parte portuguesa, intervém ainda Francisco Pinto Balsemão, Guilherme d'Oliveira Martins, Álvaro Vasconcelos e os embaixadores Leonardo Mathias, Calvet de Magalhães e Siqueira Freire.

NOVA AGÊNCIA
BRAAMCAMP

Rua Mouzinho da Silveira, 36
1200 LISBOA

Um novo Balcão, na área da Sede, na Rua Mouzinho da Silveira, 36, vai ao encontro do seu desejo de maior rapidez e eficiência na resposta às suas necessidades bancárias.

Especialmente vocacionado para operações rápidas, nomeadamente na área de depósitos e levantamentos, este novo Balcão permite-lhe, ainda, efectuar todo o tipo de operações.

Este Balcão dispõe também de um Serviço de Títulos, com atendimento especializado e personalizado. Estamos, cada vez mais, em contacto directo consigo. Visite-nos



BANCO ESPIRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

O Seu Banco de Sempre

FORUM

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Diário de Lisboa, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: António Ruella Ramos.
Administradores: Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.
Secretário-geral: Jorge Galamba.

Director Mário Mesquita
Directora-adjunta Diana Andringa

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira

Coordenadores de Secção:
António José Teixeira,
João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Gulomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Repórter-coordenador:
Adelino Cardoso

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Alves Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, Augusto Villela, Carlos Campones, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampalo, Fernando Brederode Santos, F. Dias Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: Alessandra Balsamo, Daniel Oliveira, Francisco Paraiso, Isabel Joyce, Jorge Fallorca e Roby Amorim.

Cartoonistas: António Alfredo e José Bandeira

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro

Paginadores:
Antonieta Teixeira, José António Carvalho, Jorge Santos, Pedro Pessoa, Oscar Figueiredo e Ricardo Magalhães

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello

Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), António Lima e Maria Helena Matos

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Cantelero

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP

- Telefex 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa.

Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Delegação Norte: Rua Monte dos Pípos, 326 - Custóias - 4450 Matosinhos - Telef. 9531566 Fax 9531023

Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 70\$00; na Madeira, 75\$00; nos Açores, 85\$00.

VALE O DESVIO

Grande Canária. Um pacote de brancura escandinava está ancorado em frente da aldeia em miniatura de Puerto

Mogan. Marinheiros filipinos desembarcam um carregamento de reformados germânicos, reconhecíveis pelas suas perucas arruivadas, as suas dentaduras novas, os seus penduricalhos coloridos, os seus jeans contundentes, as suas garotices. O sol tem a doçura de uma Primavera de Munique. Um autocarro irá distribuir os casais pelos «bungalows» que se empoleiram na rocha nua como uma fileira de peças de dominó. As loções solares correrão dos terraços, juntamente com odores de choucroute. Triunfo do desenvolvimento industrial: a corrida à insolação concentracionária será, um dia, o destino humano? Os colchões não chegarão para todos!

Armadilhas em série: os alemães são apanhados pelos folhetos publicitários, e os espanhóis pelas moedas fortes. A Europa do Norte já revestiu de cimento as suas costas mediterrânicas, de Cerbere a Gibraltar. As Canárias caem, por seu turno, sob a «urbanização» furiosa. As últimas enseadas são vendidas em saldo, de uma vez para sempre. Amanhã, será a sublocação, ou o mar alto e o deserto.

Não somos tão parvos, nós, os franceses! Compatriotas de Tabarly, de Poupon e do Pai de Foucauld, iremos vogar, em pleno Janeiro, em direcção ao Sara. Não somos daqueles que navegam um dia e meio por ano (meio de utilização das centenas de milhares de iates em França!). Enchemos

os depósitos, e rumo ao Sul. É a aventura, pois quê!

Nouadhibou (ex Port-Etienne). Os franceses lançaram âncora no meio das dezenas de destroços que encham a baía. A areia arrastada pelo vento e a poeira do terminal mineiro cobrem de ocre gorduroso o seu veleiro. Hesitam em trocar os seus francos e dólares pela nossa fraca moeda de camelos mauritanos, desconhecida nas cotações da Bolsa. Admiram-se que não se possa comprar tâmaras com cartões Visa, e que as nossas cabras se alimentem de trapos. Lamentam que as estradas estejam ladeadas de detritos. Parece incomodá-los que as nossas crianças lhes estendam a mão, que abram demasiado os seus olhos olheirentos. Desejariam que tivéssemos menos desordem, que fôssemos ainda mais nobres do que o previsto. Falamos tão bem a sua língua, quando queremos!

- Faz muito frio, na vossa terra - diz um deles, com uma ponta de censura por os banhos de mar estarem excluídos.

- Dir-se-ia que estávamos na Mancha, na Páscoa - observa outro, para quem só existem descobertas quando relacionadas com o familiar.

- Não faz mal - acrescenta um outro, complacente -, mas trouxemos chuva!

Ignoram que a água tão desejada não é bem vinda. No Outono, teria feito crescer alguns tufos de erva; agora, não serve para nada. Inunda os nossos kebba (bairros da lata). As crianças tremem junto dos tachos de cobre, sob o guarda-ventos de cartão.

Os nossos hóspedes acham que os nossos pilotos de avião não pilotam assim tão mal, que a cer-

imónia dos três chás de menta representa uma autêntica arte de viver, e que as nossas mulheres são muito atraentes, apesar de..., ou por causa de..., não o saberiam dizer. A palavra miséria, sem dúvida, chocá-los-ia. Nada se torna ridículo como o medo de se enganar! Perguntam porque não temos «shiphandler», por detrás de qual duna Saint-Exupéry escreveu «O Principezinho», e que gosto poderá ter a bossa de camelo. Esclarecem que não são turistas como os outros.

Guerra (Cabo Branco). Sou negro, catalogado de ajudante doméstico, escravo, se preferirem. Os mouros consideram-me como carne para vender. Retêm o meu salário. De vez em quando, liquidam-nos. O apartheid não existe só na África do Sul.

Os meus amos obrigam-me a guardar a aldeia, deserta desde a partida dos espanhóis. Temem incursões dos sarianos. Mantenho vigilância num farol apagado, de vidros partidos, como o olho de um velho atingido de glaucoma.

Os franceses obtiveram autorização para visitar a vila fantasma e proibida. Deitam olhares contristados para as nossas casamatas, de portas cravejadas de pregos, cortinas pegajosas, braseiros apagados, ovelhas anémicas. Diziam: «É ainda melhor que o 'Deserto dos Tártaros'», ou ainda: «Era aqui que deveriam rodar a "Costa dos Sirtos"». Gente culta, é claro. Percebi que se interrogavam sobre a minha função, que é a de aguardar o que não chegará, assim como sobre a nossa maneira de correr de duna em duna, de transistor na orelha, em direcção a parte nenhuma, segundo pensam - e talvez tenham razão.

Por vezes, os meus chefes asseguram que me invejam por viver assim, assistido, sem tormentos. Parece que o Estado os desaloja do seu bocado de deserto, para lhes vender outros, a título de «acessão à propriedade». Falam das preocupações que lhes dão a gestão das minas, a avanço interminável do comboio, os caminhos de ferro decididos algures. Franze as sobranceiras como verdadeiros europeus. É uma loucura como o mínimo desvio financeiro nos transforma em excursionistas no vosso próprio país!

A noite, para não pensar sempre no mesmo, desço as falésias para ver as focas nadar. Aproveito o que ainda não constitui uma atracção assinalada pelos guias e vendida nos programas turísticos. Não gosto de peixe, nem da pesca. Sofro por ver, quando as pirogas regressam, os sargos e os labros arrastados pela areia, o sangue seco ao canto das guelras. As focas põem a cabeça fora de água, como velhas inglesas receosas de molharem os bigoudis. Dão-se ares, e sabem que são um espectáculo. Quando batem as pálpebras antes de mergulhar, como por um capricho de milionário, têm o ar de dizer: «Um dia, vão pagar para ver-me!».

Ao largo. Sou uma foca do Cabo Branco. Mergulho porque me dá prazer e para pescar o meu jantar. Sei, também, que isso diverte o guarda do farol. Se continuar assim, vou vender bilhetes. Não há razão para que não o faça.

É-se, sempre, o parvo do turista de alguém.

Bertrand Polrot-Delphech
(da Academia Francesa)
Exclusivo «Le Monde»/DL
Tradução de Isabel Joyce

CARTAS NA MESA

Os carros de carros de S. Excelência

Há uns dias atrás, pude ler uma legenda bem significativa (para mim, claro!) e que se fazia acompanhar da fotografia duma enorme fila de 'Mercedes & CIA', onde se dizia: «Brasília - Polícias guardam alguns dos cerca de 2000 automóveis oficiais que serão postos a leilão, numa campanha iniciada por Collor de Mello para reduzir as despesas do Estado». Simplesmente fantástico, pese embora possa não vir a ser concretizada tal intenção. Que bom seria, se em Portugal tal viesse a acontecer! Porquê? Simples como a terra, que se deixa trabalhar pelo homem a seu bel-prazer.

É que, temo assistido por 'cá' a coisas recambolistas e até ini-

magináveis, desde o utilizar veículos automóveis com a sigla 'EP', para os fins mais inconfessáveis, por quem quer que seja, e a horas extra-horário, é um 'TUDO TEM DE PAGAR'...

Há ainda oucos dias, pude acompanhar uma dessas 'peripécias', em que, quando não se quer pagar o 'passe do comboio' ou o 'bilhete do trólei', se agarra no automóvel Marca 'EP' e se utiliza como se tratasse de mera... propriedade privada (!!!).

Esquecem-se (?) os utilizadores abusivos e os responsáveis pela utilização daqueles veículos, que quem paga é o 'ZÉ', já que, para isso, e entre outros, foi criado o 'simpático' IRS!...

E se, os responsáveis pela administração do nosso País, tomassem a coragem de seguir o exemplo daquele 'sr.' brasileiro e 'dispensassem' uma larga percentagem dos 'Mercedes & CIA' e cada qual deslocava-se para os seus locais de trabalho (ou emprego?) a expensas próprias e... não dos outros???

Seria bonito, sem dúvida, e afinal, quem até os 'comprou' nem se 'chatiava' nada..., até porque, nem os utiliza, apesar de os 'ajudar' a comprar!!!

Mas, meus Senhores, cenas como as que presenciei, deviam mesmo acabar (e de vez!), até porque estamos num estado de direito... (ou não?!).

É que estamos também 'fartos' de cortes nas verbas atribuídas à saúde, ao ensino, à educação, etc., etc., etc. Ou será, que continuamos, como em 'tempos ainda não muito longínquos', nos referia um bem conhecido jornal da Capital, (por sinal dirigido por um sr. Direito): «Coam-se mosquitos e... deixam-se fugir elefantes»?!

Talvez seja por 'estas e por outras', que, ao fim de quarenta e cinquenta anos (!) de trabalho, focados muitos portugueses levem para casa apenas doze mil e trezentos escudos de reforma... e, muitas das vezes, 'mendigada'.

Rui Soares
Leitor da Lousã

FORUM

NAVIOS SEM TIMONEIRO

Os institutos italianos de cultura existentes no estrangeiro são cerca de oitenta. Quando funcionam mal servem para pagar viagens-prémio a alguns escritores que acabam por fazer conferências diante de meia dúzia de gatos italófanos. Quando funcionam bem (o que acontece com a maioria) são frequentados pelo público do país que os acolhe, pondo em contacto personalidades italianas com personalidades locais e tornando-se veios de transmissão para relacionamentos e trocas de mais amplo raio. Em suma, um trabalho importante entregue a indivíduos competentes, sensíveis à relação entre duas culturas e motivados por perspectivas de carreira.

Infelizmente a organização dos Institutos depende ainda de uma lei de 1940 pela qual o pessoal é nomeado por tempo indeterminado pela Instrução Pública, tratando-se, assim, de docentes que querem tentar a aventura estrangeira. Mas nem sempre a vontade garante os resultados. Por outro lado, estas pessoas - além de terem subsídios ridículos - dependem do Ministério dos Negócios Estrangeiros mas não adquirem papel autónomo, permanecendo assim estranhos à carreira consular ou diplomática.

Enquanto se espera uma lei mais justa estabeleceu-se, em 1967, que o pessoal deveria permanecer apenas sete anos no estrangeiro (em 1982 estendia-se o número de anos para catorze) e depois regressaria às funções que exercia na origem: «se tiveres dirigido como deve ser o Instituto italiano de uma grande

metrópole estrangeira, mantendo inclusivamente contactos com o governo local, dar-te-emos como recompensa a possibilidade de ires leccionar para as berças». Belo incentivo. Os que, até agora, cumpriram bem a sua missão (e são muitos) estão quase nas mesmas condições dos que se vêem obrigados a atravessar o Pacífico numa jangada.

Além disso há sempre que considerar o princípio de Peters: nada impede que, quando um director se torna excelente nas relações italo-polinésias em Papete seja promovido para o Círculo Polar Ártico cuja língua não conhece, onde não sabe quem contactar, de tal modo que - talvez até por diferença de interesses - perde a rede dos contactos penosamente tecida pelo seu predecessor.

Há muitos anos o Ministério tinha convocado vários intelectuais partindo do princípio que talvez artistas e estudiosos - que frequentemente viajam pelo estrangeiro e que conhecem vários institutos - tivessem algumas ideias precisas sobre o assunto. E as propostas tinham sido quase óbvias. Primeiro que tudo é necessário instituir um papel específico que preveja um perfil profissional de linhas precisas, concursos rigorosos e perspectivas de carreira. Depois dever-se-á constituir, em cada um dos institutos, um conselho consultivo composto por intelectuais locais que se interessem por Itália e por italianos competentes que residam no país.

Apenas um organismo deste género poderá estabelecer a continuidade de relações e iniciativas capazes de sobreviver à renovação do pessoal e suprir a falta de en-

raizamento do recém-chegado. E melhor ainda seria que também se constitua uma comissão consultiva em Roma (uma vez mais composta por intelectuais que viajam com frequência) ao qual incumbiria sugerir orientações gerais e iniciativas comuns.

Em vez disto em que situação estamos? Em 1986 prorroga-se o *status quo*, primeiramente por dois anos e em seguida por mais dois, na esperança de um novo projecto de lei.

O projecto não chega, aparece um outro por iniciativa parlamentar, é corrigido pelo ministério, sobe ao Senado e deveria passar à Câmara, mas se esta não o discute até Agosto, pelo menos quarenta de entre os directores actuais deverão ser reenviados para casa por terem expirado os respectivos prazos. Uma epidemia. Além disso, não é conferido aos directores nenhum papel paritário no âmbito diplomático e estabelece-se que alguns deles deverão ser escolhidos por concurso, outros nomeados pelo seu currículo e outros ainda (ouçam esta) recrutados entre pessoal de outros ministérios(!). Não me parece que a comunidade dos homens de cultura tenha sido consultada.

O bom senso imporia que se bloqueasse tudo para que tudo fosse retomado desde o início. Mas (e de leve modifico uma citação célebre)

o bom senso é infelizmente a coisa mais bem distribuída no mundo, pois que a ninguém parece necessário ter mais bom senso do que aquele que possui.



Umberto Eco

(L'Espresso)
trad. de Manuela
Ferreira de Almeida

LETRA DE FORMA

Diário de Notícias

De um editorial:

(...) O plano que animou a série de Presidências Abertas de Mário Soares - iniciada e encerrada, no que respeita ao presente mandato, entre uma e outra - foi certamente sensível a estes valores simbólicos, que são mais próximos do que uma leitura superficial poderia deixar supor. A viabilização da independência política, levada a cabo por um primeiro rei «Conquistador», e a da independência cultural e económica, associadas a uma mesma capacidade para entender a realidade, traduzi-la e fazer beneficiar dela todos os cidadãos, fazem ambas parte das condições que foram necessárias para que Portugal, um Estado frágil à partida, afirmasse duravelmente uma identidade própria, que enfrenta hoje, com segurança, os desafios do presente - incluindo o da regionalização, como o da crescente integração na Comunidade Europeia.

Tem especial sentido, neste contexto, o projecto em que o Presidente prometeu empenhar-se, da criação, em Coimbra, de um Centro de Estudos Europeus. Poderia dizer-se por este lado, que a cidade de Coimbra, notabilizada por uma Universidade contemporânea das mais antigas do mundo, participou desde sempre numa comunidade cultural cujos mestres partilhavam, por sobre as barreiras da distância e da diferença política, um saber que ajudou a definir o património comum da Europa moderna. (...)

9. Julho.90

CAPITAL

Da rubrica «Escrita em dia»:

(...) Não se contesta, obviamente, a apetência que os publicitários manifestarão por colocar mensagens em espaços em que o potencial consumidor se encontra em momento de grande atenção expectante. Estão no seu direito.

Mas que a RTP deveria respeitar mais os direitos dos consumidores, essa é uma verdade iniludível. Dos consumidores e dos próprios anunciantes. Porque é duvidoso que seja profícuo o contacto de uma marca com o espectador num momento em que esse contacto se torna notoriamente indesejado.

Esta é uma questão, todavia, que diz respeito às partes envolvidas. Ao público consumidor de informação resta aguardar que prevaleça o bom senso, numa matéria sobre a qual a lei portuguesa ainda pouco mais fez do que gatinhar - dando permissividade a comportamentos que (e citamos um conceito há dias expresso a propósito do comportamento de uma estrela de «rock» que abusa dos trajes menores em público) «são de tal modo consumistas que se mostram dolorosos na sua pobreza».

9. Julho.90

INDEPENDENTE DE

De preposição.
Do latim *de*.
Indicativa de variadíssimas relações.
Um das correspondentes ao genitivo.
Outras correspondentes ao ablativo.
De indica posse.
De indica proveniência.
De indica estado de que se passou.
E modo.
E causa.
E parte de todo.
E o todo de que se indica a parte.
E conteúdo.
E meio.
E instrumento.
E dimensões.
E medida.
E matéria.
E valor.
E quantidade.
E preço.
E condição.
E profissão.
E família.
E serventia.
E destino.

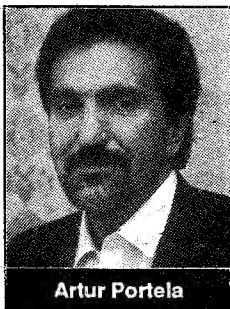
E uso.
E fim.
E objecto.
E assunto.
E comparação.
E determinação.
E postura.
E estado de saúde.
De indica relações, apresentação, limitação.
De indica restrição.
De entra em de mais e de menos.
E indica de cor.
De longada.
De súbito.
De passagem.
Será que independente de pode ser independente de cor, independente de longada, independente de súbito, independente de passagem?
Será que independente do PS pode ser independente de cor do PS., independente do PCP pode ser independente de longada do PCP, independente do PRD pode ser independente de súbito do PRD, indepen-

dente do CDS pode ser independente de passagem do CDS, e independente do PSD pode ser, como todos os outros independentes de todos os outros partidos, tudo?

Não haverá independentes de facto? Relativamente aos quais toda esta abrangência da preposição de não passe de uma perfídia?

Perfídia de.
A.
Perante.
Per.
Por.
Para.
Em.
Entre.

Excepto.
Ante.
Após.
Até.
Sem.
Sob.
Sobre.
Com.
Contra.
Conforme.
Consoante.
Desde.
E trás!



Artur Portela

EXTERNAIS



MARQUÊS DE POMBAL

RUA MORAIS SOARES, 93 (AO CHILE) T. 834658



ÁLVARES CABRAL

AV. GRÃO VASCO, 1 (BENFICA) T. 706974

REGIME NORMAL: 7º, 8º e 9º ANOS
10º, 11º e 12º ANOS

CURSO GERAL PLANOS PRÓPRIOS - em 2 anos e no regime de UNIDADES CAPITALIZÁVEIS

REGIME INTENSIVO: GERAL
COMPLEMENTAR

**30 ANOS
AO SERVIÇO
DA EDUCAÇÃO**

INTERNACIONAL

Primeiro dia da Cimeira de Houston Desacordo sobre URSS e subvenções agrícolas

A 16ª cimeira dos sete países mais industrializados, que ontem teve início em Houston, no Texas, não produziu no seu primeiro dia resultados muito claros. No ponto que abriu os debates, a subvenção aos produtos agrícolas, continuou o diferendo entre CEE e EUA, tendo, no entanto, se concluído que a questão deve continuar a ser discutida nas negociações do GATT. Ao jantar, os Sete discutiram a ajuda à URSS. Embora concordem em fazê-lo, não chegaram a acordo sobre a modalidade dessa ajuda. Se apenas técnica, como defendem EUA, Japão e Grã-Bretanha, se financeira como querem França, Itália, RFA e Canadá. Numa carta enviada a Bush no passado dia 4, Gorbachev pediu para os Sete encararem formas de auxílio às suas reformas.

«Já que nenhum país recusa o princípio, nenhum tem vontade de deitar o seu dinheiro fora e todos querem que a ajuda seja útil, encontrar-se-á um ponto de equilíbrio», declarou Hubert Védrine, porta-voz da presidência francesa, acrescentando que aqueles que se opõem à concessão de empréstimos à União Soviética, caso de Thatcher, o fazem «para encorajar a transição para uma economia de mercado», estando a favor de uma ajuda «às estruturas e não ao consumo».

Quanto à questão dos subsídios agrícolas o desacordo permanece de forma mais radical, não tendo os Sete conseguido ir além de uma proposta para que se continuem as negociações no âmbito do Uruguay Round, que estiveram bloqueadas durante algum tempo.

Para se ter ideia das somas em jogo, a OCDE divulgou um estudo revelando que no ano passado os países pertencentes à organização gastaram 245 mil milhões de dólares (mais do que o orçamento de um país como a França, por exemplo) na subvenção à exportação de produtos agrícolas.

Os países da CEE, sobretudo França e RFA, são os campeões deste tipo de subsídio, facto que encontra grande oposição entre os maiores exportadores agrícolas como os EUA e o Canadá, que defendem um liberalização dos mercados e o fim das subvenções para que haja verdadeira concorrência.

Segundo o secretário de Estado norte-americano para a Agricultura, Clayton Yutter, «a CEE não é competitiva na área agrícola (...) É por isso que não quer comércio livre». Yutter sublinhou o nível «estratosférico» dos subsídios europeus, neste momento situados em dez mil milhões de dólares ao ano, contra apenas 500 milhões dos EUA. Os europeus defendem-se dizendo que a Agricultura tem «especificidades» que outros sectores não possuem e que o fim dos subsídios levaria a uma grande crise.

Redacção «DL»/AFP
(ver página 12)

Congresso do PC soviético

Das contas da «perestroika» às contas do PCUS

De Moscovo, especial
para o DL

A aprovação, na generalidade, de uma resolução sobre o relatório político do CC apresentado por Mikhail Gorbachev ao 28.º Congresso do PCUS marca a passagem de um ponto crítico, um momento em que o retrocesso começa a não ser possível.

É certo que, para a frente, estão ainda as votações da versão definitiva deste documento emendado, do projecto de Declaração Programática, dos Estatutos, de várias resoluções sobre as orientações fundamentais da política. E a eleição do bureau político e dos dirigentes máximos do Partido.

Só que, nesta sessão, ao contrário do que aconteceu em dias passados, já não foi a «perestroika» e pessoas que a personificam quem esteve no banco dos réus. Foi o PCUS, o «outro PCUS», que veio prestar contas.

Logo pela manhã, o delegado da cidade siberiana de Prokopyevsk leu um telegrama dos secretários das organizações partidárias de várias minas de carvão. Nele se expressava a desconfiança no CC, a sua lentidão a realizar a «perestroika» no Partido e na sociedade. Respondeu-lhe o representante de Magadan, o mesmo que abriu o Con-

gresso exigindo a demissão imediata de todos os membros do bureau político e do comité central por terem arruinado a indústria e a agricultura do país. Queixava-se agora este delegado das organizações partidárias da região por estarem a aprovar deliberações em que propõem que o trabalho do CC do PCUS e do seu bureau político seja considerado insatisfatório.

Depois, já nas perguntas e respostas, as coisas tornaram-se particularmente difíceis para Nikolai Krutchina, administrador dos assuntos do CC do PCUS. Forçaram-no a abordar questões que até há bem pouco tempo eram segredo guardado a sete chaves. Questões relacionadas com montantes das despesas de manutenção do «aparelho» e dos serviços que usufruem os dirigentes do Partido, com financiamentos de actividades partidárias por fontes estatais, com divisas gastas, com...

Disse ele que o PCUS e os seus dirigentes não têm propriedades ou depósitos em bancos estrangeiros. Mas, no parecer de alguns delegados, as respostas limitaram-se a contor nar perguntas.

Quem se viu obrigado a subir de novo à tribuna foi Alexandre Iakovlev, dirigente que tem sido particularmente «útil» aos conservadores mais assanhados para descarre-

garem as suas iras contra a «perestroika» contra as mudanças, contra a ideologia que retira o Partido, e os retira a eles, da «vanguarda», que conduz ao mercado e à propriedade privada.

Foram, porém, outros os motivos que agora o trouxeram. Veio contestar um documento falso intitulado «Relatório sobre o encontro de Alexandre Iakovlev com jovens comunistas da Plataforma Democrática e da Plataforma Marxista» e posto a circular nos corredores do Congresso.

De estenograma na mão, refutou todas as acusações, assinalando com mágoa que «a luta política sobre algumas questões, no Congresso, está a adquirir formas abjectas».

Depois de ler o texto verdadeiro das suas respostas no encontro, Iakovlev pediu aos delegados que apoiassem o pedido de inquérito deste incidente, proposta que foi aprovada.

Antes, nas intervenções de delegados, tinham-se ouvido, diversas vezes, manifestações da inquietação pelas

perseguições aos comunistas em diversos países, em particular da Europa oriental e o Congresso aprovava uma resolução sobre a defesa dos direitos democráticos e contra as perseguições.

O 28.º Congresso do PCUS iniciou o debate de artigos do projecto de novos Estatutos que se relacionam com a constituição dos órgãos dirigentes do Partido. Muito se tem falado, a propósito das decisões que virão a ser tomadas, da maioria numérica dos conservadores no fórum. Menos se tem dito que, entre eles, há os que podemos chamar de «inconciliáveis» e os moderados.

Os primeiros, o «grupo de choque», dizem estimativas de fontes, seguras da direcção do CC do PCUS que não serão mais do que mil, cerca de um quinto do total de delegados. É assim sendo pode-se prever com bastante fundamento que Mikail Gorbachev venha a ser reelito Secretário-Geral, conservando o controlo do Partido. Na actual situação, é bom que isso aconteça.

Guennadi Petrov

Gorbachev único candidato

Mikhail Gorbachev é o único candidato ao cargo de secretário-geral do PCUS. A notícia foi anunciada esta manhã por um delegado, na tribuna do 28.º Congresso do partido, que antes consultou os outros prováveis candidatos.

A.F.P.

Na Albânia já rolam cabeças

Primeiros refugiados chegam a Praga

Os 51 refugiados albaneses da embaixada checoslovaca em Tirana chegaram esta madrugada ao aeroporto de Praga-Ruzyně, sorridentes e a fazer o «V» de vitória. Na sua grande maioria homens entre os vinte e os trinta anos de idade, foram os primeiros dos cerca de seis mil refugiados, que há uma semana começaram a invadir as embaixadas ocidentais em Tirana, a obter autorização para deixar o país.

Um avião especial do Ministério da Defesa checoslovaco, um Tupolev Tu-154, aterrou às 23 horas GMT em Praga e o primeiro passageiro a sair exibiu com os braços erguidos um poster do Presidente checoslovaco e gritava «Havel, Havel». Saíram depois os outros passageiros que ostentavam bandeiras checoslovacas sobre as suas T-shirts.

De acordo com as directivas das autoridades checas os recém chegados à liberdade escusaram-se a fazer qualquer declaração aos jornalistas, sabendo-se apenas que somente dois dos refugiados pretendem instalar-se na Checoslováquia.

Entretanto prosseguem em Tirana as conversações «ao nível bilateral» entre as autoridades albanesas e os países que acolheram os refugiados. Segundo um jornalista jugoslavo, citado pela agência France-Press, o Governo albanês estaria agora pronto para emitir passaportes a mais 840 cidadãos albaneses, embora continue a considerar que se trata de «de-



O primeiro refugiado albanês a deixar o seu país faz o «V» de vitória à chegada a Praga

vadios e ex-condenados da justiça sem qualquer sentimento patriótico». Nada se sabe sobre as condições que envolverão a entrega dos passaportes, estando apenas confirmado que o bairro residencial diplomático está cercado por cerca de três mil polícias e um «grande número» de agentes da polícia secreta Sigurimi.

Ontem houve relatos de distúrbios em várias cidades da Albânia, que terão causado a morte de várias pessoas, segundo testemunhos ouvidos por diplomatas em Tirana.

As primeiras consequências políticas desta «sangria» já se fizeram sentir. O Presidium da Assembleia Popular albanesa decidiu demitir cinco ministros, o que, segundo observadores políticos terá reforçado a posição de Ramiz Alia, o actual líder da Albânia, assim como acelerado a introdução de reformas económicas concretas decididas, a semana passada, no plenário do partido em plena crise de refugiados.

Redacção DL/AFP

Tensão étnica volta à Kirguízia

A situação na República soviética da Kirguízia foi descrita pelo vespertino moscovita como complexa e explosiva. As tropas especiais do Ministério do Interior mantêm cercada a cidade de Jalalabad, depois de cinco mil habitantes de origem uzebeque terem protestado contra o assassinio de um homem desta comunidade.

Esta concentração provocou a reacção de milhares de habitantes de nacionalidade kirguízia das localidades vizinhas, que tentaram entrar em Jalalabad. O confronto foi evitado pela polícia que deteve um autocarro carregado de espingardas de caça e armas brancas.

Cerca de 150 pessoas morreram e mais de 800 ficaram feridas durante os primeiros dias do mês de Junho na região kirguízia de Osh, zona fronteiriça com o Uzbequistão, devido a problemas de divisão de terras para a construção de habitações.

Rizhkov negocia com repúblicas bálticas

Segundo a primeira-ministra lituana, Kazimiera Prunskienė, está marcado para esta semana, talvez em Moscovo, um encontro entre o primeiro-ministro soviético, Nikolai Rizhkov e os chefes dos governos das três repúblicas do Báltico.

Entrevistada na televisão soviética, Kazimiera Prunskienė adiantou que este encontro seria destinado a «defenir as intenções» de ambos os lados antes de se iniciarem as conversações propriamente ditas.

O início das negociações ocorre pouco mais de uma semana após a decisão do Parlamento lituano de suspender a sua declaração de independência durante cem dias, a fim de desbloquear o impasse entre Moscovo e Vilna.

Redacção DL/Lusa/AFP

INTERNACIONAL

Com Manágua paralizada por barricadas e ocupações

Chamorro lança exército contra grevistas

Dizem os habitantes de Manágua que a capital nicaraguense está com o mesmo aspecto de há 11 anos, quando os sandinistas fizeram barricadas nas ruas e enfrentaram a Guarda Nacional do ditador Anastácio Somoza. Agora é a central sindical sandinista, Frente Nacional de Trabalhadores (FNT) que impede a circulação nas principais ruas da cidade, radicalizando uma greve que já dura há 13 dias e que ontem provocou quatro mortos e 30 feridos em enfrentamentos entre grevistas e apoiantes do Governo de Violeta Chamorro. A presidente nicaraguense ordenou ontem ao exército que «limpe» Manágua das barricadas.

«Ordenei ao exército que tome medidas imediatas, em ligação com a polícia nacional, para que mantenha a ordem pública e garanta a segurança dos habitantes», declarou Chamorro numa mensagem transmitida pela rádio, acrescentando que o país atravessa uma «situação de subversão da ordem pública que atenta contra a Constituição».

Chamorro, que responsabilizou a FNT pelas desordens, apelou também ao diálogo, propondo a realização imediata de uma conferência nacional reunindo «todos os sectores e todas as forças vivas do país» para que se chegue a um «acordo nacional». Este apelo é visto como um gesto em direcção à oposição sandinista.

Mas a FNT não parece ter ficado sensibilizada, nem com



Manifestantes sandinistas enfrentando a polícia nas ruas de Manágua. Os confrontos com os apoiantes de Chamorro provocaram ontem quatro mortos

os apelos de Chamorro, nem com a possível intervenção do exército. O coordenador da central sindical, Lúcio Jimenez, disse, logo após o discurso da presidente, que vai «manter a palavra de ordem da greve» e pediu à população para «continuar firme», prosseguindo a ocupação de edifícios de Manágua e paralizando a circulação com barricadas.

Jimenez afirmou também que a Nicarágua poderá conhecer «uma catástrofe e o caos» se o Governo não abrir imediatamente negociações com a FNT. Os sindicatos reclamam estabilidade no emprego para os funcionários públicos, o aumento do salário mínimo dos actuais 26 dólares para perto de 200 e protes-

tam contra a privatização das empresas estatais. O Governo declarou a greve ilegal desde o seu início.

A greve movimentada cerca de 85 mil trabalhadores que já ocuparam diversos ministérios (incluindo o do Trabalho) e empresas estatais. O aeroporto de Manágua também está ocupado, assim como os locais onde funcionam duas redes da televisão estatal. Ontem, estudantes universitários que apoiam a greve, invadiram a Rádio Nicarágua, estando o edifício cercado pela polícia.

Manágua está com um aspecto de insurreição com centenas de barricadas dos trabalhadores, armados com paus e pedras, e fogueiras

alimentadas por pneus de automóveis. O espaço aéreo está encerrado e há cortes de energia elétrica em vários bairros. Os confrontos de ontem, verdadeiras batalhas campais entre apoiantes de Chamorro que não aderiram à greve e trabalhadores sandinistas, verificaram-se sobretudo em frente ao Ministério do Trabalho ocupado pelos grevistas e na cidade de Jinotega.

A grande dúvida na Nicarágua é qual vai ser a reacção do exército, chefiado pelo comandante sandinista Humberto Ortega (irmão de Daniel), às ordens de Chamorro para reprimir o movimento grevista.

Redacção «DL»/Lusa/AFP

B R E V E S

Refém no Líbano pode ser libertado

São sempre mais numerosas as especulações sobre a possível libertação de reféns europeus no Líbano. Desde o princípio desta semana vários órgãos de Informação locais e fontes diplomáticas dão como iminente a possibilidade da libertação de dez reféns raptados entre 1986 e 1988. Para hoje, é tida como mais provável a libertação do professor Brian Keenan, cidadão irlandês de 39 anos capturado a 11 de Abril de 1986, quando se dirigia para a Universidade americana de Beirute, onde leccionava.

FAO analisa agricultura na América Latina

Começou hoje em Santiago do Chile a XXI Conferência regional da FAO. Aberta com uma sessão inaugural pelo Presidente chileno, Patricio Aylwin, a conferência analisará o plano de acção sobre as potencialidades do desenvolvimento agrícola e rural na América Latina e Caraíbas aprovada em 1988 na cidade brasileira de Recife. Aylwin, que discursou na cerimónia inaugural, assegurou que o seu Governo dará todo o apoio a sistemas e iniciativas que criem mercados internacionais abertos.

PS búlgaro recusa pressões

O Partido Socialista Búlgaro recusou-se a ceder à pressão dos partidos da oposição e dos estudantes contestatários que agora exigem a demissão dos antigos responsáveis do Governo e do Parlamento, depois de ter conseguido a demissão do Presidente socialista, Petar Mladenov. Apelo para a estabilização do país, a direcção do PSB divulgou ontem um comunicado onde se sublinha que «os grandes problemas do país devem ser decididos pelas vias e meios parlamentares».

Museveni eleito presidente da OUA

O chefe de Estado ugandês, Yoweri Museveni, foi eleito na segunda-feira, em Adis-Abeba, novo presidente da Organização da Unidade Africana (OUA) cuja 26ª cimeira decorre nestes dias na capital etíope. Museveni sucede nesse cargo ao Presidente egípcio Hosni Mubarak. Na cimeira estão presentes, entre outras personalidades, o vice-presidente da ANC, Nelson Mandela e o ex-presidente norte-americano, Jimmy Carter.

Refugiados na embaixada checa em Havana

Cinco dissidentes exigem garantias das autoridades cubanas

A embaixada da Checoslováquia em Havana acolheu cinco dissidentes cubanos, que não pediram asilo político mas se consideram refugiados, disseram fontes daquela missão diplomática.

«Se eles o pretenderem podem manter-se aqui até que haja uma resposta satisfatória por parte das autoridades cubanas», disse o adido de Imprensa, Lbomir Hladik.

Dos cinco refugiados, apenas foram identificados Carlos Eládio Novoa Ponce, Jorge Luís Mari e Lázaro Angel Cabrera Puentes.

A embaixada checa disse que já comunicou a situação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Praga - cujo responsável averbou ontem um importante triunfo político quando, depois de intensas conversações com Tirana, conseguiu que esta deixasse partir para a Checoslováquia 51 refugiados albaneses, há vários dias na sua missão - e que espera resposta.

Os cinco refugiados cubanos dizem pertencer à organização ilegal dissidente «Associação pró-Arte Livre (APAL)».

Novoa disse que se tinham refugiado na missão dado o perigo iminente de serem detidos pela segurança do Estado, devido à sua actividade dissidente.

«Não abandonaremos esta embaixada até que o Governo cubano se com-

prometa a não exercer represálias contra nós», disse.

O adido de Imprensa da embaixada checa admitiu ser muito provável que o caso contribua para piorar as relações checo-cubanas.

Segundo observadores diplomáticos, o incidente poderá afectar as já difíceis relações entre os dois países que, a partir das reformas democráticas iniciadas pelo Governo de Praga, conheceram vários problemas.

O último foi a carta do Presidente checoslovaco, Vaclav Havel, ao seu homólogo, Fidel Castro, sobre o respeito pelos direitos humanos em Cuba.

Castro respondeu com uma outra missiva, divulgada em Praga a 29 de Junho, em que acusava Havel de desconhecer totalmente os problemas de Cuba.

Os cinco refugiados afirmam que apenas esperam obter garantias do Governo cubano para poderem trabalhar e dedicarem-se aos seus assuntos políticos.

A «Associação pró-Arte Livre» é um grupo minoritário cujos dirigentes já foram detidos noutras ocasiões por actividades contrárias à segurança do Estado cubano, segundo a terminologia oficial.

Redacção «DL»/Lusa

Vaticano sacrifica Cuba a interesses no Leste

A viagem papal a Cuba que ia realizar-se no dia 8 de Dezembro próximo, data importante no ritual católico, e anunciada pelo próprio Papa quando da sua ida à Checoslováquia, acaba de ser publicamente anulada. Curiosamente, tanto o Vaticano como Havana fazem declarações formais dizendo que a viagem nunca tinha sido projectada; no entanto, é conhecido o interesse que houve de ambas as partes em desenvolver um melhor relacionamento a todos os níveis: político, diplomático e religioso.

Por que então se criou esta nova situação paradoxalmente procurada pelos dois Estados?

São várias as razões, como sempre, mas há uma que no momento actual está na base de todas as outras: o evoluir da situação dos países antigamente chamados de «socialistas» e particularmente da própria URSS.

Senão vejamos. Por um lado o isolamento de Cuba acentua-se; já há vozes na própria União Soviética que pensam que chegou a hora de acabar de vez com a ajuda económica à ilha do Caribe.

Esta posição é sobretudo sustentada por círculos intelectuais que se opõem a Gorbachev e que gostariam de ver mais rapidamente implantada no seu país a economia de mercado.

Ora este isolamento trouxe uma consequência lógica: o endurecimento do regime, quer no plano externo, quer no interno, e, neste segundo aspecto naturalmente tinha que atingir necessariamente a Igreja Católica porquanto esta deve ser a única

oposição organizada, mesmo que minimamente, que existe no país.

Os templos, por exemplo, autorizados para exercer os ritos, também podem servir de lugar de reunião mesmo para pessoas não católicas e torna-se perigoso num contexto em que qualquer fraqueza com o inimigo é delicada.

Por outro lado, temos a posição do Vaticano. Para o Estado pontifício, actualmente, mais importante que um bom relacionamento com o Governo de Fidel Castro é o desenvolvimento da sua intervenção político-religiosa nos países do Leste. Até porque por razões diversas e, contrariamente ao caso cubano, a Igreja vê facilitada nestes países a sua tarefa pelos próprios governantes, em particular Gorbachev. Não tanto pelos trabalhadores, principalmente os mineiros, que acabam de fundar um partido político, o dos Novos Socialistas (MKNS, sigla em russo) e que realizou dias atrás o seu próprio Congresso de fundação, mas sim pelos intelectuais e por políticos como Boris Ieltsin, que procuram uma aproximação maior com os EUA e com a Igreja. E, claro está, isto vem ao encontro da política papal. Porém, terá o Vaticano que sacrificar de momento a sua política para Cuba e assim o fará.

Esta é pois a razão de fundo do cancelamento da visita de João Paulo II a Havana. Mas será a Igreja capaz de sustentar o seu combate interno em Cuba?

André Martin

INTERNACIONAL

O novo eixo China-Indonésia

O ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, sublinhou reiteradamente na sua recente visita a Pequim que o reestabelecimento de relações diplomáticas entre a China e a Indonésia marca apenas a normalização de uma situação de facto.

Alatas guarda uma certa razão na sua linguagem diplomática porque, de facto, Pequim e Jacarta souberam evitar, após 23 anos de ruptura bilateral, questões intrincadas que passam pelo envolvimento da China na rebelião comunista de 1965 na Indonésia e o subsequente massacre desencadeado contra a comunidade chinesa em Java.

Significativamente, Alatas e o seu homólogo Qian Qichen acordaram no pagamento pela Indonésia de um empréstimo de 84 milhões de dólares devido a Pequim, enquanto a China evitou levantar a questão das relações entre Jacarta e Taiwan.

O regime nacionalista de Taiwan é, actualmente, um dos principais parceiros comerciais da Indonésia e mantém diversas representações semi-oficiais em Jacarta, mas Pequim, ao contrário da atitude que tem tomado face às Filipinas, pressionando o Governo de Manila e lançando advertências repetidas contra os interesses de Taipé no arquipélago, passou em branco esta questão.

Na prática, a China e a Indonésia acordaram na não-interferência no que consideram ser matérias de foro interno de cada país, designadamente, política de direitos humanos e relacionamento com terceiros Estados, seguindo assim a via pragmática e flexível que se está a impor no Sudeste Asiático.

A China é demasiado grande para ser ignorada

Singapura, outro parceiro fundamental de Taiwan, saudou o acontecimento, anunciando que iria estabelecer, em breve, relações diplomáticas com a China.

Significativamente, também, a reacção oficial da Índia foi mitigada, tanto mais que Nova Deli vê agora surgir, em seu detrimento, um novo e grande eixo diplomático no Sudeste Asiático.

Para a União Soviética, que busca capitais e tecnologias na Coreia do Sul e no Japão e um novo parceiro comercial na Indonésia, o acordo entre Jacarta e Pequim vem apenas reequilibrar a arquitectura diplomática da região num jogo em que Moscovo conta com muito poucos trunfos.

A questão do Camboja, em que Jacarta e Tóquio jogam um papel fundamental como mediadores nas conversações de paz, poderá conhecer novos desenvolvimentos se a Indonésia conseguir levar a China a retirar progressivamente o seu apoio aos Khmers Vermelhos.

Jacarta tem aqui um papel fulcral porque é o principal contacto entre o Vietname e os Estados da Associação das Nações do Sudeste Asiático - que engloba ainda a Tailândia, a Malásia, as Filipinas, Singapura e o Brunei - e poderá alargar a sua mediação numa relação directa com Pequim.

Finalmente, o Governo de Tóquio ganhou mais um argumento para usar na cimeira de Houston dos Sete, no sentido de levantar as sanções económicas à China, que, um ano após Tiananmen, quebra pouco a pouco o seu isolamento.

O axioma em tempos enunciado pelo ultra-pragmático primeiro-ministro de Singapura, Lee Kuan Yee, de que a China é demasiado grande para ser ignorada ou hostilizada continua a ter força de lei e o que vale para a China vale para a Indonésia.

C.G.B.

Quase coincidiram no tempo as duas Cimeiras: a da NATO, há dias, em Londres, e a dos Sete Mais Ricos, agora em Houston. É tentação natural fazer com elas um par, tanto mais que nelas se misturam o político, o económico e o militar, a santíssima trindade dos Estados. E coincidem com uma época em que todo o mundo se agita, incluindo o Pacífico, onde emerge um possível eixo Indonésia-China

O mundo inteiro nas mãos dos Sete

Estará a ser esta a primeira vez que os Sete Países Mais Ricos do Mundo, agora reunidos em Houston, têm, posto sobre a sua mesa de trabalho, o mundo inteiro. Ou quase.

Desde a União Soviética à China, passando pelo Terceiro Mundo e com atenta paragem na Nova Alemanha, os EUA, França, Inglaterra, Itália, Canadá e Japão devem abrir muito os braços e esticá-los por modo a que alcancem tudo o que vai do Sudeste Asiático à Europa, incluindo-se nesse alcance o que menos agrada a Bush: as inquietações causadas aos seus parceiros pelos défices orçamental e comercial dos norte-americanos.

Em termos políticos, e concretamente por influência do Japão, os Sete tomaram, ontem, no seu primeiro primeiro dia de trabalhos e pelo que se soube, posições diferentes para com a URSS e para com a China.

A «tolerância»

O primeiro-ministro de Tóquio, Toshiki Kaifu, declarou, recorde-se, que «...as linhas de crédito à China serão retomadas em breve, por decisão própria do Japão, logo após a Cimeira de Houston».

Justificação dada por Mi-soji Sakamoto, secretário da Presidência do Conselho de Ministros nipónico: «O isolamento da China não tem uma boa influência sobre a Ásia e a região do Pacífico». A reabertura da linha de crédito japonês significa entregar a terceira parte do



A direita e ao lado de Bush, o primeiro-ministro japonês, Kalfu, o homem da «tolerância» para com a China

empréstimo concedido, a qual vale 800 milhões de contos.

Quer dizer, o massacre de Tiananmen está esquecido, com tudo o que ele significou como rejeição de um processo de eventual democratização.

Esta «tolerância» não será talvez alheia aos planos de criação de um eixo China-Indonésia, que se trata noutro local desta página.

Em contraste, mantem-se a pré-condição política de pluripartidarismo para o auxílio maciço de que a URSS necessita se bem que se note o cuidado de os Sete protegerem Gorbachev, embora pressionando-o, amigavelmente. Bush já fala do envio de peritos norte-americanos à URSS para avaliarem as necessidades económicas do país.

Pode recordar-se o que se passou com a Lituânia. Depois de proclamada a independência, há quatro meses, esperou ela com alguma ansiedade pelo apoio do Ocidente. Já sabiam os lituanos que a URSS iria exercer a pressão de um bloqueio económico. Mas tinham a esperança de que o Ocidente os ajudasse a suportar esse bloqueio para poderem conservar, com êxito, a sua proclamada independência.

O Ocidente não ajudou, Vilna foi obrigada a recuar, suspendeu a declaração de independência por cem dias e amanhã inicia conversações com Moscovo. Mãozinha do Ocidente a Gorbachev.

Outra mãozinha do Ocidente a Gorbachev mas mais pesada. Como diz «Le

Monde», o Ocidente «...quer lançar várias sementes à terra soviética, programas alimentares, trocas comerciais e outras iniciativas que permitam aos soviéticos descobrir, nem que seja por modo sumário, como funciona uma economia de mercado». Mas, ainda segundo o jornal francês, essas sementes só irão verdadeiramente germinar quando se verificar uma nova iniciativa política de fundo na URSS. Antes disso, não haverá grandes esperanças para uma população soviética que, escreve «Le Monde», «...está consciente de haver passado da situação de elite socialista para a de um Terceiro Mundo da Europa do Leste».

Redacção «DL»/AFP/
«Le Monde»

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 1.º JUÍZO

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem da garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da segunda e última publicação do anúncio.

Execução de alimentos n.º 3439-B 1.ª Secção.
Exequentes — Virgínia Clara.
Executado — António da Silva João, residente na Av.ª General Barnabé António Ferreira, n.º 298, em Serrão de Vale de Lobos-Pêro Pinheiro, em Sintra.
Lisboa, 7 de Junho de 1990

O Juiz de Direito
(assinatura ilegível)
O Escrivão de Direito
(assinatura ilegível)

«DL» — 2.ª Pub. — 10/7/90

Transformações na NATO: a tentação europeia

A transformação anunciada da NATO, além de corroborar os seus princípios fundadores, ou seja, a contenção da ameaça soviética, está simultaneamente a catalizar novas dinâmicas que não são acolhidas de igual modo por todos os seus membros.

Uma nova configuração da NATO terá agora de ter em conta a importância actual dos seus membros, que não é a mesma que há 50 anos, assim como as suas aspirações na cena internacional que terão, entretanto, mudado significativamente. Assim, ficou bem patente na cimeira de Londres que se começou a desenhar um novo projecto com o qual nem todos estão de acordo.

Os progressistas

Liderados politicamente por François Mitterrand e economicamente por Helmut Kohl, destaca-se um grupo

de Estados que engloba ainda a Espanha, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo que, por razões diferentes, defendem o surgimento de uma «identidade europeia» no domínio da segurança.

No entender dos «federalistas» (Mitterrand aponta a federação europeia como objectivo final da integração) a competência em política externa e de defesa deverá ser transferida para um órgão de decisão europeu a criar. Assim, a Europa passará a agir de uma só voz no seio da NATO, o que pressupõe a emergência de um «pilar europeu» dentro da Aliança. Antes de mais, este projecto visa a atribuir à Europa a responsabilidade da sua própria segurança. No entanto, vai mais longe e afasta de facto os Estados Unidos desta responsabilidade.

A França aposta na liderança da Europa e só um projecto político desta

envergadura poderá contrapor-se ao poder económico da RFA que, agora promovida no plano político, vê no surgimento de um pilar europeu na NATO uma forma perfeita para defender os seus interesses. A sua unificação passa por um aval da União Soviética, e Moscovo vê de bons olhos esta evolução. A integração militar da RFA no pilar europeu da NATO é para os ocidentais um factor positivo. Os receios levantados pela unificação alemã seriam desta maneira apaziguados até porque não se sabe como poderá reagir a opinião pública alemã após uma eventual retirada norte-americana do seu território.

Os conservadores

Opõem-se a este projecto todos os Estados-membros que nada têm a ganhar. Os EUA, que até agora assumiram a liderança da «comunidade atlântica», não podem deixar de

considerar um pilar europeu como «revolta organizada» ou um «primeiro passo» para a emancipação europeia.

Embora Washington se tenha revelado um apoiante sincero da integração europeia, quando se trata de problemas de segurança George Bush joga à defesa. Para o apoiar, o presidente norte-americano conta com os seus aliados tradicionais que, por sinal, também não têm nada a ganhar com esta iniciativa. Portugal e a Grã-Bretanha mantêm-se assim incondicionais defensores da comunidade atlântica.

Uma vez mais a lógica da integração europeia obedece a estímulos vindos do exterior, mas desta vez demarca-se com uma oposição nítida da frente atlântica o que aumenta ainda mais a tentação da Europa a «duas velocidades».

Nuno Azevedo

QUOTIDIANO

B R E V E S

Elevador de Santa Justa faz hoje 88 anos

O elevador de Santa Justa, em Lisboa, foi inaugurado há 88 anos. As obras deste transporte tão típico da capital, começaram a 2 de Julho de 1900, mas só no dia 10 de Julho de 1902 levava, pela primeira vez, os lisboetas até ao Carmo. Aquando da inauguração do elevador a descida custava 10 réis e a subida um vintém.

Portugal em primeiro no Festival de Zoetemeer

O primeiro prémio do Festival de Zoetemeer, na Holanda, foi atribuído a Portugal pela recriação de uma atmosfera portuguesa numa das ruas daquela cidade. No certame, em que participaram todos os países da CEE, ficaram colocados em segundo e terceiro lugar, respectivamente, a República Federal da Alemanha e a Espanha. A rua reservada a Portugal foi decorada com bandeiras do país e com flores, enquanto as lojas locais foram enfeitadas com motivos das diferentes regiões nacionais. O centro de turismo de Benelux, instalou ainda um moinho, uma carroça algarvia, a fachada de uma casa alentejana e um barco da Nazaré.

Freitas Cruz presidente da Administração do JN

António Freitas Cruz, administrador da RTP, foi ontem eleito, em assembleia geral, presidente do Conselho de Administração da empresa do Jornal de Notícias, SA. O novo administrador do JN, que detém cerca de 27,4 por cento do capital da empresa, foi eleito por maioria, apenas com dois votos contra e quatro abstenções. Os outros dois administradores são Luciano Patrão e José Bento Melo, tendo o primeiro confirmado à agência Lusa a marcação, para o dia 20, de uma nova assembleia geral que irá deliberar sobre a proposta de aumento do capital social do JN de 1,4 para 2,5 milhões de contos.

Governo açoriano lança concurso para a marginal

O Executivo açoriano abriu ontem um concurso público para a segunda fase das obras da protecção e valorização da orla marítima adjacente à avenida marginal de Ponta Delgada. O concurso, cujo preço base é de 850 mil contos e se realiza no âmbito dos países da Comunidade Europeia, visa a construção de edifícios, um complexo de piscinas, fornecimento e montagem de passadiços flutuantes e de redes gerais de águas, bem como de esgotos e electricidade.

Greve parcial na Carris afectou acessos à capital

A paralisação, entre as cinco e as oito horas, ampliou os problemas de trânsito. Está marcada nova paralisação para quinta-feira

A paralisação dos trabalhadores da Carris, entre as cinco e as oito horas de hoje, teve uma «adesão próxima dos cem por cento» segundo fontes sindicais.

Um informador da Brigada de Trânsito da GNR disse, ao DL, que os efeitos da greve se reflectiram nos congestionamentos de trânsito verificados nos acessos a Lisboa, particularmente na ponte sobre o Tejo. «Houve muita gente que optou por trazer viatura própria e a nossa actividade foi, por isso, mais intensa, ao princípio da manhã», acrescentou. As filas de carros, na margem sul, atingiram vários quilómetros.

Os trabalhadores da Carris, que tem uma nova greve marcada para quinta-feira, entre as 16 e as 19 horas, se não houver «qualquer evolução negocial», reivindicam a correcção salarial desde Janeiro, a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais e a negociação dos enquadramentos profissionais.

O DL não conseguiu obter, até ao fecho desta edição, nenhum comentário da administração da Carris sobre os resultados da greve desta

manhã, apesar dos esforços feitos nesse sentido.

Por outro lado, cerca de 2500 trabalhadores da área técnica das telecomunicações dos CTT continuam em greve às horas extraordinárias e à condução por acumulação, em defesa de um novo enquadramento profissional. Os funcionários em greve desde 25 de Junho recusam-se ainda a trabalhar em dias feriado ou de folga.

O sindicato põe a hipótese de renovar o pré-aviso de greve por mais um mês se as negociações não evoluírem positivamente até dia 25, data em que termina o actual período de paralisação.

Tréguas nas embalsamadas

Entretanto, o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro decidiu, ontem, suspender «formas de luta» até final do mês, devido à disponibilidade

negocial demonstrada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O ministro dos Negócios Estrangeiros disse à delegação sindical, com quem se reuniu, que já tinha contactado a Secretaria de Estado do Orçamento para que fosse desbloqueada a verba necessária para cumprir os compromissos anteriormente assumidos em matéria salarial, divulgou o Sindicato, em comunicado.

Conselho da UGT val ser agitado

Enquanto isso, a reunião do Conselho Geral da UGT, marcada para sexta-feira, «poderá ser agitada», devido às divergências entre socialistas e comunistas no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, disse, à Lusa, um conselheiro.

O mesmo dirigente referiu que um diferendo surgiu na direcção do Sindicato dos

Bancários do Sul e Ilhas, a propósito da assinatura do contrato colectivo de trabalho que institucionaliza a abertura das delegações bancárias ao sábado. «O sector comunista mostra-se reticente a dar o aval a tal cláusula», explicou.

No Porto, o conflito que opõe trabalhadores e administração do Hotel Sheraton poderá ter ficado resolvido na reunião que estava agendada para a manhã de hoje.

Um comunicado do Sindicato da Hotelaria do Norte distribuído ontem, à Imprensa, refere que no 12º dia de paralisação, a adesão à greve, por melhores condições de trabalho, se cifrava em cerca de 90 por cento. Os trabalhadores contestam a administração que «numa atitude altamente irresponsável retirou as propostas que estavam em cima da mesa e provocou um impasse nas negociações».



jornal de letras, artes e ideias

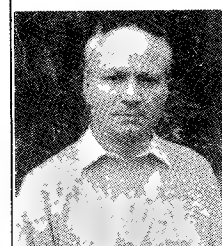
Ano X n.º 418 • De 10 a 16 de Julho de 1990 • 125500 • Semanário • Director José Carlos de Vasconcelos • Director adjunto Luís Almeida Martins



A COLUNA DE BOAVENTURA SOUSA SANTOS
DEZ MESES QUE ABALARAM O MUNDO

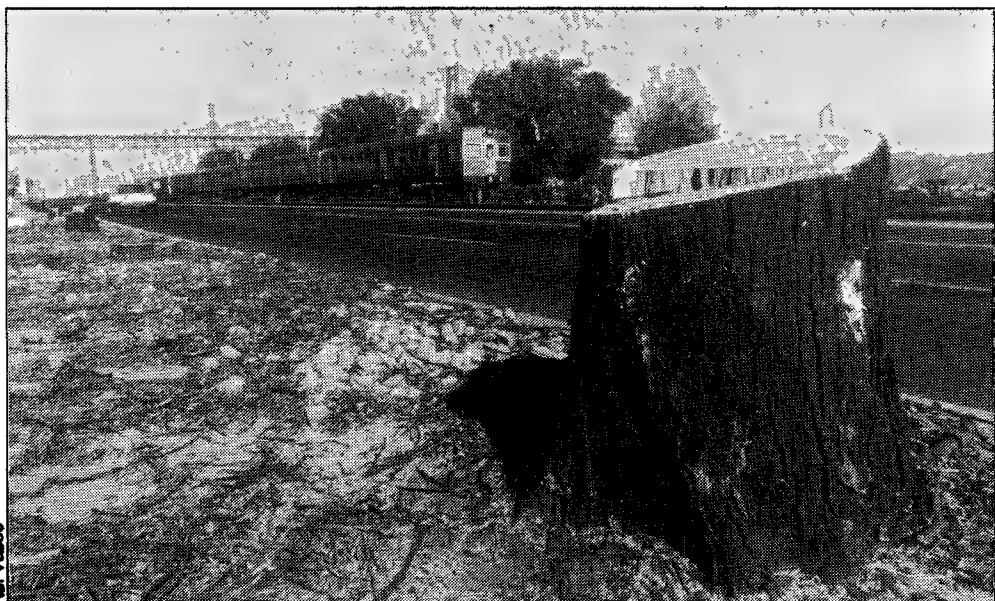


FERNANDA FRAGATEIRO
VIVER NO ARAME
ENTREVISTA DE CLÁUDIA LOBO PÁG. 24/25



ALBANO MARTINS
VOCACÃO DO SILÊNCIO
ENTREVISTA DE BAPTISTA-BASTOS • TEXTO DE ANTONIO RAMOS ROSA PÁGS. 10/11

AMÉLIA
ÚLTIMO ACTO
NOTÍCIA E DEPOIMENTO DE LUIZ FRANCISCO REBELLO PÁG. 6



Câmara corta árvores para automóveis passarem

Os 28 choupos da Avenida da Índia, recentemente cortados serão repostos no próximo Outono. Da Câmara Municipal de Lisboa a explicação para o abate destas 28 árvores baseia-se na necessidade de alargar aquela via numa extensão de 230 metros para ali introduzir uma faixa destinada aos transportes públicos. Segundo fontes camará-

rias, além destas alterações na via serão construídas igualmente duas passagens superiores para peões nas zonas vizinhas (uma na Rua Mécia Mouzinho de Albuquerque, outra junto à Feira Internacional de Lisboa) no sentido de diminuir o alto índice de sinistralidade, facto que terá obrigado ao corte dos choupos, alguns deles com 25 anos de idade.

Critérios mudam de país para país e os dados chegam sempre com injustificáveis atrasos

Praias limpas da CEE, quem sabe quais são?

Quem vai de férias não tem o menor processo de comparar a limpeza das águas das praias na CEE: os testes não são idênticos entre os diversos países e os seus resultados chegam excessivamente tarde à Comissão europeia, que do facto se queixou ontem.

Como habitualmente desde 1982, a Comissão foi forçada a publicar o seu relatório anual a partir de dados do ano de 1988, provavelmente já ultrapassados, reconheceu um dos seus informadores. Este informador devolveu a responsabilidade às administrações nacionais, que enviam «com atraso» os seus dados a Bruxelas.

Já antigos, os resultados publicados nem mesmo são «directamente comparáveis entre um e outro Estado na medida em que os parâmetros devido a regulamentos nacionais não são forçosamente idênticos», acrescenta a Comissão num comunicado.

De qualquer maneira, não há um único país que respeite totalmente as normas comuns de limpeza das águas das praias, enquanto que todos deveriam fazê-lo desde 1985, en termos de uma directiva (lei europeia) adoptada em 1975. Para os forçar a essa adopção, a Comissão levou onze países membros ao Tribunal Europeu de Justiça.

Apenas Portugal escapou a esta notificação, já que beneficia de um adiamento até 1992 para se conformar às leis europeias. Este ano, Portugal, viu 105 das suas praias receberem a bandeira azul da CEE.

Faltam garantias

Mas as bandeiras azuis entregues em cada ano às praias reputadas mais limpas não garantem uma água intacta, já que não levam em conta a presença eventual de salmonelas ou de enterovirus na água, indicou o informador da Comissão.

Apesar destas reservas estatísticas, a Comissão constata «que grande número de praias entre as mais frequentadas da Comunidade melhoraram sensivelmente desde a entrada em vigor da directiva». Mas «um número ainda importante de praias necessita de medidas de limpeza», acrescenta o executivo da CEE.

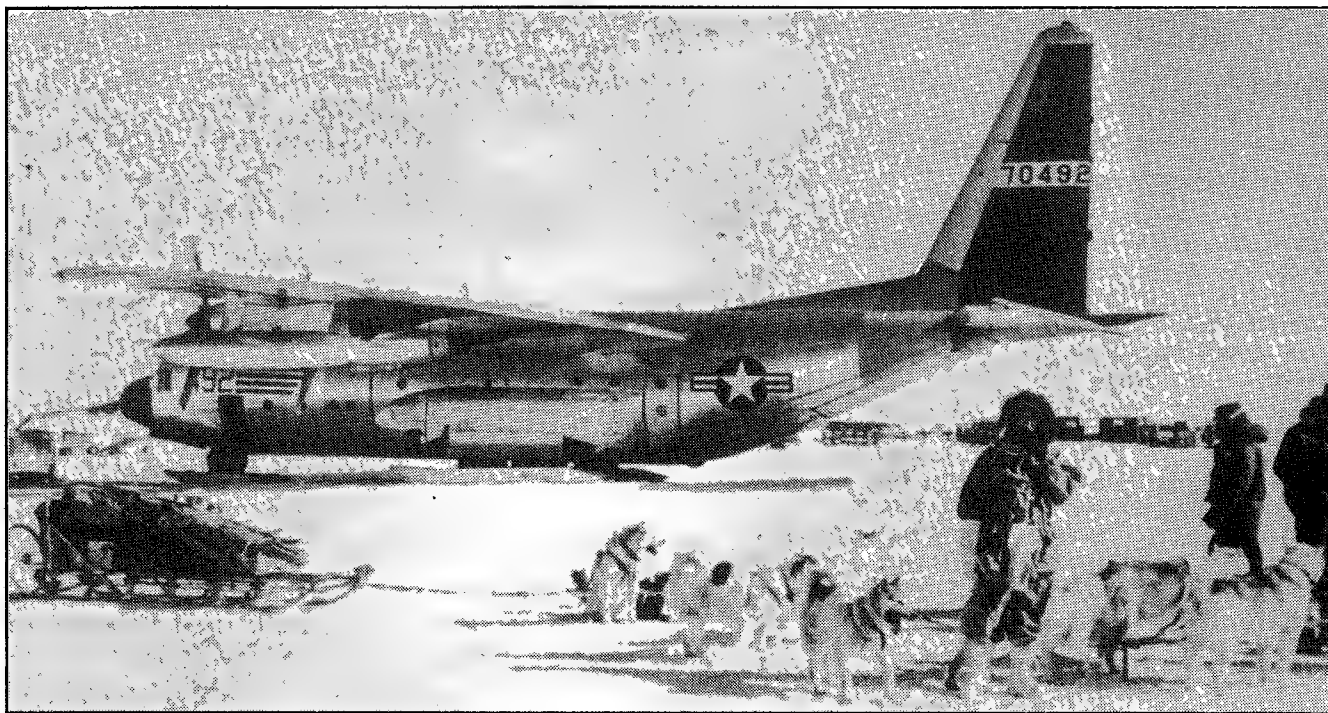
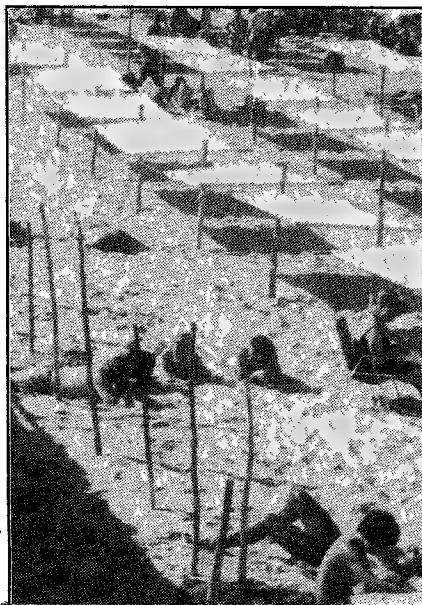
«Os cidadãos europeus têm o direito de se banhar em águas limpas», afirmou num comunicado o comissário europeu do Ambiente, Carlo Ripa di Meana, acrescentando que isso poderia dar um alento suplementar à indústria turística da CEE.

As praias que foram objecto de inspecção durante o Verão de 88 revelaram-se conformes às normas europeias em 85 por cento em França, 84,4 na Itália e 81,1 na Espanha, segundo o relatório da Comissão. Os resultados são piores para a Bélgica (79,5) e o Reino Unido (67), embora tenham sofrido sensíveis melhoras nestes dois países.

Na Grécia, «o programa de vigilância foi insuficiente para apreciar capazmente a qualidade das águas de banho» para além da península da Ática, indica o executivo da CEE.

Regra geral, os rios são menos salubres que a beira-mar: 76,1 por cento dos testes em água doce revelaram-se conformes às normas da CEE na França, 50,3 na Espanha, enquanto essa percentagem é na Itália de 59 por cento para as águas lacustres e apenas de 10,2 para os rios.

Redacção «DL»/
AFP



Na Antártica não há motivos de concorrência ou de cobiça

Turismo a 90º abaixo de zero

Na Antártica, continente quase virgem, uma pequena população constituída por gente de várias raças vive em perfeita harmonia e no meio de todo o conforto

Quando o imenso Amazonas já começa a ficar cortado pelas grandes auto-estradas e, portanto, a deixar-se penetrar pela civilização com tudo o que tenha ainda de impenetrável, quando as florestas da Nova Guiné (até há poucos anos quase desconhecidas) já são invadidas e devastadas pelo homem, quando o imenso sertão africano já pouco mais é que um gigantesco parque para passeios domingueiros (pelo menos onde não haja dos tais «revolucionários não comprometidos»), quando o próprio Pólo Norte é hoje atravessado por linhas aéreas militares e mantém no seu interior postos também militares e científicos, além de contarem uma população esquimó numerosa, em relação ao meio ambiente, quando, portanto, todo o Globo se encontra à mercê do progresso e da tecnologia dos nossos dias, perfurado dos nossos dias, explorado até aos últimos limites, o Pólo Sul pode considerar-se ainda uma região virgem.

Não que não tivesse sido palpado, escavado, percorrido pela ambição humana, como qualquer outro continente. Quando no ano de 1821, o americano Davis, o primeiro dos verdadeiros exploradores antárticos, pôs pé no Pólo Sul, poucos olhos humanos tinham avistado aquelas paragens. Daí até hoje, mais de vinte e cinco mil pessoas visitaram o continente Antártico, embora 90% o tenham feito unicamente nos últimos quinze anos.

A salvação do continente Se todos estes milhares de exploradores, cada grupo dos quais com o seu fim particular, tivessem encontrado o que procuravam, ou pelo menos uma parte do que procuravam, como aconteceu no Pólo Norte, de modo nenhum estaríamos aqui a afirmar que se trata ainda de um continente virgem. Mas o fracasso desses exploradores, salvaria o Antártico da gula humana e das inevitáveis destruições ou degenerescências que, infelizmente, sempre acompanham o aventureirismo ou o zelo dos «construtores de uma nova natureza», que são, na realidade, os destruidores - pelo menos em certos casos - da verdadeira Natureza.

No Antártico, existe apenas uma base de pesquisas unicamente científica. Não se procede a explosões nucleares, nem em perfurações em busca de petróleo. Não há estações de radar para captação de sinais de mísseis, nem aquartelamentos militares de qualquer espécie. Por meio de um acordo estabelecido entre a Bélgica, Noruega, França, Japão, Nova Zelândia, Estados Unidos, Rússia, África do Sul, Austrália e Argentina, a base científica ali colocada encontra-se ao serviço da humanidade inteira, sem racismo, sem confrontos políticos. Não é uma base russa ou japonesa ou norte-americana ou sul-africana. É uma base de todos os povos, que estão autorizados a enviar, sem quaisquer formalidades, os seus cientistas, os seus técnicos, os seus curiosos.

Trata-se de uma comunidade de cerca de mil pessoas das mais variadas nacionalidades, que vivem num raio de catorze quilómetros e que fazem experiências apenas para preservar a escassa fauna local, no sentido de verificar as variações climáticas do continente - bastante diferentes das do Ártico - e para tornarem o ambiente quanto possível receptivo... aos turistas. É verdade. O Antártico é, hoje, um ponto de atracção turística, como outro qualquer. Um lugar de paz e concórdia entre povos de raças e credos diversos, um lugar como não há, neste aspecto, outro no Mundo.

Em boa verdade, também não se vêem razões para que não fosse assim. Ao contrário do Pólo Norte, que com a criação do Estado do Alasca, acabou por transformar-se numa zona de conflitos inevitáveis entre as grandes potências, o Pólo Sul não garante enormes fornecimentos de peles, nem pescarias fartas nos seus mares - embora exista por lá muito peixe, mas a distância e os modos de apanha tornariam a tentativa demasiado cara -, nem hipótese de grandes jazidas petrolíferas, sob a imensa camada de gelos.

A flora não existe. As rotas marítimas e aéreas, quer militares quer civis, não são em nada servidas ou influenciadas pelo Antártico. Não se encontram, pois, motivos de concurso ou de cobiça que possam levar os países do resto do globo a digladiar-se. Bom, isso é o que nós pensamos. De um momento para o outro, talvez algum americano ou russo descubra a maneira de vender todo aquele gelo em cubos e então... lá saltam as ameaças nucleares sobre o silencioso Pólo Sul.

Gostos para tudo Há gostos para tudo e, sinceramente, nós nada temos a ver com isso. Nem é nosso interesse entregar a fonte de receitas da já numerosa colónia internacional estabelecida naquela ponta gelada do nosso planeta. Mas reparem, que fazer turismo com 90 graus abaixo de zero, é uma prova de verdadeira coragem.... liofilizada.

O vento glacial que ali sopra constantemente e a que chamam «blizzard», penetra a pele... das próprias ontárias. Claro que no «Verão antártico», a temperatura sempre é mais amena: 40 a 50 graus abaixo de zero! Mas nessa altura o «blizzard» sopra com muito menos força e o sol brilha... durante as 24 horas do dia. É o dia polar, que dura seis meses, ao fim do qual vem a noite polar, por

outros seis meses. Neste aspecto, o Pólo Norte e o Pólo Sul são parecidos. E que pode o turista tirante visitar, numa região assim? Claro que, por enquanto, não existem museus. Mas poderá visitar a pedra colocada no local onde desembarcou o grande explorador Amundsen ou o americano Davis, divertir-se com as focas, otárias, leões marinhos e pinguins que não faltam - são às dezenas de milhar - ou pescar excelente peixe nas águas frigidíssimas. Poderá ainda percorrer quilómetros e quilómetros de brancura imaculada e, se é esquiador, não lhe faltam campos para praticar o desporto da sua predilecção.

Contudo, com o estabelecimento da base científica, o Pólo Sul está menos desolado do que se supõe. Há um campo para a terragem de aviões e helicópteros, uma excelente baía para ancoradouro de navios de qualquer tonelagem. As duas concentrações de «edifícios» da base, de maior vulto, possuem cinema, grupo teatral, jornal próprio, televisão, ginásio e piscinas - cobertas e bem quentinhas, claro -, bares com conjuntos musicais, estabelecimentos onde se expõem as últimas modas, etc.

Enfim, mesmo com os tais 90 graus abaixo de zero, vive-se menos mal. Não há cobradores de impostos, nem polícia. Construiu-se mesmo um parque de jogos, também coberto, onde se podem praticar o futebol, o baseball, o basquetebol e o ténis. Como se vê, viver nos fins do mundo, não parece assim muito incómodo. E para quem gostar de ice-cream às carradas, ora, é só fazer a mala e toca a mudar para o Pólo Sul. Por enquanto o ice-cream é barato e genuíno - do Pólo Sul. Basta percorrer os cerca de três mil quilómetros que levam da Europa até lá. Boa viagem.

QUOTIDIANO

A protecção policial às crianças não é suficiente para evitar a criminalidade que incide sobre os menores. Por isso, a PSP divulgou um receituário com conselhos às famílias

Polícia quer ajuda dos pais

As crianças e as mulheres são considerados pela Polícia de Segurança Pública dois dos grupos mais atingidos pela criminalidade e que, por isso, mais necessitam de ser protegidos. Assim, a PSP decidiu lançar uma campanha de prevenção do crime em relação à criança, porque, como diz o adágio, «mais vale prevenir que remediar».

E por vivermos numa sociedade onde a confiança no outro ainda (ou já) não é possível, convém alertar as crianças para o presumível perigo que correm em determinadas situações.

Durante uma conferência de Imprensa realizada ontem, o general Amílcar Morgado salientou que «a protecção das crianças não depende só da PSP, mas começa pelas informações que os pais podem ou não dar aos seus filhos».

Num panfleto a ser distribuído pela população a PSP cita alguns conselhos a serem dados pelos pais e que se baseiam, fundamentalmente, em duas premissas: o que não devem fazer e o que sempre devem fazer.

Quanto à primeira, segundo a PSP, os pais devem dizer aos filhos para não irem a algum lado com estranhos, para não aceitarem dinheiro, guloseimas, ofertas ou boleias de desconhecidos, não mostrarem que têm dinheiro consigo, não abrirem a porta a pessoas que não conhecem, não brincarem longe da casa ou do local onde estão os familiares, depois do anoitecer, em prédios vazios ou ruas desertas.



Não aceitar boleia de desconhecidos e não brincar longe de casa são duas das formas de prevenir a criminalidade sobre as crianças

A polícia aconselha a dizer-se às crianças que comuniquem aos pais ou ao professor se um estranho tentar falar muito tempo com elas, para seguirem pelo mesmo caminho quando regressarem a casa e para não vaguearem por outros sítios quando vão para a escola, para brincarem com amigos e não sozinhos e dizerem onde estão a brincar.

O general Amílcar Morgado referiu que «a PSP acredita que a acção educativa dos pais é insubstituível e fundamental». Daí a razão desta

campanha «cujo lançamento efectuado antes do período das férias escolares se espera tenha reflexos positivos».

«Os jovens, pela sua mais intensa actividade social, natural curiosidade, menos experiência de vida e até pelos seus sentimentos de generosidade e de solidadriedade, estão especialmente sujeitos a serem vítimas de crimes e delitos. Para além disso, as estatísticas mostram, em todo o mundo, um aumento do número de crimes praticados por jovens. Um inquérito feito recentemente por uma

revista de expansão internacional, junto da opinião pública, revelou que a falta de acção formativa e do acompanhamento dos jovens por parte dos pais é a causa do agravamento da criminalidade», salientou Amílcar Morgado.

Para o biénio 1990/91, a PSP tenciona agir no combate ao crime e à delinquência, orientando-se para as situações que «mais preocupam as populações e afectam a qualidade de vida nas áreas urbanas à responsabilidade da PSP».

Novo teste de mongolismo para recém-nascidos

Um novo exame médico permite detectar o mongolismo num feto, em apenas um dia, e não apenas nas habituais três semanas, anunciou uma companhia americana que testou o novo método.

A companhia Oncor de Gaithersburg (Maryland) fez saber que o sistema de análise permite detectar um número anormal de cromossomas nas células do feto. Este método inovador utiliza sondas que se tornam fluorescentes em contacto com os cromossomas a que aderem, permitindo, deste modo, a sua contagem.

O mongolismo é uma forma de deficiência mental causada pela existência de três cromossomas 21, em vez de dois, o número normal e segundo estatísticas apuradas nos Estados Unidos, a deficiência manifesta-se numa percentagem de 1/800 nascimentos.

Stephan Turner, presidente da Oncor, declarou que os resultados dos testes feitos pela companhia até à data se têm revelado de um rigor e exactidão extremos. No entanto, não recomenda para já o abandono dos métodos tradicionais detectores da anomalia, por meio da cultura de células, mas a utilização dos dois métodos.

Segundo M. Aubrey Milusky, da escola de medicina da Universidade de Boston (Massachusetts), o teste tradicional é necessário em caso de resultado positivo no teste Oncor.

Pelo contrário, se o resultado deste é negativo, há muito poucas hipóteses de o bebé ser afectado pelo mongolismo.

Por outro lado, Stephan Turner disse que, de futuro, apenas será utilizado o teste de Oncor, já que, para além da rapidez, ele apresenta a vantagem de ser muito mais barato.

COTAÇÕES



Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	39\$50	45\$50
ALEMANHA FED. (marco)	86\$60	87\$80
ÁUSTRIA (xelim)	12\$30	12\$50
BÉLGICA (franco)	4\$023	4\$273
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	123\$20	125\$70
(notas de 5 a 1000)	123\$70	126\$20
DINAMARCA (coroa)	22\$75	23\$15
ESPAÑA	1\$378	1\$498
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	142\$80	146\$30
(notas de 5 a 1000)	143\$30	146\$80
FINLÂNDIA (marka)	37\$00	37\$60
FRANÇA (franco)	25\$80	26\$50
HOLANDA (florim)	76\$90	78\$00
IRLÂNDIA (libra)	233\$50	237\$50
ITÁLIA (lira)	\$107	\$122
JAPÃO (iene)	\$904	\$959
NORUEGA (coroa)	22\$55	23\$05
GRã BREITANHA (libra)	259\$45	263\$95
SUÉCIA (coroa)	23\$90	24\$40
SUIÇA (franco)	102\$50	104\$00
VENEZUELA (bolívar)	2\$617	3\$417

OBSERVAÇÕES:

- 1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
- 2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

O novo computador de Steve Jobs

Que é que tem o NeXT que é diferente dos outros?

Ontem foi apresentado, em Lisboa, o novo computador de Steve Jobs. Uma máquina que é considerada, por muitos, como o computador pessoal para os anos 90; um homem que conseguiu impressionar a IBM.

Parafraseando Bill Gates, o menino prodígio da Microsoft e que nunca morreu de amores por Jobs: «O NeXT tem um monitor, um teclado e um rato. Afinal, é diferente em quê?»

Em muitas coisas. Começando por aquilo que salta aos olhos: a sua forma original de cubo completamente negro.

Mas, claro, isso não chega para recriar o computador pessoal.

Na verdade, o mais importante do NeXT está na sua

aproximação ao sistema operativo que ameaça tornar-se omnipresente durante esta década, o Unix.

Para os menos conhecedores destes chavões podemos caracterizá-lo de uma maneira muito simples: enquanto num PC (com MS-DOS) só se pode efectuar uma tarefa de cada vez (quando começamos outro programa, o anterior pára), com o Unix conseguem-se ter vários programas e utilizadores a trabalhar simultaneamente. É por isso, que tudo o que envolve grandes processamentos (bancos, por exemplo) funciona com máquinas Unix (ou sistemas idênticos).

Então, porque é que todos nós não utilizamos Unix em vez de MSDOS? O Unix, além

de exigir máquinas mais potentes, é também muito mais complicado de perceber e utilizar.

Foi este escolho que Steve Jobs quis ultrapassar oferecendo uma máquina com a potência do Unix e um interface gráfico tão amigável para o utilizador como o da Apple, baseado em janelas, ícones, etc., e que qualquer mortal pode utilizar.

Mas não se ficou por aqui. Foi buscar aquela que vai ser a tecnologia de memória massa (a que se guarda: disquetes, discos rígidos...) do futuro e integrou-a na máquina. Refirimo-nos aos discos ópticos iguais aos dos nossos compactos discos e que podem guardar 256 Megabytes, lendo e gravando como uma vulgar disquete.

Aproveitou essa embalagem e dotou o computador de som digital tão perfeito como uma aparelhagem de alta fidelidade podendo gravar e reproduzir a nossa voz ou a nossa imagem, como se de um vídeo se tratasse.

Juntou-lhe uns pozzinhos técnicos, como o meio de afixação no monitor igual ao utilizado nas impressoras de alta qualidade gráfica (PostScript) de modo a que tudo o que se veja ou seja impresso tenha uma definição perfeita, e embarateceu ao máximo o embrulho - 2500 contos em Portugal.

Chega para tornar o NeXT no computador pessoal dos anos 90?

Só o tempo o dirá.

Fernando Soares



uma cidade limpa
é uma cidade viva
CML

Radicalização entre duros israelitas e extremistas palestinos faz soar «tambores de guerra»

Médio Oriente vive a situação mais perigosa desde 1973

Do nosso enviado especial a Israel

Há quem diga que é a situação mais perigosa para o Médio Oriente desde 1973. Embora todos se escondam atrás de um «optimismo oficial», é patente a falta de perspectivas para o início do processo de paz para um conflito que, cada vez mais, parece eternizar-se. «Os tambores da guerra estão a soar», avisa o professor palestino Seri Nosseibeh, para quem o actual Governo israelita inviabiliza qualquer hipótese de diálogo. De facto, até o mais tradicional e importante aliado de Israel, os EUA, têm demonstrado que a radicalização está hoje mais presente entre os judeus do que entre os árabes.

«Pensámos que a moderação iria criar, no lado israelita, um parceiro para a paz. Em vez disso, criou um monstro», lamenta Nosseibeh, que ensina Filosofia na universidade árabe de Beir Zeet, em Jerusalém. Esse «monstro» tomou posse há pouco mais de três meses e é o Governo mais à direita da história de Israel. Os palestinos esperam desde Dezembro de 1988, altura em que Arafat reconheceu o Estado de Israel e desistiu do terrorismo (ou «luta armada») como método de combate, que os israelitas respondam com o início das conversações de paz.

«Há três meses, quando Shimon Peres falhou por dois deputados a aprovação do seu Gabinete no Knesset (parlamento), o processo de paz esteve à vista. No entanto, desde então as coisas só têm piorado com o extremismo israelita a provocar uma crescente radicalização entre os palestinos», diz Nosseibeh.

Nada a conceder

Foi de facto a questão das conversações com os palestinos, previstas para o Cairo com a participação de egípcios e norte-americanos, a responsável pela queda do Governo de União Nacional, que juntava trabalhistas e conservadores. Não obstante os graves problemas económicos e sociais que o país atravessa (ver caixa), os «duros» do

Likud não hesitaram em romper uma coligação que já durava há quatro anos, assim que se aperceberam que os trabalhistas estavam dispostos a fazer concessões, por pequenas que fossem.

O chamado Plano Baker incluía representantes dos palestinos dos territórios ocupados (não pertencentes à OLP) e de Jerusalém Oriental. Os israelitas anexaram esta última região e declararam-na capital do Estado judaico. Vivem lá 130 mil palestinos que, no mínimo, não concordam com esta atitude. Mas para os israelitas isto não tem discussão, assim como a possibilidade, ainda que longínqua, da criação de país chamado Palestina.

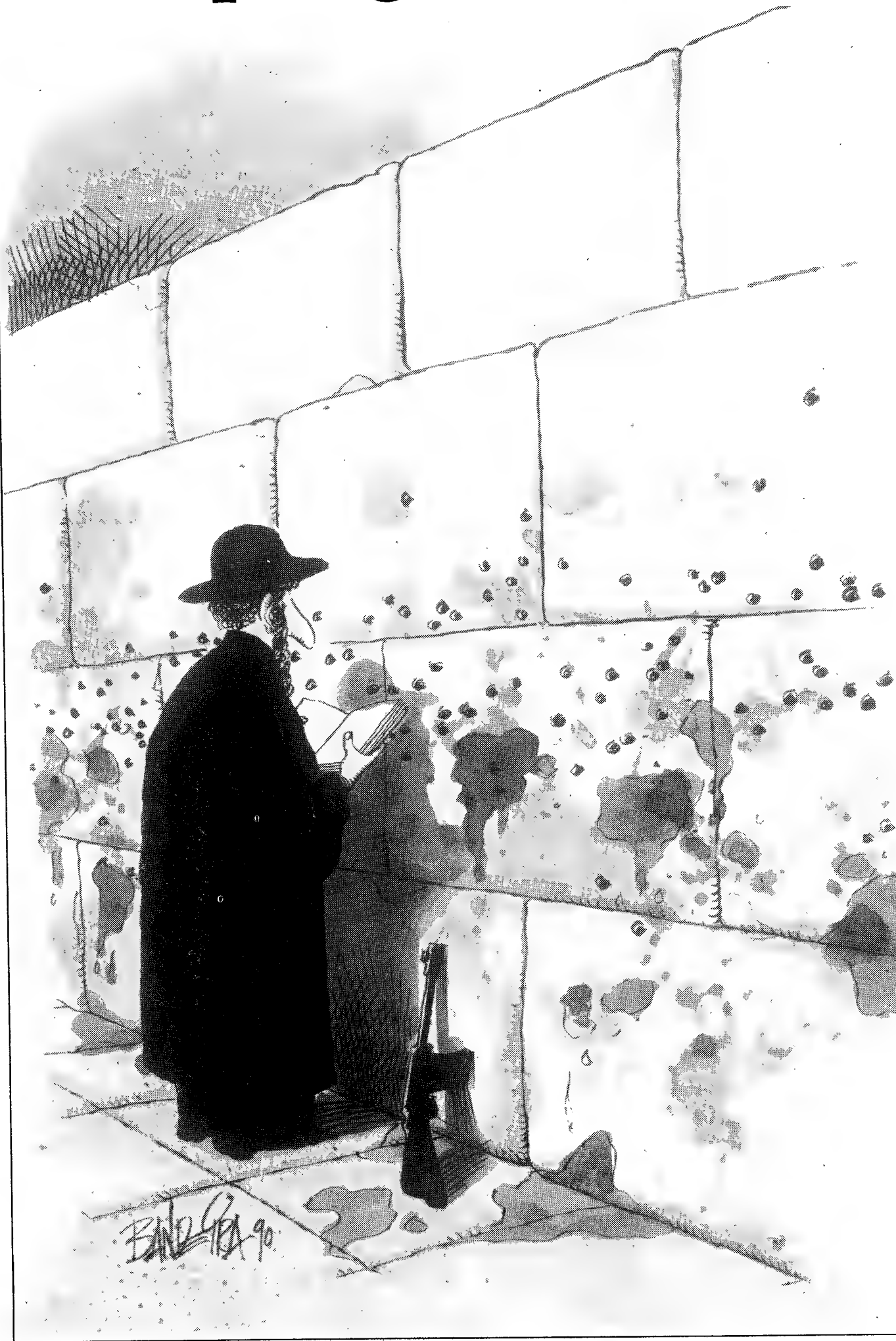
Perante tal intransigência, os norte-americanos começaram a fazer críticas nunca antes ouvidas pelos judeus. O secretário de Estado, James Baker, chegou mesmo a mostrar uma muito pouco diplomática irritação pessoal, devido à incapacidade, que deitaram abaixo um Plano que tanto trabalho lhe tinha dado a construir.

Quando tudo fazia crer que a pressão norte-americana (que se traduz em menos dólares para despesas essenciais israelitas, como as da Defesa) poderia levar a cedências no novo Governo de Yitzhak Shamir, uma facção radical da OLP lembrou-se de fazer, a 30 de Maio, uma desastrosa tentativa de desembarque nas praias de Telavive.

Desastrosa, não só porque a supervigilante Marinha israelita impediu facilmente o ataque, mas porque foi o pretexto para os israelitas justificarem o seu ponto de vista: Arafat não era sincero quando fez as declarações de Dezembro de 1988 e a OLP continua a pretender destruir o Estado de Israel. Ou seja, não há nenhuma concessão feita pelos palestinos que justifique um gesto de boa vontade por parte dos israelitas.

Quem controla a OLP?

Para agravar a questão, a Frente de Libertação da Palestina (FLP), liderada por Abul Abbas, foi a responsável pelo sequestro do barco de cruzeiro «Achille Lauro», em 1985, tendo assassinado um judeu norte-



A.M.A.

Auto Monumental do Arceiro S.A.

Audi



AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

americano que ia a bordo. Até hoje a opinião pública dos EUA (que já não tem grande simpatia por Arafat) treme de indignação ao ouvir falar de Abul Abbas.

A Administração Bush, também muito pressionada pelo lobby judaico, fez ainda diversas tentativas através do seu embaixador na Tunísia (o quartel-general da OLP é em Tunes) para que Arafat condenasse o atentado de 30 de Maio e provasse não só que era sincero nas suas declarações «moderadas» como também que é a facção de que lidera - a Al-Fatah - que continua a controlar a organização. Mas Arafat ficou-se por uma declaração genérica, condenando «todas as acções armadas contra alvos civis».

Muito a contragosto, Bush não teve outra opção senão suspender o diálogo que mantinha com a OLP desde 1988, levando à euforia os «falcões» israelitas. Mesmo assim continuou a deixar uma porta aberta: assim que Abul Abbas for expulso da direcção da organização, o diálogo é retomado.

«Quando à partida não se quer negociar, tudo serve de pretexto para suspender o diálogo», afirma Nosseibeh sobre a atitude dos EUA, recordando que as reacções são muito menos violentas quando jovens palestinianos são mortos pelo exército israelita nos territórios ocupados. Mesmo assim, não parece que enfraquecendo Arafat os EUA estejam a fazer a melhor escolha.

Arafat com cabeça a prêmio

O homem que lidera a OLP enfrenta hoje grandes problemas internos, a maior parte dos quais provocados pelos fundamentalistas islâmicos do partido Hamas e por facções radicais (para além das FLP de Abul Abbas, as FDLF de Naif Hawatmeh e as FPLP de George Habash, para citar apenas os casos mais importantes) que defendem uma radicalização e uma solução que, a ser assumida, resultaria no enorme banho de sangue nos territórios ocupados: responder com armas de fogo ao exército israelita.

Diz Nosseibeh que na OLP, como em todas as organizações, «há gente louca e gente normal» e garante que neste momento os «normais controlam os loucos». Mas o que é facto é que a contestação a Arafat (hoje em dia autenticamente com a cabeça a prêmio, com muita gente, árabes e israelitas, a querer que desapareça de cena) tem subido de tom e parece claro que se não condenou Abul Abbas foi porque não teve força para tal. A imprensa israelita dá todos os dias, notícias de confrontos directos entre facções palestinianas nos territórios ocupados, principalmente nos campos de refugiados.

É este o cenário no Médio Oriente que justifica o pessimismo e até algum desespero. Mas, como diz o professor palestiniano, «esperemos que a liderança da OLP consiga conter os seus radicais e que a própria sociedade israelita contenha os seus radicais». Se tal não acontecer a força das armas, a única que parece ter influência na região continuará a ditar as suas leis, com a agravante que os palestinianos dos territórios ocupados estão há já dois anos e meio (ver caixa) em plena sublevação da Intifada, sem dar sinais de esmorecimento.

Israel continuará portanto a ser um país em guerra, por muito que as ruas de Telavive pareçam calmas e que a parte judaica de Jerusalém tente ignorar o que se passa no lado árabe. Quando menos se esperar, há uma mulher palestiniana que esfaqueia uma criança israelita, soldados israelitas que disparam sobre adolescentes palestinianos, uma bomba que explode num mercado israelita ou castigos colectivos à população palestiniana. Em Israel isto acontece quase todos os dias.

Duarte Calvão



Jovens palestinianos preparam-se para enfrentar os soldados israelitas na cidade velha de Jerusalém

bas, as FDLF de Naif Hawatmeh e as FPLP de George Habash, para citar apenas os casos mais importantes) que defendem uma radicalização e uma solução que, a ser assumida, resultaria no enorme banho de sangue nos territórios ocupados: responder com armas de fogo ao exército israelita.

Diz Nosseibeh que na OLP, como em todas as organizações, «há gente louca e gente normal» e garante

que neste momento os «normais controlam os loucos». Mas o que é facto é que a contestação a Arafat (hoje em dia autenticamente com a cabeça a prêmio, com muita gente, árabes e israelitas, a querer que desapareça de cena) tem subido de tom e parece claro que se não condenou Abul Abbas foi porque não teve força para tal. A imprensa israelita dá todos os dias, notícias de confrontos directos entre

facções palestinianas nos territórios ocupados, principalmente nos campos de refugiados.

É este o cenário no Médio Oriente que justifica o pessimismo e até algum desespero. Mas, como diz o professor palestiniano, «esperemos que a liderança da OLP consiga conter os seus radicais e que a própria sociedade israelita contenha os seus radicais». Se tal não acontecer a força das armas,

a única que parece ter influência na região continuará a ditar as suas leis, com a agravante que os palestinianos dos territórios ocupados estão há já dois anos e meio (ver caixa) em plena sublevação da Intifada, sem dar sinais de esmorecimento.

Israel continuará portanto a ser um país em guerra, por muito que as ruas de Telavive pareçam calmas e que a parte judaica de Jerusalém

tente ignorar o que se passa no lado árabe. Quando menos se esperar, há uma mulher palestiniana que esfaqueia uma criança israelita, soldados israelitas que disparam sobre adolescentes palestinianos, uma bomba que explode num mercado israelita ou castigos colectivos à população palestiniana. Em Israel isto acontece quase todos os dias.

Economia israelita enfrenta estagnação

Não é só no exterior que o actual Governo de Israel é criticado. Neste momento o país enfrenta uma onda de greves convocadas pela poderosíssima central sindical Histadrut, que domina completamente o sector laboral israelita. Como quase tudo no país é a Defesa que justifica os problemas. Desde 1973, ano da guerra do Yom Kippur, a economia israelita está estagnada. A Defesa absorve 20 por cento do Orçamento Geral do Estado e 15 por cento do PIB. Agora, a estes problemas, vem juntar-se a necessidade de absorver os imigrantes judeus soviéticos.

Em 1985, auge da crise económica, o Governo trabalhista de Shimon Peres convocou a Histadrut e os empresários para fazer um pacto. Todos aceitaram diante de uma inflação de 400 por cento, com tendência para dobrar no ano em questão. Fez-se um pacto de «sacrifícios negociados», segundo Haim Haberfeld, presidente do sector sindical da Histadrut, em que os trabalhadores perderam cerca de 15 por cento dos seus vencimentos reais, mas em compensação conseguiram baixar a inflação para 16 por cento, taxa que se mantém até hoje.

O Governo era representado pelo então ministro das Finanças, Yitzhak Modai, do Movimento para a Renovação do Sionismo, o mesmo homem que agora quer renegociar o pacto com a Histadrut, já que o primeiro-ministro Yitzhak Shamir o reconduziu nas funções. Mas Modai, segundo Haberfeld, é uma pessoa bastante diferente quando está

num Governo chefiado por trabalhistas ou num chefiado pelo Likud.

«Ele (Modai) quer voltar a solucionar os problemas financeiros pedindo os sacrifícios de 85, mas sem dar compensações. Logo, vai haver confronto», assegura o presidente do sector sindical. Por outro lado, o actual Governo não parece interessado em reactivar o Conselho de Concertação Social formado em 85, incluindo seis representantes dos trabalhadores, seis dos empresários e seis ministros.

O resultado são inúmeros conflitos laborais (na semana passada, por exemplo, os médicos do sector público pararam por 24 horas), uma greve geral poucos dias depois da posse do actual Executivo e a promessa de não abrandar a luta enquanto não houver compensações «visíveis». Modai recusa-se a conceder reajustes salariais da ordem dos quatro a cinco por cento, reivindicados pela central sindical.

O poder da Histadrut

Para se ter ideia do que representa contrariar a Histadrut (fundada em 1920, muito antes da fundação do Estado de Israel, que data de 1948), Haberfeld fala-nos dos sectores que abrange que vão muito além do sector sindical a que preside. Paradoxalmente, a Histadrut representa não só os empregados, como, em muitos casos, os empregadores. Dá directamente emprego a um quarto da força de trabalho israelita e

indirectamente a um terço. Isto porque possui indústrias, bancos (o maior do país), cooperativas (95 por cento dos kibutz e 60 por cento dos moshav), supermercados, empresas de transportes (entre elas a companhia de aviação El-Al e redes de autocarros) e um sistema de saúde que inclui caixas de aposentações e reformas onde estão afiliados 80 por cento dos israelitas, para além de actividades desportivas, pedagógicas, culturais e de tempos livres.

«Em Israel costuma-se dizer que a Histadrut cuida do trabalhador desde que nasce até que morre», afirma-nos Haberfeld no seu gabinete no edifício-sede em Telavive, conhecido, não por acaso, como o «Kremlin».

Mesmo com a estagnação económica e um desemprego actualmente situado em cerca de nove por cento, Israel tem pela frente mais um daqueles «desafios» em que a própria filosofia em que se baseia o Estado, o sionismo, se vê confrontada com a dureza dos números.

Estes dão como certo que até ao fim de 1990 cheguem a Israel mais 150 mil judeus soviéticos. Nos próximos três anos os sionistas atingem um milhão. Destes imigrantes, só oito por cento tem mais de 65 anos. Têm um alto nível de instrução, muitos com cursos superiores, destacando-se os engenheiros (33 por cento do total) e os médicos (21 por cento). São todos aceites, já que para os sionistas negar a entrada de um judeu em Israel, para mais depois de ter sido perseguido, é

algo de inconcebível.

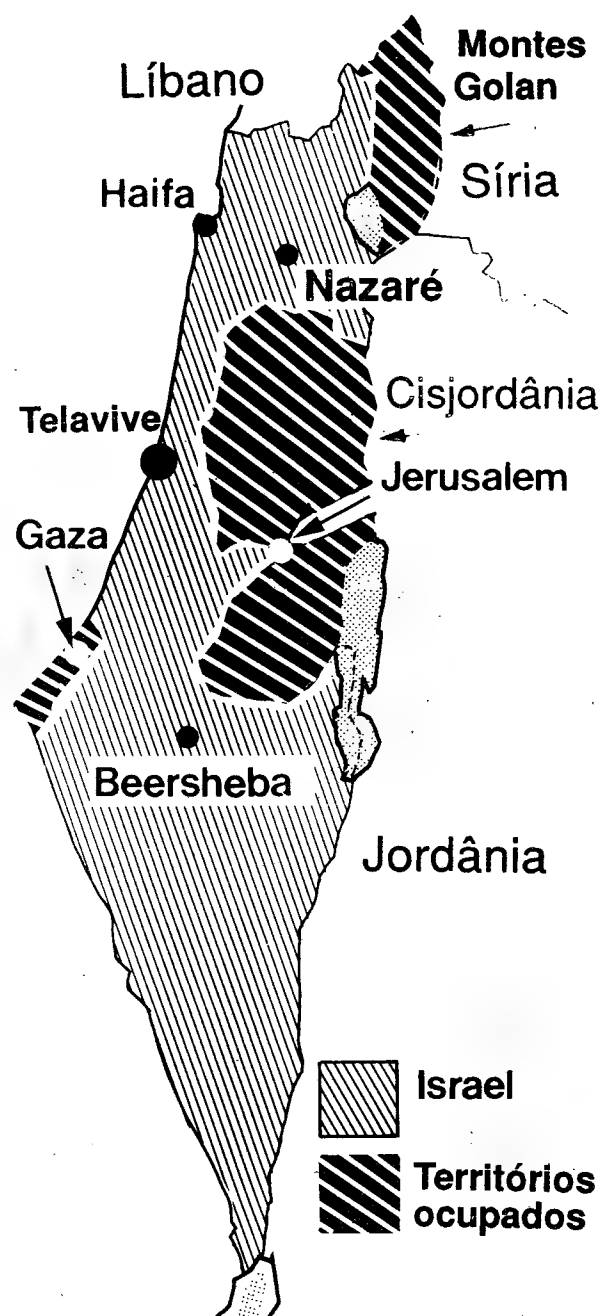
Absorção de imigrantes é possível

«Embora haja grandes dificuldades a enfrentar, a absorção dos judeus soviéticos não é impossível». Nathan Robinson, um dos responsáveis pelo sector económico da Histadrut, acredita que se, por um lado, o alto nível de instrução facilita a colocação dos imigrantes no mercado de trabalho, por outro, pode atrair as empresas estrangeiras a instalarem-se em Israel, criando novos empregos.

Um outro dado contribui para o optimismo de Robinson. «Segundo um inquérito recente muitos dos imigrantes mostraram flexibilidade para mudar de ramo de actividade, desde que esteja assegurada a Segurança Social. A excepção são os médicos: 70 por cento não quer exercer outras profissões.»

Quanto aos incentivos especiais para a instalação dos judeus soviéticos, Robinson mostra-se contrário. «Experiências anteriores, demonstram que esses incentivos contribuem para criar entre a população sentimentos de discriminação para com os beneficiados.» O economista da Histadrut, nascido no Uruguai e criado no Brasil, conclui, em excelente português: «Não queremos ter os mesmos problemas que vocês tiveram em relação aos retornados de África.»

D.C.



Com olhos em Gaza

É o lugar mais feio do mundo. Assim que se passam as barreiras militares e se entra na cidade propriamente dita, procura-se em vão alguma coisa que possa agradar. Nada. Edifícios horrores e degradados, lixo por toda a parte, moscas, gente mi-serável, trânsito caótico, ruas sem asfalto, calor de 45 graus centígrados e um mau cheiro que nunca passa. Quando se pensa que não pode haver pior, chega-se aos campos de refugiados. Em vez de edifícios, barracas. Em vez de ruas, caminhos. Ao lixo vêm juntar-se os esgotos abertos onde brincam crianças esfarrapadas. A única coisa que parece ter ordem são os postos militares israelitas, isolados por redes, arames farpados e trincheiras. Há sempre um soldado com uma metralhadora de tripé a vigiar. Estamos na Faixa de Gaza.

Vivem aqui 700 mil palestinos, aglomerados numa área que não deve ser maior que o concelho de Loures. Há pouca água e os terrenos cultiváveis são irrelevantes. A maior parte da população activa vai a Israel vender o seu trabalho a preços irrisórios, desempenhando tarefas na construção civil, limpeza ou pequenos biscates. Os palestinos mortos por um jovem psicopata israelita



Crianças palestinianas no campo de refugiados de Jabalia, em Gaza. Luta contra os ocupantes israelitas entre esgotos abertos e barracas miseráveis

em Rizon Le Zion, há pouco mais de um mês, eram de Gaza. Como todas as madrugadas concentravam-se neste «mercado de escravos» de Telavive, em busca de trabalho para mais um dia.

O «coração» da Intifada

Verdadeiro «coração» da Intifada, a Faixa de Gaza regista todos os dias confrontos entre a população e o exército israelita. Confrontos violentos em que morrem jovens palestinianos e, muitas vezes, ficam feridos soldados.

Segundo dados do Gaza Center for Rights and Law (GCRL), filiado à Comissão Internacional de Juristas, sediada em Genebra, desde o início da Intifada em 9 de Dezembro de 1987, vítimas da repressão israelita, morreram em Gaza 332 pessoas e ficaram feridas mais de 15 mil. A maior parte destas vítimas foi causada por tiros com balas metálicas ou de plástico e espancamentos, registando-se também, em menor número, os feridos por balas de borracha e gás lacrimogéneo.

Os constantes recolheres obrigatórios dificultam ainda mais a vida dos palestinianos de Gaza. Quando lá estiverem, havia uma proibição permanente de circular no

centro da cidade, medida justificada pelos protestos contra o massacre de Rizon Le Zion. Os campos de refugiados são especialmente visados por este tipo de medida. Em Jabalia, por exemplo, onde vivem cerca de 70 mil pessoas, desde Dezembro de 1987, já houve 287 dias de recolher obrigatório, revelam dados do GCRL.

Segundo um dos responsáveis desta organização, o advogado Abu-Middain (já esteve um ano preso) a estas medidas vêm juntar-se outras como «a demolição de casas de famílias dos participantes na Intifada, activistas deportados, castigos colectivos em que o exército prende todas as pessoas que encontra, árvores (principalmente de cítricos) arrancadas, o encerramento permanente da Universidade Islâmica de Gaza, para além de diversas escolas, lojas e mesquitas fechadas temporariamente».

Todos os habitantes da Faixa são rigorosamente controlados através de cartões de identificação com códigos de computador. Se quiserem se ausentar de Israel não podem voltar senão depois de nove meses e, às vezes, até durante mais tempo. Por outro lado, palestinianos considera-

dos «perigosos» simplesmente não recebem autorização para sair do país.

Abu-Middain diz ainda que os direitos de defesa dos presos são completamente ignorados. Qualquer detido pode ficar enclausurado durante 14 dias sem qualquer contacto com familiares ou advogados e o período em que se pode manter alguém preso sem acusação formal estende-se a anos. Segundo o advogado palestiniano, é durante esses primeiros 14 dias que os israelitas obtêm a maior parte das «confissões».

Mas os palestinianos de Gaza não parecem derrotados por estas dificuldades. Fizeram das sempre superlotadas prisões do território verdadeiras escolas de sublevação. Abu-Middain explica-nos: «Como os israelitas prendem pessoas de todos os sexos, idades, níveis sociais e profissionais, a prisão transformou-se no sítio ideal para difundir as mensagens de resistência. Muitos dos que são presos nos castigos colectivos não estão envolvidos nas actividades, mas quando saem da prisão já compreendem melhor os objectivos da luta nos territórios ocupados.»

D.C.



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém:

1. Reconhecendo a necessidade imperiosa de tratar os resíduos industriais, particularmente, os tóxicos e perigosos;
2. Denunciando a inércia da Administração Central que nunca obrigou as indústrias a tratar e cuidar na origem os resíduos DELIBERA:

1.º Recusar qualquer tentativa de imposição da instalação das referidas unidades, exigindo que o Governo informe cabalmente as populações e as autarquias, as ausculte e respeite a sua vontade.

2.º Manifestar a sua oposição à instalação daquelas unidades nas proximidades de áreas de reserva natural, paisagem protegida ou de especial vocação turística.

3.º Denunciar o secretismo com que o Governo vem, há muito tempo, conduzindo este processo, da sua inteira e exclusiva responsabilidade.

4.º Promover e recomendar à Câmara Municipal que promova as formas de esclarecimento e auscultação das populações, incluindo debates e sondagens de opinião, que considerem adequadas à sua realidade local.

5.º Enviar a Moção ao Senhor Presidente da República, Senhor Primeiro-Ministro, Senhor Ministro do Ambiente, Secretaria de Estado do Ambiente, Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente, Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Assembleias e Câmaras Municipais de Alcácer do Sal, Sines e Odemira.

Aprovada por Unanimidade.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cerejas da Cova da Beira estão a morrer

Nos últimos anos, os pomares de cerejeiras multiplicaram-se pela Cova da Beira e começaram rapidamente a Serra da Gardunha. Era o «petróleo» da região, comenta o «Jornal do Fundão», mas as coisas estão rapidamente a mudar de cariz.

Actualmente existem plantados no país cerca de 1 200 hectares de cereja, com uma produção anual da ordem das 5 mil toneladas. Aproximadamente, 50 por cento desta área ficava situada na região da Cova da Beira.

Foram lucros consideráveis, e rápidos, durante alguns anos, mas hoje 5 por cento das árvores apresentam problemas graves (em alguns pomares isolados até 30 por cento). O problema principal consiste no aparecimento de um enorme fluxo de gume, morte parcial ou total das árvores, bem como de um forte acastanhamento das folhas. O aparecimento destas doenças, entre as quais a apoplexia é a mais generalizada, está a registar-se com grande intensidade desde o Verão de 1985.

A geada, ataques intensos de escarabeídeos, temperaturas excessivas durante o Verão, sem que seja mantida a humidade do solo, o valor relativamente baixo do PH foram algumas das causas apontadas para a situação pelo técnico germânico Walter Wohanka, do Institut für Phytomedizin, que recentemente visitou aquela região.

A situação exige o corte e destruição de árvores enfermas, a aplicação de fungicidas e de insecticidas. De qualquer maneira, aquele técnico, na sua rapidíssima visita, não observou mais do que três pomares e ele próprio não considera definitivas as suas conclusões.

O certo, porém, é que as cerejeiras da Cova da Beira estão a morrer e que o desaparecimento do seu forte caudal económico na região poderá traduzir-se em novas dificuldades para uma área que há mais de 20 anos aguarda um arranque na sua economia agrícola e onde o marasmo continua a ser de regra.

UGT e CGTP unidas nos horários e reformas

As duas centrais sindicais portuguesas adoptaram posições «rigorosamente coincidentes» face aos pontos ontem abordados na reunião que mantiveram no Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), disse o líder da UGT, Torres Couto.

A UGT e a CGTP reuniram-se ontem, no CPCS, para debaterem a redução do horário de trabalho, as pensões de reforma, o cálculo dessas pensões, a idade de passagem à reforma, o funcionamento da segurança social, a melhoria de salários e questões ligadas à integração europeia.

Ambas as centrais decidiram efectuar reuniões de trabalho sectoriais, a fim de «encontrar um quadro social de progresso, desenvolvimento e justiça social», referiu Torres Couto.

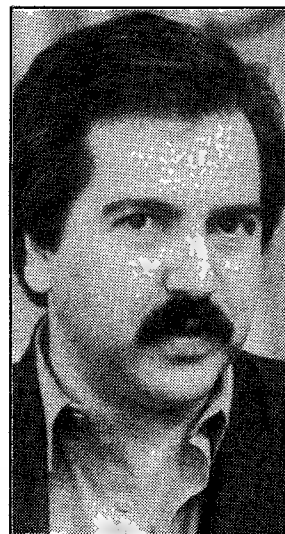
Segundo Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, vai ser exigida à Assembleia da República a votação dos diplomas referentes à

redução do horário de trabalho.

Em relação à proposta da UGT-greve às horas extraordinárias por tempo indeterminado, no sector dos transportes ferroviários - a CGTP considera que «compete às organizações próprias concretizarem a maior convergência na acção» a desenvolver, embora as centrais lhes prestem todo o apoio necessário, disse Carvalho da Silva.

Para as duas centrais sindicais, a administração pública e os textos são áreas onde a curto prazo se tomarão igualmente medidas tendentes a proteger os direitos dos trabalhadores, adiantou o líder da CGTP.

Torres Couto, referiu existirem situações que põem em causa a paz social, disse ainda que o Governo «vai ter de ceder» em relação à redução do horário de trabalho, a exemplo do que aconteceu relativamente às reivindicações do 14º mês para os pensionistas.



BREVES

Juíza manda arquivar processo contra polícias

O processo instruído aos membros da Associação Socio-Profissional da PSP (ASP/PSP) que, em 21 de Abril do ano passado, foram recebidos com jactos de água, no Terreiro do Paço, onde procuravam entregar uma moção ao Ministério da Administração Interna, foi arquivado. Segundo um comunicado da direcção nacional da ASP/PSP, a juíza encarregada do processo tomou essa decisão devido «a ausência de indícios da prática do crime». Os arguidos no processo tinham sido incumbidos, no II Encontro Nacional dos Profissionais da PSP, de fazer a entrega duma moção no Ministério. Várias centenas de agentes da PSP desfilaram, então, do edifício de A Voz do Operário para o Terreiro do Paço, tendo sido reprimidos por uma força da Polícia de Intervenção, cujos elementos atiraram cães e utilizaram canhões de água.

Posto fixo temporário para bilhete de identidade

Um posto fixo, de funcionamento temporário, para requisição do bilhete de identidade nacional foi ontem aberto na Rua do Comércio, em Lisboa. Com este posto, ficam a funcionar, na capital, seis locais descentralizados do Arquivo de Identificação Nacional. Os cinco postos móveis encerram a 9 de Setembro. A sua formação tem como objectivo descongestionar os serviços centrais da Gomes Freire, habitualmente muito procurados nesta época do ano. O posto fixo estará aberto até ao fim do ano.

Inovação educacional confere prémios

O secretário de Estado da Reforma Educativa, Pedro Cunha, considerou ontem que os projectos admitidos ao concurso «Educar Inovando / Inovar Educando» são «um manancial de ideias e o seu aproveitamento constitui um reconhecimento do trabalho educativo dos professores.» O governante usou da palavra na cerimónia de entrega dos prémios do segundo concurso nacional realizado sob aquela temática, que decorreu no Instituto de Inovação Educacional, em Lisboa. Dos 447 projectos admitidos a concurso, 20 foram distinguidos com prémios aos professores e 133 irão receber subsídios até 50 mil escudos, para serem postos em prática.

Novo inquérito sobre «Titanic» 78 anos depois

Um novo inquérito vai ser aberto para reexaminar a conduta de um comandante dum navio que foi criticado por não ter ajudado o «Titanic», quando este transatlântico naufragou, na noite de 14 de Abril de 1912, provocando a morte a cerca de 1500 pessoas. O inquérito oficial realizado naquele ano concluiu que o comandante do «Californian», Stanley Lord, assistiu à tragédia, «como espectador», enquanto o seu navio se encontrava a menos de 20 quilómetros do «Titanic». O comandante defendeu-se, afirmando que se encontrava a cerca de 30 quilómetros e que não tinha visto nenhum sinal de tragédia. Um elemento chave do novo processo foi facultado pela detecção, em 1985, dos destroços do navio naufragado.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA

EDITAL N.º 2/90

ALIENAÇÃO DE TERRENOS MUNICIPAIS

CARLOS ALBERTO FERNANDES PÉSINHO, Presidente da Câmara Municipal de Palmela: Torna público que, por deliberação tomada em reunião de 20 do corrente mês, se procederá, no próximo dia 18 de Julho, pelas 14.00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e perante a comissão para o efeito nomeada, à alienação, através de hasta pública dos terrenos municipais, abaixo identificados:

REF.ª	DESIGNAÇÃO	LOCAL	ÁREA	OCUPAÇÃO	LICITAÇÃO
A-1	Lote N.º 61	Urb. Nova Alcaide	324,00	Habitação	1 296 000\$00
A-2	Lote N.º 62	Urb. Nova Alcaide	270,00	Habitação	1 080 000\$00
A-3	Lote N.º 63	Urb. Nova Alcaide	216,00	Habitação	864 000\$00
A-4	Lote N.º 64	Urb. Nova Alcaide	288,00	Habitação	1 152 000\$00
B-1	Lote N.º 1	Venda do Alcaide	383,00	Habitação	1 149 000\$00
B-2	Lote N.º 2	Venda do Alcaide	300,00	Habitação	900 000\$00
C-1	Lote N.º 6	Serrinha	167,00	Habitação	835 000\$00
D-1	Lote N.º 5	Lagameças	5 404,75	Habitação	3 513 087\$00
E-1	Lote N.º 9	Pinhal Novo	270,00	Habitação	1 350 000\$00
E-2	Lote N.º 10	Pinhal Novo	180,00	Habitação	900 000\$00
E-3	Lote N.º 11	Pinhal Novo	290,00	Habitação	1 450 000\$00
F-1	Lote N.º 11	Cabeço Velinho	249,05	Habitação	996 200\$00
G-1	Lote N.º 142	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-2	Lote N.º 143	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-3	Lote N.º 144	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-4	Lote N.º 145	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-5	Lote N.º 146	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-6	Lote N.º 147	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-7	Lote N.º 148	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-8	Lote N.º 149	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-9	Lote N.º 150	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-10	Lote N.º 151	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-11	Lote N.º 152	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-12	Lote N.º 153	Vale do Alecrim	1 050,00	Indústria	3 675 000\$00
G-13	Lote N.º 154	Vale do Alecrim	4 141,00	Indústria	12 423 000\$00
G-14	Lote N.º 155	Vale do Alecrim	2 362,50	Indústria	7 087 500\$00
G-15	Lote N.º 157	Vale do Alecrim	1 635,00	Indústria	4 905 000\$00
G-16	Parcela «E»	Vale do Alecrim	16 913,00	—	8 456 500\$00

- A referida hasta pública e a consequente adjudicação, ficarão sujeitas às seguintes condições:
1. — Não serão aceites lances inferiores a 10 000\$00 (dez mil escudos);
 2. — A quem for adjudicada a venda dos lotes, deverá sinalizar no primeiro dia imediato à adjudicação com a importância correspondente a 10% do valor da venda, a qual não será devolvida em caso de posterior desistência por parte do adjudicatário;
 3. — A escritura de venda será celebrada até 60 dias a contar da data da adjudicação, efectuando-se na altura o pagamento da diferença entre o valor de venda e do sinal;
 4. — Os interessados nesta hasta pública devem apresentar no Departamento de Administração e Finanças da Câmara Municipal até ao dia 17/07/90, inclusive, requerimento com a devida identificação e onde conste que conhecem perfeitamente as condições de venda do terreno e que a elas se sujeitam.

Para constar vai o presente edital ser publicado e afixado nos lugares públicos do costume.

E eu, (assinatura ilegível), directora do Departamento de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Palmela, o subscrevi.

Câmara Municipal de Palmela, aos 21 de Junho de 1990

O Presidente da Câmara
Carlos Alberto Fernandes Pésinho



CULTURA

B R E V E S

Prémio Garrett de Literatura Dramática não foi atribuído

O júri constituído por Alexandre Babo (APE), Romeu Correia (SPA), António Augusto Barros (Teatro Nacional Dona Maria II), Castro Guedes e Vera Sampayo Lemos, pela SEC, consideram, mais uma vez, não estarem reunidas as condições para a atribuição do primeiro prémio Garrett de Literatura Dramática. O segundo prémio foi atribuído a «O Estreito» de José Jorge Letria, tendo «O Tinteiro de Ferro» de Manuel Coorrego obtido uma menção honrosa, enquanto «Amo-te» de Abel Neves foi destacado pelo júri.

Literatura espanhola «vem» a Portugal no Outono

A primeira feira do livro espanhol e o encontro de escritores luso-espanhóis terá lugar no próximo Outono, em Lisboa. Esta Feira integrará uma exposição bibliográfica, agendada para o período de 6 de Novembro a 8 de Dezembro no Forum Picoas. A exposição incluirá cerca de três mil obras da literatura espanhola dos últimos dez anos, nos âmbitos da poesia, narrativa, ensaio, história e crítica literária, entre outras áreas. Realizar-se-ão ainda mesas-redondas com vários escritores de nomeada.

Novo disco de Rui Veloso, hoje, no mercado

O novo disco de Rui Veloso «Não há estrelas no céu», primeiro inédito em três anos, é hoje publicado. Trata-se da apresentação do duplo álbum «Mingos e os Samurais», um projecto de sete anos de Rui Veloso e de Carlos Tê sobre a vida de uma banda de rock dos anos 60-70 e cuja edição foi adiada para Setembro.

Concerto de Madonna foi anulado

O segundo concerto romano de Madonna previsto para amanhã, foi anulado pela David Zard, empresa promotora de espectáculos. De acordo com David Zard, a anulação deve-se à anunciada greve geral proclamada pelas Confederações Sindicais para dia 11, e ao consequente atraso verificado em tempos técnicos. A organização mantém, no entanto, o concerto inaugural do dia 10, apesar da onda de protestos levantada em Itália por Organizações e Publicações Católicas ligadas à Conferência Episcopal Italiana.

Von Weizsaecker e Havel na estreia do Festival de Bayreuth

O presidente federal alemão Richard Von Weizsaecker e o seu homólogo checo Vaclav Havel assistirão à estreia do «Navio Fantasma» de Richard Wagner, na abertura do Festival de Bayreuth no dia 25 de Julho. Um conjunto de ministros federal-alemão, entre os quais o chefe da diplomacia Hans-Dietrich Genscher, assistirão também a esta estreia.

Câmara Municipal de Oeiras institui Prémio Cesário Verde

A Câmara Municipal de Oeiras instituiu um prémio anual, denominado «Prémio de Poesia Cesário Verde», destinado a galardoar obras inéditas de poesia de autores portugueses, informou a autarquia.

Teatro Independente de Oeiras apresenta «Uma Nora Ideal»

O Teatro Independente de Oeiras está a levar à cena, no Cine-Teatro Oeiras, a comédia «Uma Nora Ideal» de Manuel Frederico Pressler.

Cunha de Oliveira propõe homenagem a Aristides

Aristides de Sousa Mendes, cônsul de Portugal em Bordéus, que ajudou muitos judeus a fugirem aos nazis durante a Segunda Guerra Mundial, deveria ser homenageado pelo Governo português, segundo Cunha Oliveira. Para este membro do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, o Governo devia adquirir aquela que foi a residência da família, em Cabanas de Viriato, convertendo-a em museu para recolha de testemunhos do apoio de Portugal aos refugiados.

O grupo cabo-verdiano Tubarões no fim-de-semana na Aula Magna e na Amadora

«Tubarões» dão à costa

Contra todo e qualquer posicionamento xenófobo o que é certo é que Portugal cada vez mais se transforma no que humoristicamente os cabo-verdianos designam como a 11ª ilha de Cabo Verde. Não se assustem os ciosos defensores deste cantinho luso porque se trata só de são convívio entre dois povos. Uma boa resposta a posicionamentos e atitudes racistas (por cá de pouca monta, felizmente). Por isso acorreram aos concertos dos Tubarões, de Cabo Verde, na Aula Magna, sexta-feira, e no Pavilhão Académico da Amadora, sábado, tantos portugueses quantos cidadãos africanos. E a grande festa teve outro impacto e sabor...

As más línguas e ignorâncias que por aí fizeram crer na eventual decadência musical do grupo cabo-verdiano, neste momento, só são recordadas pelo imenso disparate da avaliação. É que os Tubarões, com 21 anos de actividade, estão aí para as curvas. São excelentes instrumentistas, bons compositores, têm magníficos arranjos instrumentais, nalguns casos mesmo arrojados, aliando a voz emblemática do grupo - Ildo Lobo - a um profissionalismo invejável. Caso mais raro quando todos os seus elementos se repartem por outros ramos de actividade, única forma possível de sobrevivência num país como o seu.

Apesar de considerar que o som na Aula Magna não conseguiu a sonoridade habitual e desejável para os Tubarões, o que é um facto é que nos foi permitido distinguir e reconhecer o seu nível musical. O prazer de ouvir. No Pavilhão da Amadora o caso mudou de figura. Para além das tenebrosas condições acústicas deste tipo de recintos, houve a festa, a dança, o encontro que as douloras não privilegiam. E espantem-se os portugueses habituados a grupos de baile que praticamente só interpretam composições de outrem, os Tubarões actuaram durante três horas, só usando dois temas fora do seu repertório, um *zouk* e uma balada norte-americana, que sinceramente eram dispensáveis.

Em Portugal, nesta curta série de espectáculos - quinta-feira passada actuaram no Rivoli do Porto, também - os Tubarões apresentaram-se em septeto, vindo só um saxofonista, o Jaime, que apesar de sozinho preencheu condignamente o espaço reservado aos instrumentos desopro, apoiado pelo trabalho das teclas, ex-libris do grupo cabo-verdiano. Uma secção rítmica forte, segura e bem arquitectada fez os milhares de pessoas que dançavam juntarem o pulsar do coração à sua batida, prolongamento de um sentir exteriorizado sem complexos através do corpo. Não sei se foi mais bonito o participar ou emocionarmo-nos com um tapete humano oscilando ao mesmo ritmo de forma harmónica, mesmo quando quase em extase. As guitarras conseguiram, nalguns momentos, arrepiar com a sua acuidade, garra e nervo. Ouvimos temas de praticamente todos os trabalhos discográficos do grupo, mornas, coladeiras e funanáderam-nos a dimensão de um arquipélago em que as divisões do mar deixam de existir com o espírito de unidade que a música dos Tubarões privilegia.

Mais música

No concerto da Aula Magna actuaram antes dos Tubarões os grupos do cabo-verdiano Paulino Vieira e do angolano Paulo Flores. Mestre Paulino voltou a deslumbrar com a série de novos arranjos para temas tão antigos como «Alô, alô Cabo Verde» ou «A mi djáme cria sê poeta». Para esse trabalho contou para além das teclas fiéis de Toy Vieira, com José António na guitarra, Nando no baixo e um grupo de sopros, trombone, sax e trompete, liderado pelo moçambicano Costa Neto. Na bateria substituindo Paxinho, recentemente falecido, esteve outro moçambicano, o Rui. Não é a mesma batida. É diferente, mas não deixa de ter qualidade. Pena que o músico não tenha condições para poder trabalhar com o seu grupo, pois tal como nos disse, Paulino Vieira só

conseguiu preparar este magnífico projecto em três ensaios. O que se passará na política editorial discográfica portuguesa que nenhuma editora ainda publicou o trabalho deste grande músico, dos mais antigos africanos residentes em Portugal? Quem sabe, pode ser que a coisa mude... Na Amadora o trabalho de Paulino diluiu-se por causa das condições acústicas, o que não impediu, apesar de tudo, o apreço e os aplausos dos presentes.

Quanto a Paulo Flores, autor de alguns sucessos de discotecas, e independentemente de se fazer acompanhar por músicos de razoável nível técnico, pouco há dizer. A sua música é um produto de consumo imediato, sem merecer destaque particular. Um fruto do que parece vir a ser uma geração filha da comercialidade *à la Bonga*. Como se já não chegasse um.

Na Amadora actuaram ainda os «Ponto Final», um grupo que merece atenção, pela sua juventude musical e pela luta enorme que é conciliar a construção civil, actividade principal dos seus elementos, com a música. Mas mesmo assim sente-se a sua evolução. A eles se deveu a interpretação de alguns funanáes entusiasmantes, ao estilo de grupos como «Bulimundo» e «Finaçon».

A organização do concerto da Amadora falhou nalguns pontos que no futuro poderão ser superados, a tardia abertura das portas, que fez com que o espectáculo se iniciasse cerca das 23.30, tendo os Tubarões terminado a sua actuação às 6.45 da madrugada, a falta de iluminação suficiente no palco e o preço excessivo das entradas, 1.700\$00 por pessoa. Apesar disso o pavilhão encheu tendo, contudo, havido algumas desistências pelo caminho. Terá sido esse o motivo porque um jovem secretário de Estado português, visto à porta, não entrou? Ou foi por medo que a hora de encerramento do concerto colidisse com a do seu *jogging*?

Maria José Belo Marques



Maria Emilia Prazeres

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Crítica de Teatro

Dias e noites almadenses: a diferença esteve no Sena

Para abrir a VII Festa de Teatro de Almada, além dos rituais acostumados, desfiles e discursos, presença do Teatro del Norte com «Devocionário», de Etelvino Vazquez, sobre as Cartas pretensamente de Soror Mariana Alcoforado. Como este espectáculo vinha do festival do ano passado, repescado este ano por ser tido como o melhor de 89, não atravessei a ponte na noite inaugural. Não por ter o que quer que seja contra inaugurações e muito menos contra o belo e surpreendente espectáculo de Etelvino Vazquez (se as minhas emoções retrospectivas estão certas) mas pura e simplesmente por preguiça. Que venci no dia seguinte, ou seja, na sexta, porque me esperavam três funções a que não escapei nem queria escapar.

A primeira função estava marcada para o Pátio do Prior do Crato este ano recuperado para a Festa e isto porque os cidadãos do Pátio tinham protestado pelo facto da Festa lhes ter sido recusada em 89. Que haja quem proteste por lhe tirarem o teatro é sinal de que esta festa é diferente das outras. E é-o principalmente pelas relações que sabe criar entre os espectáculos e a população local, as centenas de pessoas que enchem o palco principal, também ele ao ar livre, situado nos terrenos do Palácio da Cerca.

Foi com uma hora de atraso que a noite começou, o que ficou a dever-se ao trânsito de fim-de-semana da ponte (Ponte 25 de Abril, não Ponte Salazar como um engraçadinho tonto escreveu a verde na dita), melhor dizendo, por quem culpa de quem não foi capaz ou não pôde resolver o que era previsível: a bicha. Compensou o espectáculo a longa espera. Adaptado por Norberto Ávila que mesmo assim respeitou talvez excessivamente o texto de Vicente, o «Auto da Índia», das Marionetas de Lisboa, espectáculo já antigo, surgiu como espectáculo mais de actores que de bonecos, embora a participação destes seja bem apanhada. Em travesti, com dois actores agigantados por andas, a fazer de patroa e de criada, enquanto os bonecos representam as personagens masculinas, o que dá uma grande complicação: mulheres através de homens, homens através de bonecos, além da artista «ao natural» res-



Vic Militello — da enfermeira Theda Bara à dona do bordel

ponsável pelo acompanhamento sonoro.

Este «Auto da Índia» acabou por ser apresentado com alguma graça, com ritmo (o percalço do atraso pressionou a função), que certamente valorizou o jogo cénico e o humor do texto.

Passámos então para o palco do Palácio da Cerca (um dos mais belos panoramas sobre o Tejo e sobre Lisboa), cuja bancada foi ainda aumentada e estava praticamente cheia. Alguns problemas de audição para quem estava ao alto, de resto um espectáculo brasileiro mais ou menos óbvio a partir do título, «A Dona do Bordel», texto de Gilberto Fernandes. Tratava-se de ver como uma dona de casa sonhava em ser dona de bordel, transformando as bonecas da decoração pequeno-burguesa em meninas alugadoras de prazer. Palavrado desinibido, aliás sem excesso, as anedotas que seriam de esperar, as situações equívocas mais ou menos previsíveis, algumas referências políticas, e ainda uma passagem pela revista à brasileira dos anos 50. A única novidade mesmo foi a da intérprete, a actriz Militello que os telespectadores recordam da telenovela «Vereda Tropical». A actriz passou da inesfável Theda Bara para esta dona de bordel sem problemas,

assumindo des-complexadamente e até com graça a sua dimensão física.

Não é nem quer ser um espectáculo para ficar na história nem sequer na história da Festa de Almada, é um espectáculo para consumir com uma actriz que domina a técnica de chegar ao público e de representar só. Não seria justo exigir mais, e seria incorrecto aceitar menos.

Grande Senal

Pouco passava da meia-noite, porque o horário tinha sido recuperado, quando teve início o terceiro e último espectáculo da noite, o espectáculo da meia-noite, precisamente. «Grande Senal» o seu título, da responsabilidade do Grupo de Intervenção Cultural de Almada que começou por estar ligado à Escola Secundária Fernão Mendes Pinto e tem agora a sua sede na Sociedade Recreativa União Pragalense; vai no seu quinto espectáculo,

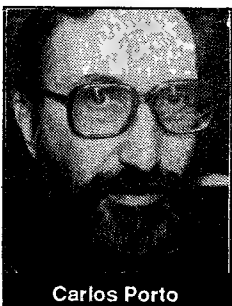
dois com arranjos de Virgílio Martinho («De Pequeno é que se torce o Pepino» e «Com uma Faca nos Dentes», sobre poemas de António José Fortes), duas peças de Mari-vaux («Jogo do

Amor e do Acaso» e «A Ilha dos Escravos»), e agora este Sena já estreado no Pragal.

O espectáculo abre com a interpretação do VIII Poema de «O Guardador do Rebanho», de Alberto Caeiro, apresentado em frente ao Teatro Municipal, com aproveitamento de elementos da fachada (porta de grades, muro que se lhe segue), interpretação marcada por uma intencionalidade vocal e gestual, pela recusa dos rodiguinhos a que o poema se presta, por um interessante jogo sonoro. Depois do poema pessoal, o público foi convidado a seguir os artistas e um bonito cordeiro escuro, elemento de ligação como os fatos negros e vermelhos, para o interior da sala que ficou a transbordar. Aí se representa o conto genial de Sena «A Razão do Pai Natal ter Barbas Brancas» que teve adaptação colectiva e encenação do actor de O Bando, António de Carvalho.

É preciso dizer que o jogo cénico (excelente o cenário também de António Carvalho, pela reinvenção dos objectos, pelo material e cores utilizados), o jogo interpretativo, o jogo sonoro, o trabalho sobre o texto de Sena não se limitou a exprimir os valores da matriz, transformou-os em valores produtivamente teatrais. À ironia do conto corresponde a ironia do trabalho teatral e o espectáculo, de grande rigor, opera como paráfrase do real literário proposto por Jorge de Sena ao mesmo tempo que se realiza como criação autónoma muito fecunda.

Este espectáculo, que já tinha sido justamente valorizado, lembrou-me fenómenos dos primeiros anos 70, quando era possível descobrir espectáculos marginais, quase clandestinos, como foi o caso dos primeiros espectáculos dirigidos por Rogério de Carvalho. É curioso, precisamente em Almada, e numa Secundária de Almada! Não que este trabalho do GIC tenha alguma coisa a ver com os trabalhos de Rogério de Carvalho. A não ser aquilo que é fundamental: a beleza, a qualidade, o sobressalto das emoções, a descoberta do novo, mesmo que o novo já não seja possível.



Carlos Porto

B R E V E S

Tondela em festa

Tondela tem até ao próximo dia 15 a sua Semana da Cultura, iniciativa com a finalidade de coroar quinze anos de dinamização e produção cultural pela ACERT (Associação de Cultura e Recreio da Tondela) naquela cidade. Hoje actuam os Trigo Limpo e há teatro, pelo grupo ACERT. Amanhã o Ballet Teatro Contemporâneo do Porto interpretará «Memórias de uma Aldeia», a 12 apresenta-se a Orquestra de Jazz do Porto, recém-constituída em torno de Pedro Barreiros, e a 13 a festa está entregue a Júlio Pereira. No dia 14, domingo, poder-se-á ouvir o rock/pop dos Essa Entente, e a 15 as atenções concentram-se no cicloturismo. Patentes, ainda, algumas exposições, com destaque para uma colectiva de artes plásticas em que intervêm Ana Mamede, Rosa Dionísio, João Limpinho e Rui Figueiredo, e outra dedicada a Camilo Castelo Branco.

Netos do N'Gumbé em Almada

Os guineenses Netos do N'Gumbé interrompem no dia 13 os seus trabalhos de estúdio, onde se encontram a preparar um CD que será publicado no final do ano, para tocarem os seus «tambores de tina» em Almada, no contexto do Festival Internacional de Teatro. O concerto, que incluirá os rituais da tradição naquela parte de África, está marcado para as 21 horas.

Capuchos com programa em grande

Começa a 12 próximo para só terminar a 30 de Agosto o 10º Festival de Música dos Capuchos. Nomes grandes no cartaz são os de Juan José Mosalini que, como o Opus Ensemble, interpretará no dia 14, ao bandonéon, obras de proveniência argentina. Local do evento: o Teatro da Academia, em Almada. No dia 20, mas no S. Luiz, em Lisboa, Ute Lemper cantará Kurt Weill, acompanhada por Jeff Cohen ao piano, num espectáculo encenado (já que se trata de canções de teatro) por Volker Schlöndorff. A 24 e 25 o Ballet Gulbenkian irá até ao Forum Municipal Luísa Todi, de Setúbal, com coreografias de Olga Roriz, Vasco Wellemkamp, Nacho Duato, Paul Taylor, Hans Van Manen e Paulo Ribeiro. A 28 vez para os London Brass Virtuosi se apresentarem no castelo de Palmela. No dia 7 de Agosto o pianista Stephen Hough interpretará Liszt e Chopin no Convento dos Capuchos, Caparica, na mesma sala em que estará, a 11, Michel Dalberto, com pautas de Schubert e Debussy.

Melhor ainda: Maria João Pires, com Augustin Dumay, Gerard Causse, Gary Hoffman e Alejandro Erlich-Oliva, tocarão a sonata «Arpeggione» em lá menor, o Trio em mi bemol maior op. 100 e o Quinteto op. 114 «A Truta» de Schubert, também no convento, a 14. No dia 16 Debussy, Brahms e Beethoven estarão no menu de um dueto muito especial entre Maria João e Dumay, violinista virtuoso. A 18 a grande pianista portuguesa repete, desta vez com um solo em Palmela, no Cine-Teatro S. João.

Ciclo de Concertos à hora de almoço no Acarte

O serviço A.C.A.R.T.E da Fundação Gulbenkian continua a promover o sétimo ciclo de concertos à hora de almoço, que se prolongará até ao próximo dia 14, na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna, com início às 13 horas e entrada livre.

Novo single de Marina Mota

A MBP vai lançar em disco dois temas da revista «Vitória! Vitória!», em cena no Teatro Maria Vitória. Os temas são «Fui a Maria Vitória» e «Final Azul».

Colectânea da Electric Light Orchestra

Uma dupla colectânea da «Electric Light Orchestra», com 24 temas, é lançada esta semana no mercado discográfico português. A colectânea inclui temas como «Evil Woman», «Living Thing», «Turn to stone», entre outros.

Audiovisuais sobre pintura europeia no Museu Gulbenkian

Por iniciativa do Museu Gulbenkian e integrada na sua programação cultural, vão realizar-se na Sala de Conferências daquele Museu, uma série de sessões de audiovisuais sobre pintura europeia, que decorrerão de terça a quinta-feira, até ao dia 20 deste mês.

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Artista versátil, possuidora de uma voz excelente, Lenita Gentil tem interpretado ao longo de quase vinte e cinco anos de carreira, pode dizer-se que de tudo um pouco: canção, folclore, fado de Lisboa e até fado de Coimbra. Já surpreendeu, pela positiva, um conhecido cantor "histórico" da Academia coimbrã, que uma noite a ouviu cantar a "Samaritana"

Não é fadista, não senhor

Lenita Gentil, que lançou recentemente um novo trabalho discográfico - «Dez canções para Portugal» - começou a cantar para o público apenas com dezasseis anos e está prestes a comemorar as bodas de prata de carreira artística como profissional. Há dois anos e meio, gravou um disco de fados, modalidade que cultiva apesar de não se considerar fadista. Esse álbum incluía fados tradicionais e também fado de Coimbra, os célebres «Hilário» e «Samaritana». Iniciou-se como cançonetista, inclui regularmente no seu repertório temas de cariz popular, mas quanto ao fado, canta-o - como nos disse - apenas porque gosta. Mas também não deixa de ser verdade confirmada pela própria, que o próximo disco (lá para o ano, pouco mais ou menos) vai ser outra vez virado para a fadistagem...

- Se bem julgo interpretar, a sua voz dá para cantar a bem dizer todos os géneros... «Sim, eu tenho facilidade de cantar tanto canções como fados, e até fado de Coimbra, que é tão diferente do de Lisboa. Mas atenção: cheguei a pensar que aquela "malta" que está ou esteve ligada às tradições musicais de Coimbra, que lá estudou e até cantou ou tocou, não gostasse de ouvir as minhas interpretações. Por outro lado, eu não gravei fado de Coimbra de ânimo leve, ao fazê-lo agi

conscientemente. E pronto, as pessoas receberam muito bem, nunca tive problemas.

O próprio Fernando Machado Soares e colegas dele telefonaram para minha casa a felicitar-me. Ainda a propósito: fiz recentemente um espectáculo na FIL, promovido em parte por estudantes e ex-estudantes de Coimbra, e quando estava quase a terminar a minha actuação, eles pediram-me para cantar a «Samaritana». Daí parecer-me que é um trabalho feito com dignidade, doutra forma não me pediriam para cantar».

- Vamos agora falar acerca do seu último disco, afinal de contas o "motor" da nossa conversa. São mesmo dez canções para Portugal?

«Sim, uma vez que se trata de música popular portuguesa, correspondentes a dez regiões do país, desde o Minho ao Algarve sem esquecer os Açores e a Madeira».

- São temas conhecidos, ou inéditos?

«São todos inéditos, da autoria do Arlindo de Carvalho. Ou seja, as músicas são todas dele, e os poemas é que são da autoria de quatro pessoas, que normalmente fazem parceria com aquele compositor: Hernâni Correia, Rui Pilar, Maria Natália Miranda e o Luís Simão. Acho que resultou um disco simpático, agradável, tenho notícia de que está tudo a correr muito bem, mas ainda



Lenita ao DL: «Para se ser um bom cantor é absolutamente necessário ter uma boa voz»

é cedo para fazer um balanço, porque o disco saiu ainda há pouco tempo».

A importância da Comunicação

- Acha que a saída de um disco é uma coisa muito importante?

«Claro, sempre importante. É a Rádio que faz chegar as nossas vozes ao público de todas as regiões, são os meios de Comunicação em geral que divulgam igualmente o que se vai passando, tudo isso é muito importante para a ligação dos artistas com o público».

- É de opinião que um artista deve gravar com uma certa frequência? No seu caso, que não gravava há cerca de

dois anos e meio, acha que foi o intervalo certo ou que foi demasiado?

«Penso que o intervalo ideal para um artista lançar o disco seguinte não deve ultrapassar muito um ano. Os dois anos e meio que estive sem fazer um disco pareceu-me demasiado, pode até ser um bocadinho prejudicial estar-se muito tempo sem gravar. Acho que o tempo realmente ideal será mesmo um ano».

- Uma outra questão: você tem dificuldade em encontrar reportório, designadamente reportório de que goste?

«Acho que hoje em dia há uma certa dificuldade. Por um lado, porque há poucos compositores a escrever

canções. Não quero com isto dizer que não os haja, porque eles existem, e bons. Mas também é verdade que muitos têm desaparecido (lembro-me dos grandes poetas Vasco de Lima Couto e Ary dos Santos e também do Carlos Paião), e outros, aqueles que são simultaneamente intérpretes, nem sempre estão disponíveis.

Daí que tenhamos às vezes que recorrer a uma espécie de revivalismo, ou seja a voltar a cantar alguns temas antigos de qualidade, até gravar temas antes criados por outros, mas quanto a mim isso até é bom, porque se trata de coisas que por vezes já estavam perdidas, muito bonitas, que vale a pena reeditar, de que as pessoas podem gostar sempre».

- Como é que analisa o meio artístico actual em relação ao que encontrou há 25 anos, quando se iniciou nestas andanças, e por meio artístico eu estou a pensar em artistas, empresários, agentes, organizações de espectáculos, etc.?

«Bem, acho que agora o panorama está melhor. Há muita gente, há muitos empresários, talvez mais do que deveria haver... mas há empresários muito bons, e que proporcionam de facto, principalmente no Verão, bastante trabalho aos artistas. Na chamada província fazem-se imensos espectáculos, porque há festas em tudo o que é terra. Claro que existe

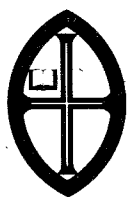
uma grande diferença em relação ao que encontrei há 25 anos atrás. Há muito mais mercado de trabalho, tudo tomou outras proporções, que não restem dúvidas».

Uma boa voz é essencial

- Uma outra coisa que eu lhe queria perguntar: há 25 anos a grande maioria dos artistas apenas cantava, eram apenas os cançonetistas ou os fadistas, que geralmente não dispunham de músicos a tope. Agora, como agora acontece. Agora existem os cantores que fazem os espectáculos acompanhados pelas "suas bandas" como existem, cada vez em maior número, as bandas chamadas de rock, geralmente com vozes sofríveis, mas às vezes com músicas interessantes... Mas a pergunta era esta: as pessoas continuam a apreciar as boas vozes, os bons intérpretes?

«Sem dúvida, nota-se perfeitamente que as pessoas que assistem aos espectáculos aplaudem calorosamente os artistas que saibam cantar. Pela minha parte, não tenho razão de queixa. Em qualquer lugar onde apareça, sou sempre muito bem recebida. Mesmo durante a actuação, é fácil reparar, pela reacção do público, se estão ou não estão a gostar. Acho que para se ser um bom cantor é absolutamente necessário ter uma boa voz».

Rodrigues Borges



ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE TOMAR

SELECÇÃO DE PESSOAL

Avisam-se os interessados que foi para publicação em «Diário da República» um aviso para abertura de concurso para uma vaga de chefe de repartição.

O local de trabalho será nas instalações da Escola Superior de Tecnologia de Tomar.

O vencimento é o correspondente ao escalão 1, índice 405 da escala salarial do regime geral.

Para além dos requisitos gerais para provimento em funções públicas, previstos no Decreto-Lei 498/88, de 30.12, poderão habilitar-se os concorrentes que se enquadrem no âmbito do n.º 2 do art.º 6º do Decreto-Lei 265/88, de 28.7.

A Comissão Instaladora



ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE TOMAR

SELECÇÃO DE PESSOAL

Avisam-se os interessados que foi para publicação no «Diário da República» um aviso para abertura de concurso para um assistente para a disciplina de Inglês.

O local de trabalho será nas instalações da Escola Superior de Tecnologia de Tomar.

O vencimento é o correspondente ao índice 90 a que se refere o anexo 2 do Decreto-Lei 408/89 e o serviço a prestar será em regime de contrato administrativo de provimento.

São condições para a candidatura ter Licenciatura em Filologia Germânica e em Línguas e Literaturas Modernas com variantes que incluam estudos Ingleses, ou outro curso adequado, com informação mínima de Bom ou informação inferior, desde que disponha de curriculum científico ou profissional relevantes.

A COMISSÃO INSTALADORA

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Esculturas e desenhos de Gilberto Zorio, auto-retratos de artistas internacionais e uma curiosa exposição de cartazes de homenagem a Van Gogh, instalada na capela da Casa de Serralves, são a resposta ao Verão que esmaga o Porto

Calores de Serralves

As galerias recorrem sazonalmente ao acervo para justificar com colectivas irrelevantes o fim da época. São raros os casos das que, durante o *defeso*, compreendem a oportunidade de apresentarem os artistas que constituem a sua próxima programação.

Naturalmente que no campo oposto se situam fundações como a Gulbenkian e a Casa de Serralves, para as quais, pelo facto de ser Verão, se salda num maior número de visitantes atraídos quer pelos seus espaços, quer pelas alternativas ao delírio estival.

Ninguém duvida que qualquer coisa está a mudar em Serralves. Só de Fevereiro para cá foi escolhida como termo da exposição itinerante «Mirós de Miró», seguindo-se-lhe a - por enquanto - «Primeira Retrospectiva de António Areal», presente na Fundação Gulbenkian. Por outro lado, é já público que Julião Sarmento prepara uma grande exposição antológica que ocupará todo o espaço da Casa de Serralves. Na altura, será editado um catálogo com textos de Alexandre Melo e Rudi Fuchs.

A estreita colaboração entre a Galeria Luís Serpa/Cómicos e a Casa de Serralves, testemunhada por estas exposições, permite que se esperem com natural expectativa o desenrolar da programação da mais notável instituição portuense.

Zorio, auto-retratos e Van Gogh

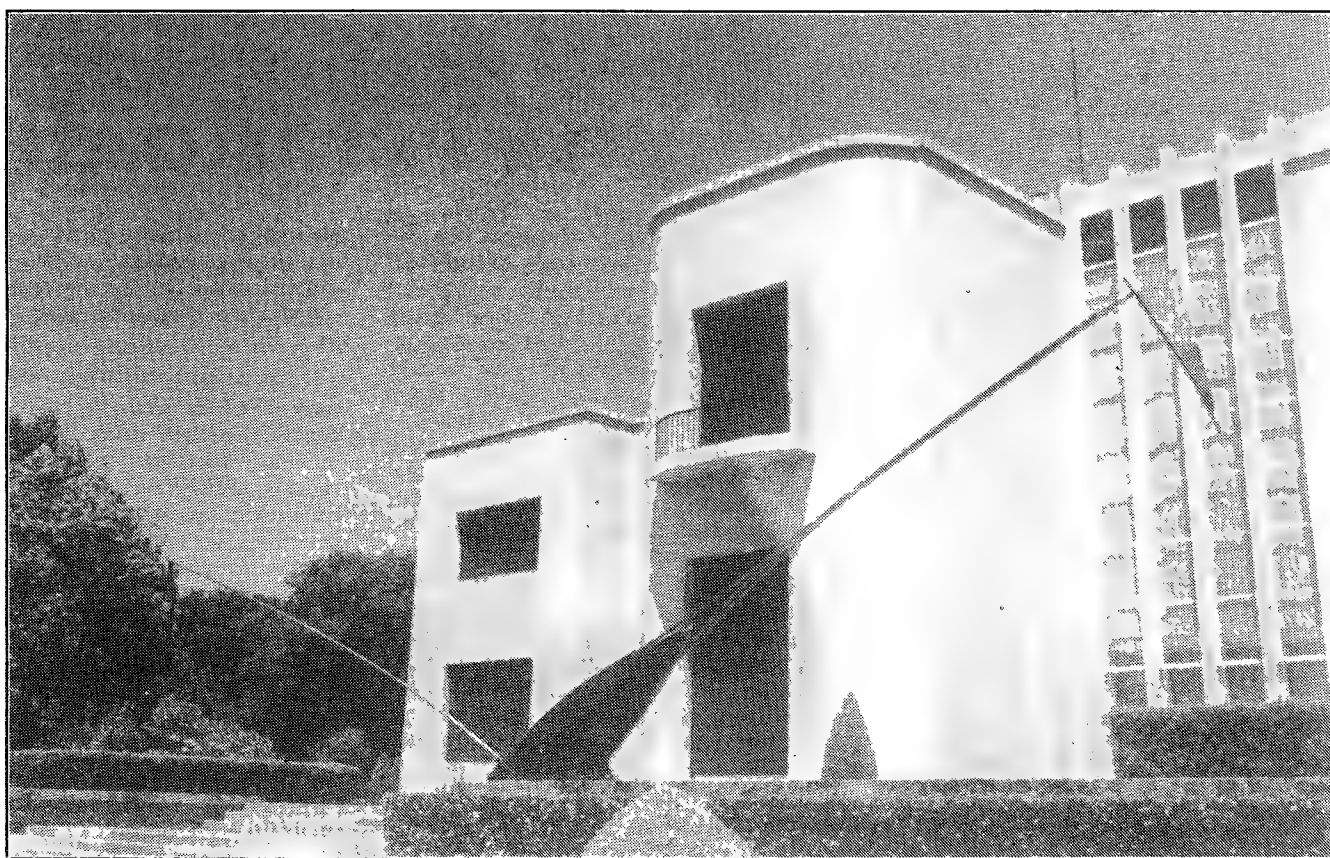
A pertinência das exposições inauguradas no

passado fim-de-semana (esculturas e desenhos de Gilberto Zorio, a colectiva de auto-retratos, «Je est un autre», e uma homenagem a Van Gogh protagonizada por cartazes internacionais) transformam Serralves num percurso obrigatório.

Um ano depois de uma primeira aproximação da obra de Zorio (Galeria Luís Serpa/Cómicos, Lisboa), este destacado elemento do anti-movimento «*arte povera*», além de repor as peças vistas em Lisboa («Stella», «Antes de Marcio» e «Canoa»), concebe para o espaço de Serralves «La Canoa di Porto» (polyester, cobre, ferro, água, sulfato de cobre e sereias de fábrica), «Stella» (argila e pigmento, tendo por suporte o chão da sala), a par de peças históricas como a «Tenda» (andaime de tubos e lona), de 1967, e três desenhos a areia de vulcão, tinta da china, carvão e cloro de cobalto sobre papel de gravura.

O trabalho alquímico de Zorio (sulfatos, água, cobre, areia) é uma metáfora da velocidade: a canoa, a lança (ou canoa do ar e prolongamento do corpo), o apito ou silvo (aqui também veículo de transporte e de denúncia). Mas Zorio trabalha também com o ar, utilizando-o como suporte de um equilíbrio a que Rudi Fuchs chama «uma fuga flexível da imobilidade», ou comprimindo-o no espaço onde as suas instalações vivem um efémero silvo.

Mostrada em duas partes na Luís Serpa/Cómicos, por óbvio condicionalismo de espaço, a colectiva de auto-retratos de artistas inter-



«La Canoa di Porto», escultura concebida por Gilberto Zorio para a Casa de Serralves

nacionais - e entre eles, Jorge Molder - está exposta nas salas do primeiro andar da Casa de Serralves.

A opção em mostrar os auto-retratos em compartimentos estanques, sem qualquer correspondência imediata, se privilegia o carácter intimista da exaltação do ego, desvirtua as potencialidades da agressão colectiva.

Organizada pelo director da Fundação Van Gogh, Frits Becht, a exposição de cartazes (instalada na capela da Casa de Serralves) é uma das muitas

formas como em todo o Mundo se tem assinalado a passagem do centenário da morte de Vincent.

A história é simples: convidaram-se reconhecidos artistas internacionais a conceberem um cartaz que seria distribuído em todo o mundo e vendido a um preço acessível, revertendo os fundos a favor da Fundação Van Gogh 1990. Foram seleccionados vinte e seis entre os que conhecem a Holanda e que nesse país fizeram exposições. Outra condição era que a sua obra estivesse representada

em colecções públicas holandesas.

O resultado é uma visão caleidoscópica, desde Peter Blake a Jiri Kolar, Tapiés a David Tremlett, Lichtenstein a Mario Merz, Richard Long a Enzo Cucchi, etc., etc.

Catálogos

No de Zorio, além dos textos de Fernando Pernes, Denys Zacharopoulos e uma carta a propósito da instalação portuense, reproduzem-se as esculturas e os três desenhos orgânicos.

O da exposição de auto-

retratos reproduz a totalidade dos retratos e estudos sobre a auto-representação assinados por Chaké Matossian, John Yau e Pedro Miguel Frade.

Finalmente, o catálogo de António Areal, além das reproduções e tábuas biobibliográficas de inegável interesse para a compreensão da personalidade de Areal, publica também o ensaio de João Pinharanda sobre a vida e a obra deste meteoro.

Em Serralves, Porto, Portugal, última década do século XX.

Jorge Fallorca

Bienal de Lagos, presente



A presença de um jovem pintor, Luis Camacho, assegura o futuro da Bienal

Inaugurada no passado domingo, no Armazém Regimental, a «V Bienal de Lagos» regista uma nova metodologia que, segundo o telex da Câmara Municipal de Lagos, procura «travar a tendência decadentista que se vinha sentindo nos últimos anos». A mesma fonte não hesita em considerá-la extensiva «a outras bienais», embora não divulgue a quais se refere e omite também os motivos «decadentistas».

A nova metodologia «asenta no Júri de selecção», constituído pelo presidente da S.N.B.A. pintor (e não professor) Fernando de Azevedo e pelos críticos de arte (estes sim, professores) Rui Mário Gonçalves e Sílvia Chicó.

Para «não romper a tradição, cada um destes críti-

cos escolheu autores e obras de tendências representadas nos três primeiros prémios da I Bienal de Lagos».

O mesmo telex explica que «por isso, surgem nesta Bienal três tendências distintas: uma destinada ao abstracionismo, representada na primeira com o primeiro prémio, por António Sena»; outra figurativa, representada por Graça Morais, como segundo prémio; outra de âmbito alargado, designada por outras tendências, representada por um terceiro prémio, por Álvaro Lapa».

No âmbito alargado é que está o busilis, e dificilmente nos passa pela cabeça um Rui Mário Gonçalves, por exemplo, a confundir a obra de Lapa com outras - e quais? - tendências. A menos que a

atitude - o que nos parece francamente provável, dada a eloquência do texto transcrito - se integre na travagem imposta à tendência decadentista das outras bienais...

Os cerca de duas dezenas de artistas distribuídos pelos três núcleos que constituem a alternativa não decadentista da quinta edição da Bienal de Lagos, «trouxeram para cima de 50 obras, cujo valor ultrapassa os cem mil contos».

Paralelamente à «Bienal de Lagos - 90», decorre nos mesmos dias e até ao seu encerramento, dia 27, na Galeria do Mercado dos Escravos, uma homenagem da cidade e dos seus amigos, ao pintor Joaquim Bravo, recentemente falecido.

J.F.

MUNDIAL

As medidas de excessivo rigor impostas pela FIFA, atentaram contra a beleza espectacular e originaram elevada soma de atentados ao código do jogo

FIFA decretou o «estado de medo»



Pela amostra que nos foi oferecida, não têm os dirigentes da FIFA, sobretudo os responsáveis pelas questões de arbitragem, argumentos para cantarem regozijo pelo nível evidenciado por alguns dos 36 árbitros presentes na mais importante prova do futebol. Os mais recentes exemplos mostrados a todo o mundo, foram protagonizados pelo francês Joel Quiniou — quem foi que disse que ele era um dos melhores árbitros do universo? — e do confronto Itália-Inglaterira, tendo cometido elevado número de decisões contrárias ao que se encontra consubstanciado nas leis de jogo, culminando com a anulação de um golo a Berti talvez em jeito de compensação pela grande penalidade (duvidosa) com que penalizou a defesa Parker e que proporcionou a Schillaci o título do melhor rematador do campeonato, e pelo mexicano Edgardo Codosal, ao determinar igual punição quando a escassos minutos do termo da final, Voeller e Sensini se encontraram na grande-área dos argentinos num lance perfeitamente legal (não houve qualquer empurrão como por aí vimos escrito). Estes dois erros gravíssimos vieram atestar que em Itália não estiveram os melhores árbitros mundiais ou então teremos que pensar noutros termos.

Carlos Valente é um dos que regressou de tróntico na vertical, já que as suas atuações,

quer como «auxiliar» quer como juiz, mereceram elogio generalizado, com relevância para a «nota elevada» que lhe outorgaram os nossos «impiedosos» companheiros da Imprensa italiana.

No domínio da disciplina, verificaram-se diversos casos em que os árbitros cometeram condenáveis exageros, ainda que lhes possa ser outorgado a atenuante por recearem que os observadores da FIFA os remetessem para o «pelourinho» se ousassem mandar às urtigas as severas determinações impostas pelos membros do Comité de Arbitragem que impunham a exibição da cartolina amarela à mais pequena quebra de «fair play» praticada pelos jogadores. Houve exagero em vários casos e ainda que não sejamos adeptos de atitudes paternalistas perante qualquer atropelo às regras cometido pelos «artistas», não pactuamos com o princípio imposto pela FIFA de fazer erguer o «amarelo» a qualquer jeito. Se considerarmos o número de vezes que os árbitros exibiram o cartão da advertência (169) e algumas injustiças nas 16 expulsões, fica explicado o rigor patenteado.

Naturalmente que o árbitro não deverá ser um disciplinador, mas unicamente o coordenador do jogo, carecendo de fundamento e compreensão a tese sustentada por João Havelange

de que «existe uma necessidade de uma arbitragem dura, durante o Mundial para bem do próprio futebol». Assim sendo, fica decretado o «estado de medo» por parte de jogadores com prejuízo evidente para o espectáculo. Diz ainda o «patrão» do futebol mundial que «o essencial foi respeitado» quando no nosso entendimento o essencial é permitir que o jogo decorra dentro das regras que o regulam e não inventar normas ao sabor de qualquer maré (leia-se interesse).

Se, como defende o sr. Havelange, «o essencial foi respeitado» querará aplaudir a célebre mão de Maradona que proporcionou o afastamento da selecção soviética e consequente apuramento da Argentina? E quanto às grandes penalidades ignoradas e outras imaginadas? Lembrar-se-á o presidente da FIFA, do lance em que o argentino Caniggia ficou impossibilitado de actuar na final? Recordar-se-á das razões que motivaram a expulsão de Rudi Voeller no encontro RFA-Holanda? Naturalmente que João Havelange deixou escapar a atenção em certos lances de diversos jogos, talvez porque lá no alto da tribuna, existem outras preocupações.

Se perante tamanha monta de erros cometidos pelos árbitros, o mais alto membro da hierarquia da bola vem a terreiro considerar positivo o saldo final, então estamos conversados.

Alves Henriques

AGORA TAMBÉM NO ALGARVE

PNEU RECONSTRUÍDO

LISBOA SETÚBAL

MONTAGEM GRÁTIS
PNEU REMODELADO
IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PNEUS, LDA.

PNEUS NOVOS NACIONAIS		RECONSTRUÍDOS INTERNACIONAIS	
145x10	3 900\$00	145x10	3 900\$00
155x12	4 600\$00	155x12	3 500\$00
175x12	5 800\$00	175x12	3 500\$00
135x13	3 900\$00	135x13	2 900\$00
145x13	4 500\$00	145x13	3 000\$00
155x13	5 000\$00	155x13	3 400\$00
165x13	5 500\$00	165x13	3 600\$00
145x14	5 000\$00	145x14	3 500\$00
155x14	5 600\$00	155x14	4 000\$00
165x14	6 000\$00	165x14	4 100\$00
175x14	6 400\$00	175x14	4 200\$00
145x15	6 700\$00	145x15	4 500\$00
155x15	7 000\$00	155x15	4 800\$00
165x15	7 300\$00	165x15	5 000\$00
175x15	7 600\$00	175x15	5 200\$00
185x15	8 000\$00	185x15	5 500\$00
195x15	8 500\$00	195x15	6 000\$00
205x15	9 000\$00	205x15	6 500\$00
215x15	9 500\$00	215x15	7 000\$00
225x15	10 000\$00	225x15	7 500\$00
235x15	10 500\$00	235x15	8 000\$00
245x15	11 000\$00	245x15	8 500\$00
255x15	11 500\$00	255x15	9 000\$00
265x15	12 000\$00	265x15	9 500\$00
275x15	12 500\$00	275x15	10 000\$00
285x15	13 000\$00	285x15	10 500\$00
295x15	13 500\$00	295x15	11 000\$00
305x15	14 000\$00	305x15	11 500\$00

Vale Verde

Albufeira FARO

COMPRA A PREÇOS DE 1989
PNEUS DE OCASIÃO 1750\$00

Rua Cidade São Salvador, Letras — A.L.S.F. Bairro de Angola — 2685 Camarate — Tel. 9472172

Filial 1: Estrada Nacional N.º 8 — Barro — 2670 Loures — Tel. 9836087
Filial 2: PNEUROPA, LDA — Estrada Nacional — Trajouce — 2775 Parede — Tel. 2442221

PNEU RECONSTRUÍDO CONCESSIONÁRIO DE PNEU REMODELADO
— Estrada Nacional 125 — Vale Verde — 8200 Albufeira

D I G E S T

Beckenbauer: o conquistador que pensa em abdicar

Franz Beckenbauer, técnico da selecção alemã-federal, de futebol parece ter encontrado o tempo certo para recuperar a tensão a que tem sido submetido na Itália-90.

Dado como certo no comando da equipa nacional dos Estados Unidos da América, em cujo país se disputa o Mundial-94, Beckenbauer parece ter optado por caminhos

mais tranquilos que o futebol. Segundo rumores que correm na Alemanha Federal, Franz Beckenbauer está já comprometido com uma importante empresa automobilística do seu país, funcionando como consultor para as relações públicas.

«Vou retirar-me do futebol, pois esta actividade exige uma constante pressão psicológica, não nos dando tempo a pensar noutra coisa», referiu o antigo «capitão» do Bayern de Munique e da selecção de Alemanha Federal, que em 1974, conquistou o título mundial.

Recorde-se que Franz Beckenbauer não tem mais títulos a conquistar. Campeão nacional por diversas vezes, campeão europeu, campeão do mundo como jogador e treinador. Que mais lhe resta?

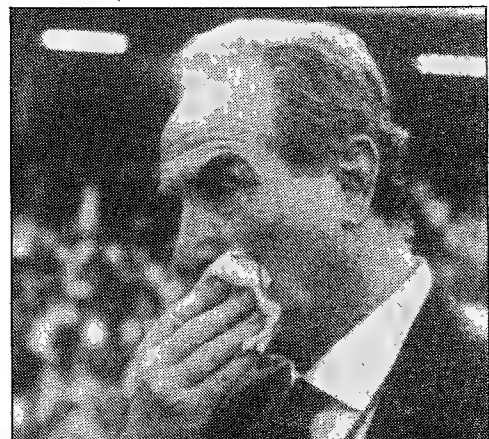


Beckenbauer: adeus em beleza da selecção alemã

Vicini: prestígio continuado e cargo ratificado

O seleccionador italiano, Azeglio Vicini, foi confirmado naquele cargo pelo presidente da Federação Italiana de Futebol, Antonio Matarrese.

O anúncio foi feito horas depois do jogo Itália-Inglaterira, que proporcionou o terceiro lugar no Mundial aos italianos, durante o programa televisivo «Análise dos Mundiais», no Canal Três da RAI. Na oportunidade, Matarrese convidou mesmo Vicini a iniciar o trabalho com vista ao Europeu-92.





Despedida em dia triste

Shilton: o longo adeus

Era esperado, depois do tremendo falhanço do guarda-linha britânico perante a Itália: Peter Shilton garantiu ter disputado no sábado, em Bari, o último encontro da sua carreira, totalizando 125 jogos internacionais, o que passa a ser recorde mundial. Shilton havia igualado (em recente jogo com a República da Irlanda, em Cagliari) o recorde de internacionalizações (119) até então na posse do guarda-redes Pat Jennings, da Irlanda do Norte.

Peter Shilton, que nasceu em Leicester, sucedeu a Gordon Banks na baliza inglesa, tendo sido, com os seus 40 anos, o jogador mais velho presente no Itália-90, igualando o máximo do seu colega de posto, o italiano Dino Zoff que, com a mesma idade, foi campeão mundial em 1982.

A tabela actual dos jogadores mais internacionais é a seguinte: 1.º, Peter Shilton (Inglaterra), 125 jogos; 2.º, Pat Jennings (Irlanda do Norte), 119; 3.º, Bjorn Nordvist (Suécia), 115; 4.º, Dino Zoff (Itália), 112; 5.º, Oleg Blokhin (URSS), 109; 6.º, Bobby Moore (Inglaterra), 108; 7.º, Ladislau Boloni (Roménia), 108; 8.º, Bobby Charlton (Inglaterra), 108; 9.º, Billy Wright (Inglaterra), 105; 10.º, Torbjorn Svenssen (Noruega), 104; 11.º, Grzegorz Lato (Polónia), 104; 12.º, Franz Beckenbauer (RFA), 103; 13.º, Kazimierz Deyna (Polónia), 102; 14.º, Joachim Streich (RDA), 102; 15.º, Kenny Dalglish (Escócia), 102; 16.º, Morten Olsen (Dinamarca), 102; 17.º, Jozsef Bozsik (Hungria), 100; 18.º, Han-Jurgen Dorner (RDA), 100; 19.º, Heinz Hermann (Suíça), 100.

MUNDIAL

Espelho das táticas: falta de golos

Sem dúvida: a fase final do Itália-90 passou à história do Mundial de futebol como o Campeonato menos produtivo em golos, com uma média de 2,21 tentos por encontro.

A incapacidade de concretização das 24 selecções finalistas manifestou-se também na fase final do Campeonato, a 1.ª em que uma equipa garantiu o título apenas com um gol (1-0). Mas, a escassez de golos acabou por traduzir as opções táticas dos treinadores, apostados em concentrar jogadores na defesa e no meio-campo, colocando apenas um ou dois mais à frente.

Nas 52 partidas do Itália-90, com início a 8 de Junho na surpreendente vitória dos Camarões frente à Argentina (por 1-0) foram marcados 115 golos no tempo regulamentar, 13 dos quais na cobrança de grandes penalidades. A maioria dos tentos (74) foram obtidos no 2.º período complementar, contra 35 na 1.ª parte e seis nos prolongamentos.

A Alemanha Federal, que conquistou o título foi a mais concretizadora do Campeonato, com 15 golos marcados, a uma média de 2,14 por partida. A Checoslováquia fica na 2.ª posição (10 golos em cinco partidas), seguida da Checoslováquia (8 tentos em cinco jogos: 1,60 de média) e da Bél-



Roger Milla: o espantoso caso de quatro golos aos 38 (confessados) anos

gica e Espanha, empatadas com uma média de 1,50 golos (6 em 4 encontros).

A Argentina (vice-campeã) marcou apenas cinco golos em sete encontros, ficando com uma das médias mais baixas das selecções finalistas do Mundial.

As grandes penalidades foram decisivas no Itália-90, o 1.º Campeonato do Mundo onde as meias-finais (Alemanha-Inglaterra e Itália-Argentina) foram decididas na

marcação de «penalties».

Os outros dois encontros decididos na marcação de pontapés de grande penalidade, devido aos empates verificados após 120 minutos de jogo, foram o Irlanda-Roménia (oitavos de final) e o Jugoslávia-Argentina (quartos de final). O castigo máximo foi também fundamental no triunfo germânico frente à Argentina, com os novos campeões do mundo a obterem o único tento da final através da

marcação de um «penalty» polémico, assinalado pelo árbitro mexicano Codesal.

Ao todo, no Itália-90 foram apontados 41 «penalties»: 13 no tempo regulamentar e os restantes no prolongamento e nos cinco castigos máximos do desempate, após os 120 minutos de jogo.

O resultado mais repetido do Mundial foi o 1-0, registado em 15 jogos (28,85 por cento), seguido do 2-1, em 10 encontros (19,23 por cento) e o 1-1, em sete desafios (13,46). Desfechos únicos foram apenas as vitórias da União Soviética e da Inglaterra por 4-0 e 3-2, respectivamente, frente aos Camarões.

A maioria dos tentos (100) foram marcados dentro da área, com 15 fora; 62 resultaram de pontapés apontados com a perna direita dos jogadores, 24 com a esquerda e 29 de remates de cabeça.

O marcador sofreu alterações nos cinco últimos minutos de jogo em cinco partidas e em três delas (Alemanha Federal-Colômbia, Uruguai-Coreia do Sul e Inglaterra-Bélgica), foram apontados tentos no minuto derradeiro.

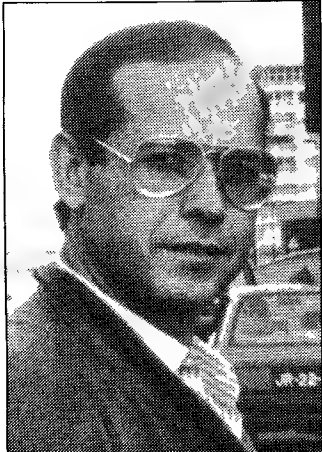
O golo mais «rápido» do Mundial pertenceu ao jugoslavo Safet Susic, que fez o 1-0 no jogo com os Emirados Árabes Unidos, logo aos três minutos.

Balanço do Mundial por um artista

Pelo sim, pelo não: viva o futebol!

Se calhar os estimados leitores não vão achar graça, ou talvez não vão escrever. Porém, antes do mais, quero confessar que sou emocionalmente um desequilibrado nalguns aspectos da vida, particularmente no que toca ao desporto.

Gostei de ver os Camarões ganharem à Argentina, não gostei de ver o futebol da Holanda e muito menos o da Espanha. Gostei de ver jogar a Roménia, a Checoslováquia e a Irlanda; não gostei de ver a Inglaterra, ganhar aos Camarões, não gostei de ver a Argentina ganhar ao Brasil (para mim o melhor futebol que se jogou neste Mundial), não gostei de ver a Alemanha ganhar à Itália, não gostei de ver a Alemanha ganhar à Inglaterra, considero aquele rapaz Gascoigne um dos melhores futebolistas que por lá passaram, não gostei mesmo nada do jogo da final. Conclusão: nunca me passou pela cabeça torcer pela Inglaterra e torci no jogo com a Alemanha, como também nunca pensei que o jogo da final me perturbasse tanto por causa daquele senhor árbitro que é (segundo tenho lido) genro do homem que nomeou os árbitros, aquela expulsão seria justa se tivessem expulsado todos os jogadores que fizeram jogadas daquelas, mas depois não teria havido mais Mundial. Da se-

Paco Bandeira
Autor, compositor
e cançonetista

gunda, não percebi: por isso, bico calado. Da falta que deu origem à grande penalidade apetece dizer (fora o árbitro). Pois bem: depois de tudo isto, porque não fiquei nada satisfeito com o Mundial, veio-me logo à cabeça um ror de coisas, à maneira bem portuguesa. E comecei a analisar a fundo o futebol: quantos milhões de contos se terão gasto, quantas horas de televisão, que influências, meu Deus! então anda a Unicef a pedir para que não morram sei lá quantas centenas de crianças por minuto e todos nós, claro, cheios de pena, lá vamos filosofando de bar em bar, de autocarro em autocarro (até eu estou para aqui armado em

bonzinho a dizer mal do futebol) mas o que é certo é que se nós, os seres humanos, fôssemos melhores, não seria para estes mundiais do luxo, que de desporto, pouco ou nada têm, e se têm, não é este esbanjamento de dinheiro e meios que os justificam quando todos nós sabemos que seres humanos morrem por falta de tudo o que sobra a quem faz destes certames nas romanas arenas do século XX. Que pena eu não ser um escritor informado para vos dizer quantos biliões são gastos para que os HOMENS VELHOS, possam continuar a ser VELHOS e assim poderem botar figura (qual César de dedo para baixo ou para cima) sobre coisas importantes como são as do futebol (que devia ser uma agradável forma de convívio onde o único vencido fosse o tédio, o racismo, as diferenças sociais, os espinhos do dia a dia e não um sítio onde se sofra e até se morra). Não estou nada bêbedo, nem sou ingénuo, mas o «DL» tem muita razão se não publicar isto, porque eu tenho a mania que sou alguém e que por isso, tenho o direito de falar de coisas que não me dizem respeito, porque afinal o que eu tenho que fazer é cantar bem e não fazer ondas, senão ainda me arranjam alguma tramóia das antigas. Por isso, viva o futebol!

urbicidade

MEDIADORES OFICIAIS

Av. D. Nuno A. Pereira, 46, r/c Esq.
2800 ALMADA — PORTUGAL
☎ 274 45 57 — 274 42 56
Telex. 61004 TRIALM P • Fax. 274 36 53

VENDEMOS LISBOA

AV. JOSÉ MALHOA, 2 lotes aprovados, área construção acima solo 24 300 m², área de construção das caves 15 300 m², para 510 viaturas, área de implant. 3060 m² o corpo mais alto tem 15 pisos para escritórios e 4 pisos para comércio. Possibilidade construção hotel 5 estrelas.

AV. BERNAL, AV. REPÚBLICA, lote devoluto com 13,40 m de frente e 26 m de fundo.

BAIXA POMBALINA, Vários prédios de rendimento, c/ andares e lojas devolutas.

R. ROSA ARAÚJO (esquina c/ R. CASTILHO), lote c/ 450 m², 3 c/v estac. 2, c/v loja c/ 426 m², 1. c/v entrada e loja c/ 426 m², r/c loja c/ 426 m², 8 andares p/ escrit. c/ 3918 m² total. Área construção acima do solo 4350 m².

CAMPO GRANDE, lote c/ 464 m², 16x31 m, aprov. 2 c/v, r/c e 9 pisos, r/c T1 para port. e loja c/ 78 m². 1.ª e 2.ª c/v para 20 parq. e 9 T5. Habit. ou escrit.

Gaveto entre R. SALITRE, BARATA SALGUEIRO e RODRIGO DA FONSECA, lote aprov. c/ 900 m² área total de const. 7516 m², r/c e 1.ª c/v c/ 32 lojas, 4 c/v para 62 parq. Cada c/v c/ 692 m² e 6 pisos para escrit. c/ área de 587 m² cada. Bom preço.

ALMADA

Zona central (PP7). Lote c/ 16,5 m de frente e 12 m empena. Aprova- do para 10 fogos + 2 lojas.

AV. BENTO GONÇALVES, andares c/ 2 e 3 ass. Crédito Jovem.

FEIJÓ, lote c/ 343 m², aprovado para moradia c/ infra-est.

JUNTO novo edifício CMA, r/c c/ 3 ass., e grande logradouro, viabilidade escrit. ou comércio.

Edifício do Trib. Trabalho, andar c/ 4 ass.

COVA DA PIEDADE, armazém c/ 200 m².

CORROIOS, Est. Nac. 10, urbaniz. aprov. 310 fogos.

C. CAPARICA — VIA RÁPIDA, terreno c/ 10 000 m², confrontando c/ via rápida, acessos c/ infra-est.

SOBREDA DE CAPARICA, 2 lotes destacados c/ 580 m² cada, c/ armazém implantado c/ 150 m², gaveto, acesso para indústria.

COVA DA PIEDADE, unidade industrial c/ 1000 m², pronta a laborar. Bons acessos e localização.

C. CAPARICA — QTA. S. ANTÓNIO, apart. c/ 2 grandes ass., hall, coz., desp. e garagem. Bom preço.

ALGARVE

VILAMOURA — ALDEIA DO GOLFE, 42 lotes p/ moradias no melhor local. Aprovado, c/ infra-est. e serviços.

PRAIA DO VAU — ROCHA — ALVOR, terreno c/ 57 000 m², frente p/ praia, viabilidade fins turist. e habit.

FERRAGUDO, junto à praia, terreno c/ 92 500 m², área a urbanizar 57 000 m² aprov. para 148 apart., centro comerc., piscinas, courts de ténis. Oportunidade única.

VÁRIOS

VERDIZELA, lote c/ 1050 m² urbanizado c/ infra-est.

CRUZ DE PAU — AMORA, moradia, central, r/c amplo c/ 400 m², 1.ª e 2.ª andares c/ 5 ass. cada.

FERREIRA DO ZÉZERE — LAGOA DE DORNES, quinta c/ 30 000 m², casa c/ 10 ass., adega, estábulo, pomar e vinha, água, electri. e telefone, junto estrada.

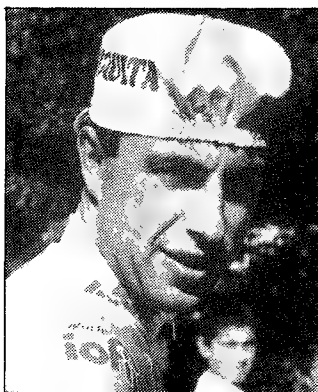
DESPORTO

Ciclismo: GP Joaquim Agostinho

Gomes cor de sol perto de Torres

Continua no topo do interesse desportivo a disputa do Troféu Joaquim Agostinho (12.º Grande Prémio Internacional de Ciclismo), que arranca hoje para a última etapa: partida às 14 horas de Sobral de Monte Agraço e, 131 quilómetros depois a meta localizada em Torres Vedras, com chegada prevista para as 17 horas e 17 minutos.

Ontem, o espanhol Arsénio Gonzalez venceu (destacado) a 6.ª tirada, disputada uma vez mais sob intenso calor. Gonzalez (2.º classificado na edição de 1989 da prova) isolou-se nos últimos 55 quilómetros, cortando a meta com 2,25 minutos de vantagem sobre o segundo classificado, a 2,34 minutos de distância, após ter usufruído de um avanço de 4,30 minutos sobre o grosso da coluna, a menos de 30 quilómetros da meta.



Fernando Carvalho: Desistência às portas de Alverca



Na Praia de Santa Cruz registou-se a junção dos sete fugitivos, que continuaram juntos, durante 80 quilómetros, até à subida para o Alto de Vila Seca, única contagem de montanha da etapa, altura em que Gonzalez atacou, tendo sido acompanhado apenas por António Araújo. Na vertiginosa descida a caminho da meta, o ciclista espanhol aumentou rapidamente o seu avanço, que chegou a cifrar-se em 4,30 minutos, enquanto Araújo não conseguiu acompanhar o andamento de Gonzalez.



No entanto, o ciclista da Teka nunca chegou a pôr em perigo a posição da camisola amarela Joaquim Gomes (Sicasal/Acral), mas a sua vantagem em Vila Franca de Xira proporcionou à equipa espanhola recuperar o lugar cimeiro da classificação colectiva.

Gonzalez (30 anos, natural de Burgos) cumpriu os 193 quilómetros do percurso (entre Caldas da Rainha e Vila Franca de Xira) em quatro horas, 56 minutos e 55 minutos, à média horária de 39 quilómetros.

Na 1.ª hora de corrida os ciclistas já tinham percorrido 42 quilómetros: uma boa média, tendo em conta o calor intenso que se fazia sentir.

Amílcar Neves (Alguerra) e Fernando Carvalho (Ruquita/Feirense) foram os primeiros fugitivos. E, aos 41 quilómetros, registara-se nova tentativa de fuga, com cinco ciclistas a conseguirem distanciar-se: António Araújo (Avibom/Lousa), António Alves (Boavista/Recer), Carlos Marta (Orima/Cantanhede), Hagen Bernost (RDA) e Arsénio Gonzalez (Tekla).

de 42 segundos sobre o espanhol Alberto Leanizbarrutia (Tekla) que cortou a meta também integrado no pelotão: «Não tinha intenção de conquistar a camisola amarela, pois sabia que isso era exactamente difícil. Quando ataquei foi com o propósito de conseguir ganhar a etapa, e por isso estou satisfeito», disse Gonzalez, em Vila Franca de Xira.

Classificação dos 10 primeiros na etapa: 1.º, Arsénio Gonzalez (Tekla), 4.56.55; 2.º, António Araújo (Avibom/Lousa), 4.59.20; 3.º, Jose Gonzalez (Royal), 4.59.29; 4.º, Paulo Pinto (Avibom/Lousa), mesmo tempo; 5.º, João Paulo (Orima/Cantanhede), m.t.; 6.º, Christian Jaeger (RDA), m.t.; 7.º, Pedro Silva (Boavista/Recer), m.t.; 8.º, Manuel Abreu (Sicasal/Acral), m.t.; 9.º, Malcolm Elliot (Tekla), m.t.; 10.º, Orlando Rodrigues (Seleção Sénior), m.t. Classificação geral: 1.º, Joaquim Gomes (Sicasal/Acral), 19.10.02 horas; 2.º, Alberto Leanizbarrutia (Tekla), a 42 segundos; 3.º, Arsénio Gonzalez (Tekla), a 5.08 minutos; 4.º, Neil Stephens (Royal), a 6.18; 5.º, Malcolm Elliot (Tekla), a 7.36; 6.º, Joaquim Andrade (Sicasal/Acral), a 7.37; 7.º, Marco Chagas (Orima/Cantanhede), a 7.40; 8.º, Manuel Abreu (Sicasal/Acral), a 7.42; 9.º, Falk Boden (Ask-Vorwärts/Wasteels), a 7.46; 10.º, Andre Sakovich (Barnix/Frenteoste), a 7.48.



José António Rodrigues dos Santos

• Móveis de todos os estilos • Venda ao público e revenda • A melhor amizade ao melhor preço
Loja 1 — PALHAGUEIRAS — A-dos-Cunhados — Tel. 987 66
Loja 2 — Shopping Center S. Pedro — TORRES VEDRAS

A caminho de Alverca, Fernando Carvalho abandonou a prova, e pouco depois, registou-se uma queda aparatosa, que envolveu vários corredores, tendo os soviéticos Igor Novikov e Igor Pafuhovich sido transportados de ambulância para o hospital, enquanto os restantes conseguiram chegar à meta.

Joaquim Gomes (Sicasal/Acral) chegou integrado no pelotão, mantendo a camisola amarela, com a vantagem

sal/Acral), a 7.42; 9.º, Falk Boden (Ask-Vorwärts/Wasteels), a 7.46; 10.º, Andre Sakovich (Barnix/Frenteoste), a 7.48.

«Tour»: Bauer vai dominando

O italiano Massimo Ghirotto venceu a 9.ª etapa da Volta a França, cuja classificação geral continua a ser comandada pelo canadiano Steve Bauer, com 39 horas, 18 minutos e 47 segundos.



Antas recebe novos recrutas: Aloísio, Jorge Plácido, Padrão, Sthefane Paille e Kostadinov



Alvalade tem novos homens no comando técnico: o adjunto António Dominguez, o secretário Álvaro Braga Júnior e o treinador Marinho Peres, juntos com Sousa Cintra (mostrando na cabeça sinais do acidente de viação recentemente sofrido)

Aí vem o futebol!

Reanimam-se os estádios com o regresso ao trabalho dos futebolistas dos clubes de mais elevada cotação no mercado local. E aí temos, para já e por exemplo, Porto, Sporting e Belenenses mostrando as novas figuras dos seus blocos e, simultaneamente, abraçando os que já moravam nas suas casas.

Nas Antas, um punhado de caras novas: o defesa brasileiro Aloísio (vindo de Barcelona), Jorge Plácido (recrutado no Racing de Paris), Padrão (ex-Boavista), Stephane Paille (cedido pelo Montpellier) e o soviético Kostadinov (ex-CSKA). Rui Águas não apareceu, Geraldão e José Carlos também não: estão já incursos em processos disciplinares. Camberra é emprestado

ao Gil Vicente e o argelino Madjer marcha para os espanhóis do Malaga.

Em Alvalade, apenas uma novidade: o australiano/jugoslavo Bozinbosky, vindo do Beira Mar. Pitico (Farense), Omam Biyick (Camarões) ou um brasileiro estão na ideia de Sousa Cintra, que põe e dispõe em matéria de contratações.

Os internacionais Fernando Chalana e Morato, mais o zairese Kobla e o brasileiro Raudnei (Corunha), ingressaram no Belenenses, que dispensou o brasileiro Oliveira.

Hoje, haverá mais notícias: o Vitória de Setúbal apresenta-se à Comunicação Social.

Totoloto e totobola deram milionários

Estão concluídos os escrutínios do totoloto e totobola do último fim-de-semana.

Dois totalistas do «jakpot» do otoloto, Isidro Valoroso, de Calheta (Açores) e um anónimo de Linda-a-Velha (arredores de Lisboa) vão receber mais de 98 mil contos cada um. Segundo prémio: 14 boletins, prémio individual de 2 330 992 escudos; 3.º prémio: 674 boletins (131 416 escudos a cada um); 4.º prémio: 40 002 boletins (para cada um 2214 escudos); 5.º prémio: 794 659 boletins (cabendo a cada um 175 escudos).

Quanto ao totobola, quatro anónimos (de Lisboa, Oeiras, Porto e Guimarães) foram os vencedores do 1.º prémio: Cada um deles receberá cerca de 3300 contos. Com o 2.º prémio foram escrutinadas 160 matrizes, cabendo a cada uma cerca de 55 contos, enquanto o 3.º prémio foi distribuído por 2172 matrizes, com um valor individual de cerca de quatro mil escudos.

Concurso n.º 28/90
15 Julho. 90

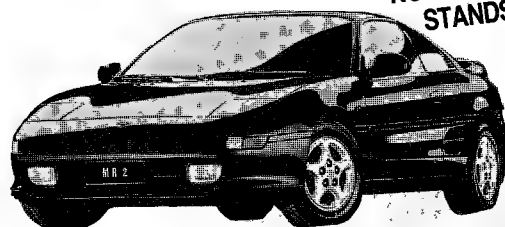
Neuchatel-Lyngby	1
Sparta Praga-Admira	1
St. Gallen-Slavia Sofia	1
FC Tirol-Bochum	1
Norrkoping-Vejle	1
Bohemians-Kaiserslautern ..	X
Rostock-Brondby	X
Viena FC-Aarhus	1
Karl Marx-Sturmm Graz	1
Dusseldorf-Plotesti	1
Grasshoppers-B. Uerdingen ..	X
Liubliana-FC Berlin	X
Sportul Bucureste-Odense ..	X



TOITORRES TOYOTA

NOVOS MODELOS PARA ENTREGA IMEDIATA

- MR2 (2.0) Vermelho
- CELICA ST I (Vermelho/Branco/Preto)
- CELICA GTI (Vermelho)
- COROLLA (Crystal Line)
- STARLET (Vários)
- STAR VAN (Vários)
- COMERCIAIS
- HILUX (Todas as versões)
- LAND CRUISER (Novo motor)
- HIACE (Todas as versões)



TELEFS.: 25171 / 25174 - EDIFÍCIO TOITORRES - 2560 TORRES VEDRAS

Banix

Concessionário BMW



BMW - pelo prazer de conduzir

Temos para entrega imediata

- 316 I Vários/Todas as versões
- 318 IS Full extras
- 320 IS Full extras
- 518 I C/tecto de abrir
- 520 I C/tecto de abrir
- 524 TD Full extras
- 735 I Full extras



VENHA
EXPERIMENTA-LOS
E CONHEÇA AS
CONDIÇÕES
DE CAMPANHA



BANIX - Veículos de Transporte, S.A. - Tel.: 23159-25171/4 - 2560 TORRES VEDRAS

DESPORTO

Basquetebol

Estrelas mudam de constelação

O Clube Recreativo Estrelas da Avenida, popular colectividade sediada na Avenida General Roçadas, em Lisboa, prossegue no propósito de se impor em diversas modalidades, com destaque para o badminton, voleibol feminino, andebol e basquetebol (masculino e feminino) conquistando títulos e troféus que bem evidenciam o esforço, dinamismo e dedicação dos seus dirigentes e enchem de orgulho e satisfação o seu elevado número de associados e demais adeptos. Trata-se de uma colectividade que bem merece o apoio das entidades oficiais pelo cunho da sua acção na valorização dos seus atletas e no desenvolvimento do desporto naquela zona da cidade.

No que respeita ao basquetebol sénior masculino — refira-se que na passada temporada obteve o 3.º lugar na pauta geral do Campeonato Nacional da 1.ª Divisão — Rogério Crespo (presidente) e seus pares do executivo, estão empenhados em manter uma equipa capaz de discutir as competições em paridade com os «clássicos» do basquetebol e, desse modo, deslocaram-se aos Estados Unidos de onde trouxeram o contrato rubricado por Mitchel Lee (que ultimamente tem vindo a jogar no México) e de Daryl Thomas (actualmente jogava na Finlândia) e, anteriormente, havia sido jogador das Universidades de Minnesota e de Indiana.

A par destas aquisições (que colmatam as saídas de Philip McMannus e Robert Henderson) o Estrelas adquiriu os passes do brasileiro Flávio Nascimento (Seixal) e Orlando Henriques (Barreirense). Quanto a dispensas e para além dos já citados americanos saíram: Paulo Niza, Rui Leitão, Bruno Alvarinhas, Vítor Rocha, Pedro Carvalho e Pedro Filipe.

Seixal:

«staff» completo

O Seixal Futebol Clube, que conta com o patrocínio das Caves Barroco, parece disposto a demonstrar que a sua subida ao escalão superior não será apenas «para dar um recado e abalar». Os seus propósitos são, naturalmente, de ficar entre os grandes e daí que, em tempo oportuno, haja estruturado o seu «staff» nesse sentido. Vejamos quem são os responsáveis e os atletas com que conta para a próxima «campanha»: treinador: Luís Silveira, adjunto: Vítor Mamede, treinador-analista: Carlos Martins, coordenador da secção: Carlos Pólvora, seleccionistas: João Silva e Luís Loureiro. Jogadores: Pedro Silveira, Carlos Marques, Paulo Lima, Pedro Guerreiro, Nuno Santos, Rui Partidário, Paulo Baptista, Carlos Conceição (ex-Estoril), Vítor Pires (ex-Guifões), Rucardo Nascimento (ex-Corinthians), Ken (ex-Sangalhos) e Óscar Cardoso.

A. Nobre

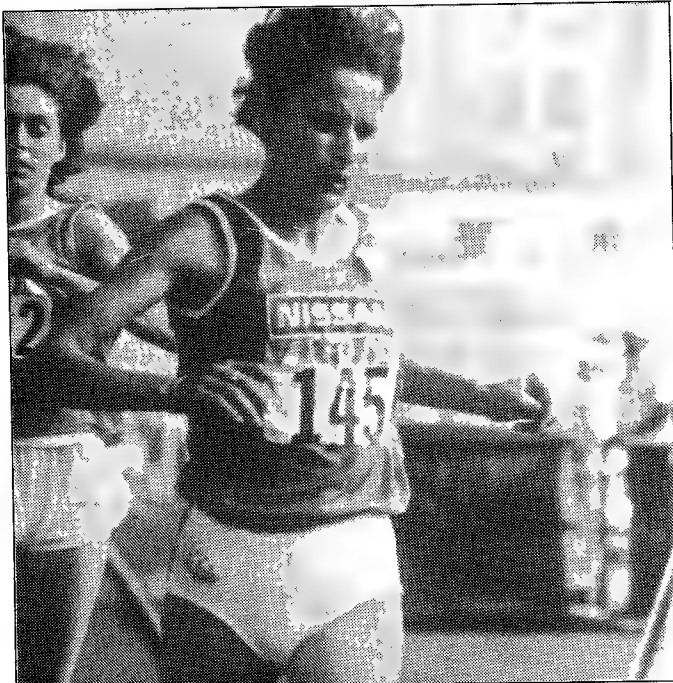
Atletismo: campeonatos nacionais

Benfica: mais alto mais rápido e mais além

Como se esperava, o Benfica dominou os nacionais de atletismo em toda a linha, superando toda a concorrência e particularmente o seu crónico opositor de Alvalade. Para que se tenha uma ideia da superioridade evidenciada pelos atletas benfiquistas, bastará referir que, das onze provas masculinas do 1.º dia, venceu nove, sendo batido nos 10 000 metros e no comprimento, por Raimundo Santos e Carlos Castelo Branco ambos do Sporting.

Como nota de relevância saúde-se o regresso às pistas nacionais da «Rosinha do encanto de todos nós» que participou nos 3000 e 10 000 metros onde foi superada pela minhota Conceição Ferreira em momento de extraordinário apuro de forma. A «São» Ferreira continua com forte passada e psicologicamente no cume.

Vejamos quem foram os vencedores das provas de sábado e os seus tempos e marcas: ELES: 100 metros: Hélio Reis, 10,49; 400 metros: Filipe Lombá, 48,21; 1500 metros: Luís Jesus, 3,58,72; 10 000 metros: Raimundo Santos, 31,16,26; 400 metros / barreiras: Pedro Rodrigues, 52,8; peso: Fernando Alves,



Conceição Ferreira: a honra de, em dois dias, ter superado a campeoníssima Rosa Mota

15,84; comprimento: Carlos Castelo Branco, 7,66; altura: Luís Marto, 2,05; 5000 metros marcha: José Urbano, 19,40,02; 4x100: Benfica (Hélio Reis, Pedro Curvelo, Afonso Ferraz e Luís Barroso), 4,21. ELAS: 100 metros: Graziela Guerreiro, 11,99; 400 metros: Maria João Valamatos, 56,44; 800 metros: Conceição Ferreira (SC Bra-

ga), 9,02,42; 400 metros barreiras: Maria Moreira (CAP) 58,80; disco: Teresa Machado (Sporting) 53,00; dardo: Ana Moraes, 44,82; 4x100 metros: Benfica (Carmo Tavares, Célia Moreira, Lucrécia Jardim e Gabriela Guerreiro).

Quanto à segunda jornada, eis os vencedores: ELES: 200 metros: Luís Cunha, 20,98; 800 metros: António Abran-

tes, 1,53,4; 5000 metros: Carlos Patrício (Sporting), 15,00,93; 110 metros / barreiras: Paulo Barrigana, 14,04; 3000 metros / obstáculos: Elísio Rios (Sporting), 8,57,43; vara: Pedro Palma, 4,80; triplo salto: José Leitão (CIPA), 15,93; disco: Fernando Alves, 52,16; martelo: António Peixoto (Sporting), 60,62; 4x400: Benfica (Pedro Curvelo, António Abrantes, Pedro Rodrigues e Filipe Lombá), 3,11,44. ELAS: 200 metros: Lucrécia Jardim, 23,87; 1500 metros: Ana Paula Mota (CAP), 4,32,42; 100 metros / barreiras: Andrea Cseh (Vilamoura), 14,06; 10 000 metros: Conceição Ferreira (Braga), 33,26,44 (Rosa Mota classificou-se no 2.º lugar com 35,16,44); peso: Teresa Machado (Sporting), 15,51; altura: Maria José Travessa (VFC), 1,63; comprimento: Sandra Barreiro (Sporting), 5,82; 3000 marcha: Fernanda Ferreira (VFC), 16,29,74; 4x400: Benfica, 3,51. Classificação final colectiva (masc.): Benfica 176 pontos, 2.º Sporting, 131; 3.º Belenenses, 107; 4.º CIPA, 88; 5.º V. Setúbal, 77. Fem.: Benfica, 119; 2.º CAP, 98; 3.º CIPA, 78; 4.º Sporting, 72; 5.º Braga, 68; 6.º Vitória de Setúbal, 68.

V. Carvalho

Andebol

Seleccção lusa perde com a Espanha

A selecção portuguesa de andebol foi derrotada pela sua congénere da Espanha, por 33-18, em encontro integrado nas comemorações do 25.º aniversário do clube espanhol Zarauz.

As equipas alinharam e marcaram:

ESPAÑA: Rico, Cabanas (4), Marin (2), Masip (2, um de sete metros), Urdangarin (3), Luison (4) e Franch (6). Jogaram ainda: Fort, Eino, Ordonéz (1) de sete metros), Villaldea (7, um, de sete metros), Barreiro, Serrano (2) e Hermida (2).

PORTUGAL: Santa Bárbara, Resende (5), Luzia (1), Macedo (4, um de sete metros), Ferreira (1), Pires (2), Carneiro (2), jogaram ainda: Morgado, Santos, Plácido (2), Oliveira, Faria (1), Pastor e Gomes.



Navratilova: nove triunfos em Wimbledon

Navratilova e Edberg triunfam em Wimbledon

O sueco Stefan Edberg e a norte-americana Martina Navratilova foram os vencedores do torneio de Wimbledon, depois de derrotarem na final Boris Becker e Zona Garrison, respectivamente. Recorde-se que a veterana tenista americana conseguiu o desejado recorde de nove títulos, enquanto o alemão Becker falhou a possibilidade de conquistar o seu quarto título na prestigiada competição.

No sector masculino e após a realização deste torneio a tabela da ATP está assim ordenada: 1.º, Ivan Lendl, 2995 pontos; 2.º, Stefan Edberg, 2783; 3.º, Boris Becker, 2639; 4.º, Andres Gomez, 2005; 5.º, Andre Agassi, 1896; 6.º, Brad Gilbert, 1728; 7.º, Thomas Muster, 1570; 8.º, Aaron Krickstein, 1513; 9.º, Emilio Sanchez, 1499; 10.º, Martin Jaite, 1151.

APRENDA

Electricidade, electrónica, rádio, TV, durante 10 meses, aulas teórico-práticas de 3 horas diárias das 08.00 às 23.00. Mais de 600 contos de material didáctico por aluno. Início do curso 1 de Outubro, assiste a uma semana de aulas, gratuitamente, quando desejar.

MÍNIMOS

4.ª classe ou 6.º ano de escolaridade (16 anos).

DIPLOMA

CARTEIRAS PROFISSIONAIS

De Técnico de Electrónica, Rádio, TV e de Electricista de Baixa Tensão. Válidas em todos os países com sindicatos. PREÇO: 200 + 7 mil escudos em 10 prestações mensais de 20 mil.

ESCOLA LASER

Capacidade para 870 alunos.

Praça Bernardo Santareno, 3-B 1900 Lisboa — Tel. 805801 - 809557 Metro Areeiro, autocarros 15-27-35-40

(Alugamos salas-aula)

FÉRIAS 90

MARROCOS

idades imperiais

autocarro + avião

- Auto-Férias
- Cidades Portuguesas

Desde 62.000

NOVO!

salou

partidas

todas as 6^{as} feiras

DESDE 33.900\$

NOVO

benidorm

☆ HÓTEIS E APARTAMENTOS

☆ AUTO-FÉRIAS

DESDE 7.500\$ (SEMANA)

Partidas todas as 6^{as} Feiras

INFORMAÇÕES E RESERVAS

Rua da Madalena, 55-61

878821/2/3 Telex 44546 LT 38

1100 LISBOA

I Série N.º 157
Dia 10 de Julho

DIÁRIO DA REPÚBLICA



SUMÁRIO

**Presidência do Conselho
de Ministros**

Portaria n.º 530/90:

Fixa o perímetro de protecção do Castro de Guifões, freguesia de Guifões, concelho de Matosinhos.

**Presidência do Conselho de Ministros
e Ministério das Finanças**

Portaria n.º 531/90:

Fixa o valor da taxa devida pela classificação de cada videograma.

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 224/90:

Atribui aos deficientes das forças armadas o direito de requererem a revisão do grau de incapacidade sempre que se verifique o agravamento da doença ou da lesão. Altera o Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

Ministério das Finanças

Despacho Normativo n.º 46/90:

Cria no quadro de pessoal dos serviços centrais da Direcção-Geral do Tesouro um lugar de assessor principal e um lugar de assessor, a extinguir quando vagarem.

**Ministérios das Finanças
e dos Negócios Estrangeiros**

Despacho Normativo n.º 47/90:

Actualiza o regime remuneratório do pessoal operário e auxiliar do Ministério dos Negócios Estrangeiros designado para o serviço de apoio e banquetes e outras recepções protocolares oficiais.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Aviso:

Torna público ter a Namíbia aceite a Constituição da Organização Mundial da Saúde, assinada em Nova Iorque em 22 de Julho de 1946.

**Ministério da Agricultura, Pescas
e Alimentação**

Decreto-Lei n.º 225/90:

Estabelece novos procedimentos a observar na importação do arroz. Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 56/89, de 22 de Fevereiro.

Decreto-Lei n.º 226/90:

Altera o Decreto-Lei n.º 288/84, de 24 de Agosto, relativo às farinhas destinadas à panificação e a outros fins, bem como às sémolas utilizadas no fabrico de massas alimentícias.

Decreto-Lei n.º 227/90:

Estabelece as características do arroz destinado à intervenção, bem como as do arroz e das trincas destinadas ao consumo público.

Decreto-Lei n.º 228/90:

Altera o Decreto-Lei n.º 251/88, de 16 de Julho, e fixa o prazo para pagamento de indemnizações por abate compulsivo dos bovinos portadores de brucelose, tuberculose e leucose enzootica.

Portaria n.º 532/90:

Sujeita ao regime genético especial as propriedades denominadas «Herdade do Monte Grande» e «Herdade do Escudeiro», situadas na freguesia de Assumar, concelho de Monforte.

Ministério da Educação

Decreto-Lei n.º 229/90:

Determina que a mensalidade da pensão cobrada aos alunos que frequentam, em regime de internato, as escolas secundárias agrícolas passe a ser fixada por despacho do ministro da Educação.

Portaria n.º 533/90:

Autoriza o Instituto Superior de Ciências Educativas (ISCE) a ministrar o curso de formação complementar previsto no n.º 16 da Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho, nas variantes de Português-Francês, Português-Inglês e Matemática e Ciências da Natureza.

**Ministério das Obras Públicas,
Transportes e Comunicações**

Portaria n.º 534/90:

Transpõe para a ordem jurídica nacional as directivas comunitárias sobre veículos automóveis e seus componentes.

HOJE

CONTINENTE

No Continente - Regiões do Norte e Centro: continuação de tempo quente, com céu geralmente limpo. Vento leste fraco, soprando moderado de noroeste durante a tarde no litoral.

Regiões do Sul: continuação do tempo quente, com céu geralmente limpo. Vento fraco, soprando moderado de leste no Sotavento algarvio, e de noroeste durante a tarde no litoral oeste.

Estado do mar - costa ocidental: Mar de pequena vaga. Ondulação noroeste de dois metros. Costa sul: Mar de pequena vaga a cavado. Ondulação sueste de dois metros.

Amanhã

Continuação do tempo quente, com céu geralmente limpo. Vento fraco, soprando moderado de noroeste no litoral oeste durante a tarde.

Depois de amanhã: continuação do tempo quente, com céu geralmente limpo. Vento fraco, soprando moderado de leste no sotavento algarvio e de noroeste durante a tarde no litoral oeste.

MADEIRA

Períodos de céu muito nublado.

Vento nordeste moderado.

Funchal: céu pouco nublado.

Vento fraco

Estado do mar - costa norte: mar de pequena vaga. Ondulação norte de dois metros.

Costa sul: mar encrespado. Ondulação inferior a um metro.

AÇORES

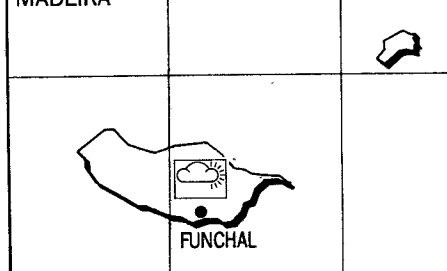
Grupo Ocidental: períodos de Céu muito nublado. Vento geralmente fraco.

Grupo Central: períodos de céu muito nublado. Vento geralmente fraco

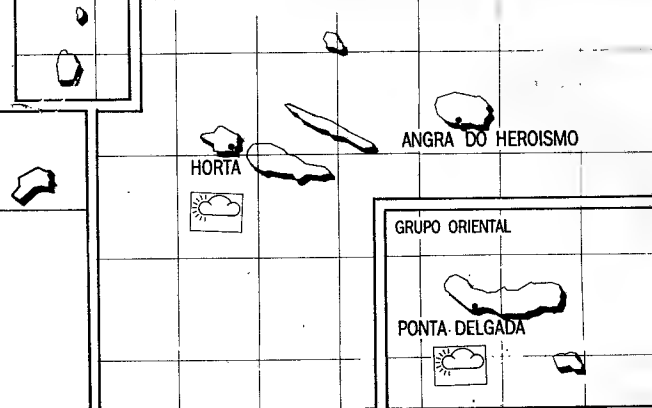
Grupo Oriental: céu com períodos de muito nublado. Vento nordeste fraco a moderado.

Estado do mar: mar de pequena vaga a cavado. Ondulação norte de um a dois metros.

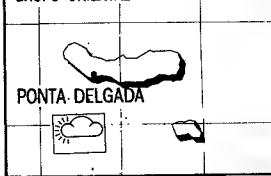
MADEIRA



GRUPO OCIDENTAL

AÇORES
GRUPO CENTRAL

GRUPO ORIENTAL



Céu limpo

Céu pouco nublado

Céu muito nublado

Chuva

Trovoada

Neve

Vento

Mar calmo

Mar encrespado

MARÉS

Hoje

PREIA-MAR BAIXA-MAR

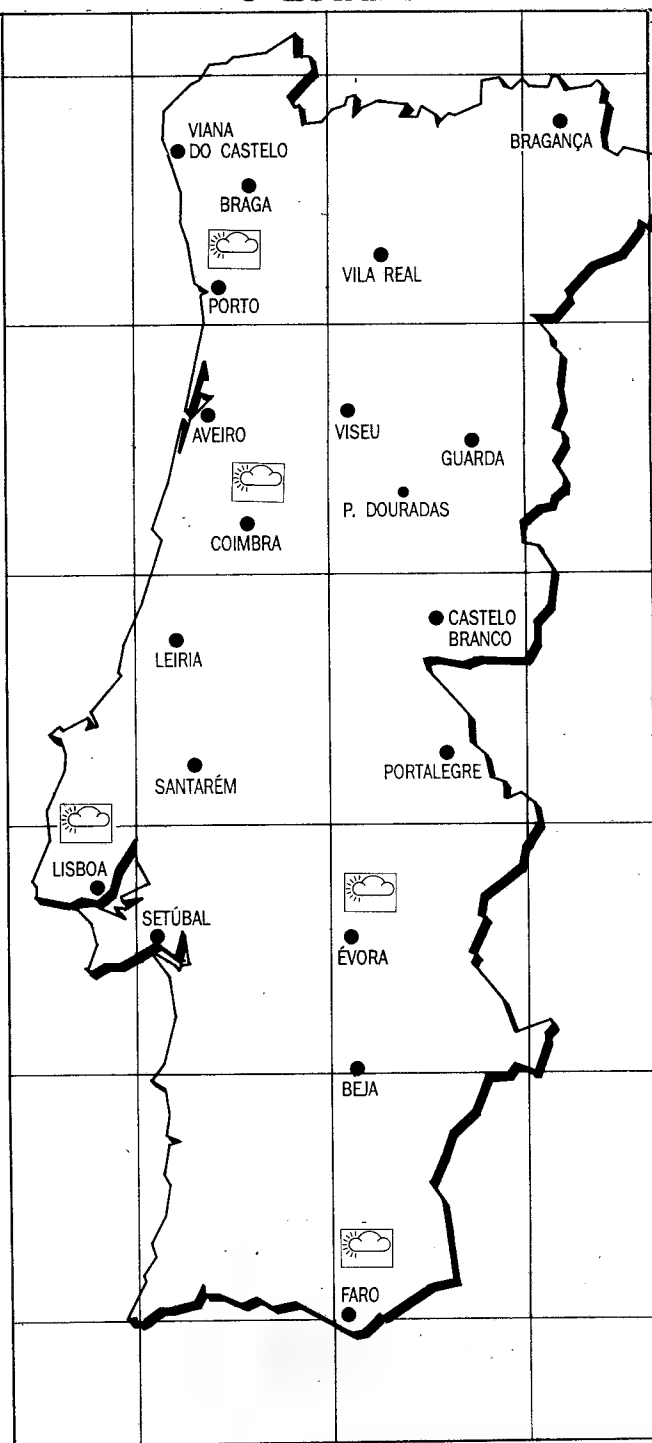
05.35 3.3m 10.58 0.8m

17.46 3.6m 23.25 0.6m

Amanhã

06.09 3.3m 11.35 0.8m

18.20 3.6m 00.03 0.6m

O ESTADO DO TEMPO

PORTUGAL

Min. T. 6 h Às 18 h.

Bragança.....	16	16	Limpo
V. Castelo.....	17	20	P. nub.
Vila Real.....	21	22	P. nub.
Porto.....	15	15	Nebulosa
P. Douradas.....	—	—	—
Coimbra.....	16	16	Nebulosa
C. Carveiro.....	17	17	Limpo
C. Branco.....	25	25	P. nub.
Portalegre.....	26	28	P. nub.
Lisboa.....	19	20	Nebulosa
Évora.....	22	22	Bruma
Beja.....	19	19	Limpo
Sines.....	17	17	Nebulosa
Faro.....	20	20	Limpo
Sagres.....	18	18	Limpo
P. Delgada.....	20	21	M. nub.
Horta.....	21	22	M. nub.
Funchal.....	18	20	M. nub.

Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 33; Porto, 31; Faro, 31; P. Delgada, 25; Funchal, 26.

EUROPA

Min. T. 6 h Às 18 h.

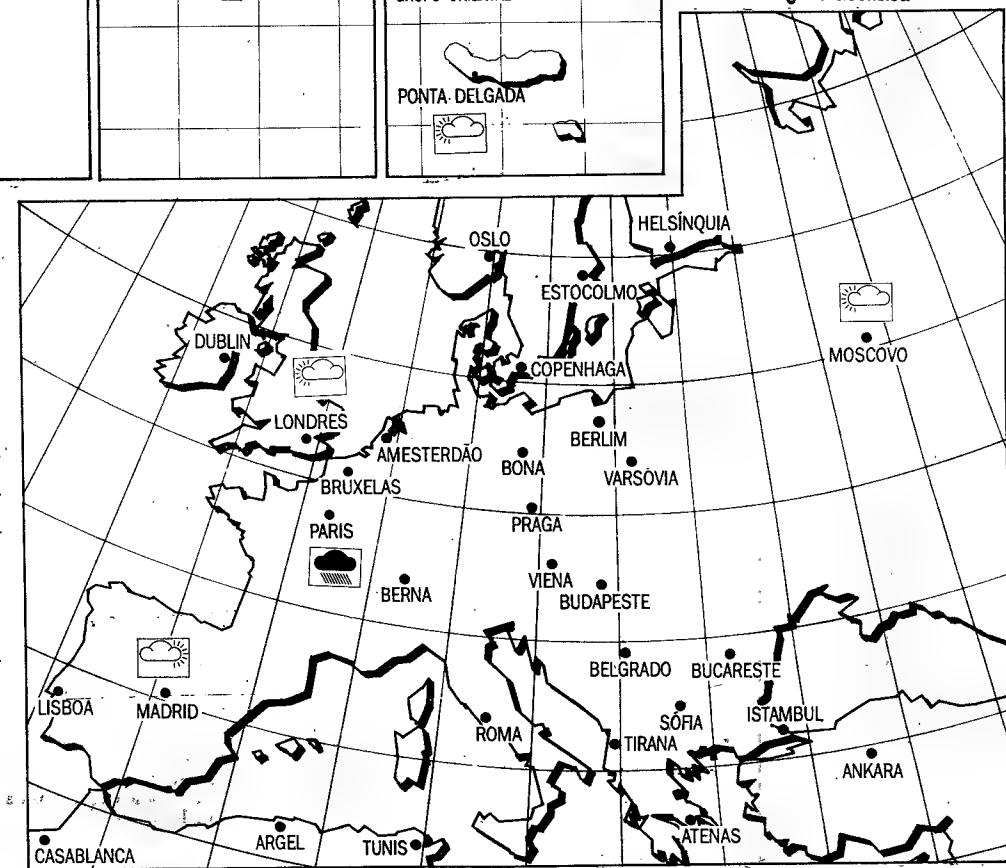
Madrid.....	19	21	P. nub.
Londres.....	11	14	M. nub.
Paris.....	11	13	P. nub.
Bruxelas.....	11	12	Aguaceiros
Amsterdão.....	11	14	Aguaceiros
Genebra.....	15	17	P. nub.
Roma.....	18	21	Nebulosa
Oslo.....	8	13	M. nub.
Copenhaga.....	12	12	Aguaceiros
Estocolmo.....	12	14	P. nub.
Berlim.....	14	15	P. nub.
Viena.....	15	15	Chuva
Varsóvia.....	15	15	Nebulosa
Atenas.....	22	26	Limpo
Moscovo.....	14	18	Limpo

MUNDO

Min. Máx. Às 13 h.

Buenos Aires.....	13	16	Chuva
Caracas.....	—	—	—
Hong Kong.....	28	32	Limpo
Joanesburgo.....	4	20	Limpo
Los Angeles.....	18	23	Nublado
Montreal.....	9	21	Nublado
Nova Deli.....	26	31	Nublado
Nova Iorque.....	19	27	Limpo
Rio de Janeiro.....	12	18	Nublado
São Francisco.....	12	18	Nublado
São Paulo.....	—	—	—
Tóquio.....	21	24	Nublado

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica



AGENDA

FARMÁCIAS
LISBOA
SERVIÇO
PERMANENTE

Ajuda: Mendes Gomes, Calçada da Ajuda, 222, Tel. 3638256; Ameixoeira - Lumiar: Santos, Al. António Sérgio, 8-C - Urb. Quinta Santa Clara, Tel. 7598186; Baixa - Largo São Domingos: Americana, Calçada de Santana, 1-3, Tel. 863984; Campo Grande - Av. Brasil: Rainha Santa, Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B, Tel. 765262; Chile - Alto S. João: Veral, Rua Morais Soares, 109-111, Tel. 821732; Escola Pol. - São Bento: São Marçal, Rua São Marçal, 100-102, Tel. 325318; À Av. Estados Unidos N.º 39: Celta, Rua Moura Girão, 3-B, Tel. 890621; Madre Deus - Junto Esc. Verney: Romana, Rua Actor Augusto Melo, 7-A, Tel. 383800; Prazeres: União, Rua Saraiva Carvalho, 145-F, Tel. 663643; Rego: Prates & Mota, Rua Beneficência, 91-93, Tel. 773728; Saldanha: Avenidas, Av. da República, 27-A, Tel. 533688; Vale Santo António: Santo António, Rua Leite Vasconcelos, 72-C, Tel. 862333; Brandoa - Amadora: Tavares Matos, Rua Irene Lisboa, Lote 108, Tel. 993220; Carnaxide: H. Amaral, Praceta António Boto, 11-A, Tel. 4104556; Moscavide: Pedro Gomes, Praceta 25 de Abril, Lote 13 - Loja B, Tel. 2518520; Odivelas: Leitão, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 62, Tel. 9320051; Pontinha: Flora, Azinhaga dos Besouros, Lote R8.

REFORÇO

Alfama - São Tomé: Ziler,

Rua São Tomé, 54-56, Tel. 862835; Areeiro: Lusitana, Av. Roma, 18-A, Tel. 885443; Av. D. Rodrigo da Cunha: Aeroporto, Av. Almirante Gago Coutinho, 101-D, Tel. 882384; Benfica - 2.ª Circular: Benfíluz, Estrada Benfíluz, 444-A, Tel. 7141206; Calvário: Monge, Rua Lusíadas, 30-32, Tel. 3636704; Campolide - Águas Livres: Rualto, Lda., Rua Alto Carvalho, 5, Tel. 651721; Janelas Verdes: Reis Garrido, Rua das Janelas Verdes, 90, Tel. 662327; Jardim dos Anjos: Jaime de Matos, Rua Álvaro Coutinho, 8-10; Jardim Constantino: Portugal, Rua Rebelo da Silva, 11-13, Tel. 543340; Olivais Sul: Lemos, Rua Cidade da Beira, 46-C, Tel. 331692; Picheleira: Marluz, Calçada da Picheleira, 140, B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; Saldanha - Hotel Sheraton: Oliveira Viagas, Rua Viriato, 29, 29-A, Tel. 548966; Buraca - Amadora: Vaz Martins, Praceta Fernando Pessoa, Loja E - 36-B, Tel. 970660; Olival Basto: Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA
DE CASCAIS

Algés: Cabrita, P. Miraflores, Lote 12, Tel. 4101486. Permanente; Linda-a-Velha: Melo Almeida, R. D. Diogo Couto, Lote 182, Tel. 4191697. Permanente; Tires: Guima-

rães, L. Duartes, Lote A-r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; Alcabideche: Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; Porto Salvo: Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; Carcavelos: Central, R. 5 de Outubro, 25, Tel. 2470037. Permanente; S. Dom. Rana: Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; Malveira da Serra: Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; Paço de Arcos: Pargana, Av. Eng.º Bonneville Franco, Tel. 4435147. Permanente; Oeiras: Ribeiro, R. Dr. Flávio Resende, 9-A - Quinta Marquês, Tel. 4466066. Permanente; Paredes: Grincho, Av. República, 87-A, Tel. 2471204. Permanente; S. João do Estoril: S. João, Quinta da Carreira, 29-A, Tel. 2681186. Até às 22 h; Sassoeiros: Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; Birre: Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; Madorna: Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; Amoreira: Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; Cascais: Nova, Est. Alvide - Fontainhas, Tel. 281044. Permanente.

LINHA
DE SINTRA

Amadora: Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A, Tel. 4938149. Permanente;

Jardim, Av. Conde Oeiras, 120 - Reboleira, Tel. 4953424. Até às 22 h; Damaia: Damaia, P. Alex. Gusmão, 9-A, Tel. 970523. Até às 22 h; Queluz: Correia, L. Mercado, 3, Tel. 4350905. Permanente; Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro, 42 - Q. Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; Cacém: Rico, L. Adriano S. Gil - Agualva, Tel. 4312833. Permanente; Mem Martins: Cristina, Av. Vitorino Nemésio, 14-A, Tel. 9214820. Até às 22 h; Mercês: Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; Rio de Mouro: Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 6, Tel. 9260194. Até às 22 h; Sintra: Teresa Garcia, L. D. Afonso, 3-A, Pendoa, Tel. 9232747. Permanente; Colares: Abreja, Tel. 9290088; Loures: Sálvia, Av. República, 29, Tel. 9831240. Até às 22 h.

OUTRA
BANDA

Almada: Cristo Rei, Av. Cristo Rei, 31-A, Tel. 27666498. Permanente; Cova da Piedade: Avelar Silva, R. Dr. Alberto Araújo, 19-A, Tel. 2750337. Permanente; Monte de Caparica: Nova, R. Trab. Rurais, 82, Tel. 2954436. Até às 19 h; Costa de Caparica: Chai, Av. Gen. Humberto Delgado, Tel. 2903218. Até às 19 h; Laranjeiro: Almeida Araújo, R. D. Duarte, 7-B, Tel. 2532324. Até às 22 h; Sesimbra: Leão, Av. Liberdade, 13, Tel. 2233471. Até às 19 h; Lavradio: J. Consolado, Av. Joaq. J. Fernandes, 17-C, Tel. 2043126. Até às 19 h; Barreiro: Avenida, Av. Alfredo Silva, 88, Tel. 2073212. Permanente; Baixa da Banheira: Teixeira, R. Moçambique, 84-B, Tel. 2040946. Até às 19 h.

HÁ 20 ANOS



Encontro de alto nível anglo-americano

O secretário de Estado americano William Rogers chega hoje a Londres, onde travará conversações ao mais alto nível, que o habilitarão a fornecer ao presidente Nixon um relatório em primeira mão sobre as posições do novo governo conservador da Grã-Bretanha.

Condecoração brasileira para Marcelo Caetano

O presidente do Conselho de Ministros português, Dr. Marcelo Caetano, foi condecorado no Rio de Janeiro pelo presidente Médici, do Brasil, com a grã cruz da Ordem do Rio Branco, que atribuiu ainda ao ministro dos Negócios estrangeiros, Dr. Rui Patrício, a grã cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Um democrata cristão sucederá a Rumor

O presidente da Itália, Giuseppe Saragat, termina esta noite as suas consultas com os chefes dos principais partidos antes de escolher um primeiro-ministro, que formará o 32º governo italiano. A única certeza, é que será um democrata cristão a suceder a Mariano Rumor, que se demitiu há quatro dias.

EFEMÉRIDES

1925

• É constituída a Agência Noticiosa Soviética Tass.

1962

• Os EUA lançam o primeiro satélite de telecomunicações, o «Telstar 1».

1964

• Moises Tschombé assume o cargo de primeiro-ministro do Congo.

1974

• Em Portugal, o primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos apresenta a demissão do Primeiro Governo Provisório, como forma de protesto contra a entrega do jornal «República» aos trabalhadores.

1976

• Em Angola, são fuzilados três mercenários britânicos e um norte-americano.

1985

• Um atentado bombista no navio «Rainbow Warrior», da Organização Ecologista Greenpeace, ancorado no porto de Auckland, Nova Zelândia - no qual se viria a descobrir o envolvimento dos serviços secretos franceses - mata o fotógrafo português Fernando Pereira, 33 anos.

1986

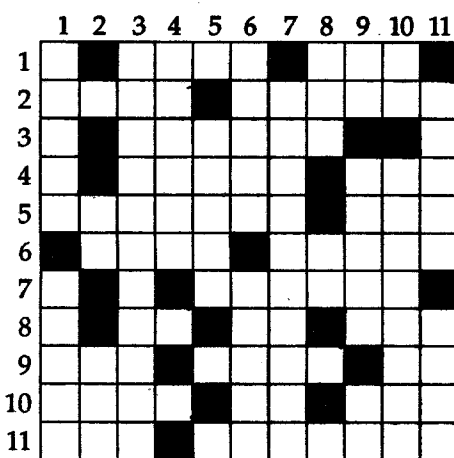
• O tribunal italiano, que julgou os 15 implicados no desvio do paquete «Achille Lauro», condena três dos réus a prisão perpétua, oito a penas de seis meses a 30 anos de cadeia e absolve quatro.

• Morre Le Duan, 78 anos, líder do Partido Comunista Vietnamita.

1988

• O príncipe Norodom Sihanouk, no exílio, anuncia renunciará presidência do Kampuchea.

PALAVRAS CRUZADAS



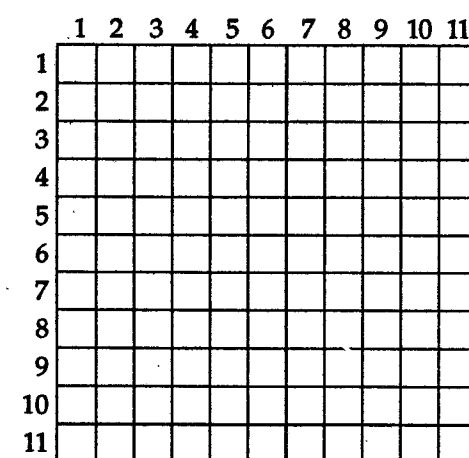
PROBLEMA N.º 17956

HORIZONTAIS:

- 1 - Artigo definido. Fértil. Recusa.
- 2 - Fúteis. Lebres (Prov. alent.).
- 3 - Trigueiro.
- 4 - Aplan. Bolo de farinha de arroz e azeite de coco usado na Ásia.
- 5 - Enfeitaram. O mesmo que três.
- 6 - Mil novecentos e um em romano. Naípe das cartas de jogar.
- 7 - Dão entrada (os barcos).
- 8 - Cento e um em romano (inv.). Preposição e artigo (inv.) Um cento.
- 9 - Contemplar. Angra. Pronome pessoal.
- 10 - Aniversário. Rádio (s.q.). Catálogo (abrev.).
- 11 - Sadias. Receasse..

VERTICAIS:

- 1 - Admoestação. Tempo do verbo dever.
- 2 - Artigo definido. Antiga unidade monetária da Alemanha. Eia!
- 3 - Coleções de romances.
- 4 - Separar de.
- 5 - Zombaria.
- 6 - Pançuda. Indigente.
- 7 - Apaxonomar.
- 8 - Recusa. Satélite de Júpiter.
- 9 - Antigo Testamento. Missiva (inv.). Césio (s.q.).
- 10 - Preposição e artigo (inv.). Obrigas-te a.
- 11 - Transpirais. Introduz.



PROBLEMA N.º 16766

HORIZONTAIS:

- 1 - Termina. Rio de Portugal.
- 2 - Ruído. Nome de astro. Colina na Suécia.
- 3 - Estimam. Lugar onde se alojam cães.
- 4 - Épocas. Aves semelhantes às pombas.
- 5 - Estêreis. Centiare.
- 6 - Grande ribeira da Ásia Russa. Coriscos. Prefixo de negação.
- 7 - Alcinha. Rei da Baviera que atacado de loucura foi enclausurado no castelo de Fusterried.
- 8 - Cuida de. Empregue.
- 9 - Batráquio. Rádio (s.q.).
- 10 - Doufura. Sumo Pontífice. Alumínio (s.q.).
- 11 - Rarefação, sem descalcificação do tecido ósseo, pelo aumento das cavidades e dos espaços medulares.

VERTICAIS:

- 1 - Pega. Calculado.
- 2 - Toma como alimento. Maior. Reis.
- 3 - Desejara. Revolucionário francês que foi morto no banho por Carlota Corday.
- 4 - Pequena barra de ferro.
- 5 - Carta de jogar. Fecha as asas para descer mais depressa. Rio de Itália.
- 6 - Ondas curtas. Distrito da ex-Índia Portuguesa. Cidade de França.
- 7 - Luz intensa. Causa sem valor. (fig.).
- 8 - Pronome possessivo. Aparência.
- 9 - Calha, carril de ferro. Possui.
- 10 - Ocupa região da Ásia Menor, atacada pelos Gauleses em 278 a.C. Duna na Suécia.
- 11 - Ósmio (s.q.). Uma das Cíclades. Vê.

SOLUÇÃO DO
PROBLEMA N.º 17 955

HORIZONTAIS: 1 - A. OCASIÃO. 2 - Rã. Avis. La. 3 - Riamos. Ocar. 4 - Ur. Astal. Adi. 5 - Lear. Arrã. 6 - Cãs. Aa. 7 - Apodaria. Op. 8 - Éramos. 9 - Asoto. Ode. 10 - At. Ratadas. 11 - Zurca. Amara.

VERTICAIS: 1 - Arrulha. FAZ. 2 - Aire. Pê. Tu. 3 - Açora. 4 - Camaradas. 5 - Avós. Samora. 6 - Sisto. Rota. 7 - Si. Risota. 8 - Am. 9 - O. Cara. Soda. 10 - LAD. RÃO. Dar. 11 - Caria. Presa.

SOLUÇÃO DO
PROBLEMA N.º 16 765

HORIZONTAIS: 1 - Dançar. Piar. 2 - Açor. Eia! Co. 3 - Com. Agulhas. 4 - Além. Aatã. 5 - Rasa. Em. Bar. 6 - CIII. Ir. 7 - Caxe. Fastio. 8 - Ad. Ruar. Aar. 9 - Notar. 10 - Árida. Sótão. 11 - Sa. Ola. Pê.

VERTICAIS: 1 - Dacar. Canas. 2 - Acolá. Adora. 3 - Nomes. Ti. 4 - Cr. Macerado. 5 - Ural. 6 - Regueifa. 7 - Ju. Míaras. 8 - Pala. Op. 9 - Habitante. 10 - Acataria. 11 - Rosar. Orçou.

PROVÉRBIO:
A OCASIÃO
FAZ
O LADRÃO.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA 1

Av. Almirante Gago Coutinho
T. 806496
OLHA QUEM FALA
Filme de Amy Heckerling
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.30 e 24.00

ALFA 2

SERES DO ESPAÇO II
Filme de Mick Garris
M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 3

PESADELO EM ELM STREET IV
Filme de Renny Harlin
M/16 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 4

HENRIQUE V
Filme de Kenneth Branagh
M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 5

NINGUÉM É SANTO
Filme de Neil Jordan
M/16 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.30 e 24.00

ALFA CLUBE

Av. Almirante Gago Coutinho
T. 806496
O JOVEM EINSTEIN
Filme de Yahoo Serious
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 1

Shopping Center de Lisboa - T. 691275
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 13.30, 15.30,
17.30, 19.30, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 2

PESADELO EM ELM STREET IV
M/16 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.30 e 00.15

AMOREIRAS 3

CENAS DA LUTA DE CLASSES EM BEVERLY HILLS
Filme de Bartel
M/16 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 4

O JOVEM EINSTEIN
Filme de Yahoo Serious
M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 5

HENRIQUE V
Filme de Kenneth Branagh
M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 6

NINGUÉM É SANTO
Filme de Neil Jordan
M/12 anos - Às 13.30, 15.30,
17.30, 19.30, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 7

SERES DO ESPAÇO II
Filme de Mick Garris
M/12 anos - Às 13.45, 16.45,
17.45, 19.45, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 8

LIGAÇÕES SUJAS
Filme de Mike Figgis
M/16 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 9

OS DELINQUENTES
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.45 e 24

AMOREIRAS 10

ORQUÍDEA SELVAGEM
Filme de Zalman King
M/16 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.30 e 24.00

APOLO 70

Av. Júlio Dinis, 10-A - T. 763319
SONHOS DE AKIRA KUROSAWA
Filme de Akira Kurosawa
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

BERNA

Av. Marquês de Tamar, 10 - T. 776098
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 15.15, 18.00 e 21.30

CAPITÓLIO

Parque Mayer
NOITES QUENTES DE AMANDA
Hard-core - 1.ª escalão (porno)
M/18 anos - Às 15.00, 17.00,
19.00, 21.00 e 23.00

CINE CAMOES

R. do Loreto, 15 - T. 324194
"MAD MAX - ALÉM DA CÚPULA DO TROVÃO"
Filme de George Miller
M/12 anos
Às 14.15, 16.30 e 21.30

CINE 222

Av. Praia da Vitória, 37 - T. 533253
LAMBADA
Filme de Joel Silberg
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00
e 21.30
O PODER DA JUSTIÇA
M/16 anos - Às 24 horas

CINE PORTELA

ESTÚDIO ANUSHA

T. 9434762
CAÇADOR BRANCO, CORAÇÃO NEGRO
M/12 anos - Às 15.30 e 21.30

ESTÚDIO SHEZA

UM GOLPE DE LOUCOS
M/12 anos - Às 15.15 e 21.15

CINEBOLSO

R. Actor Taborda, 27 - T. 573407
SECRETÁRIAS B.C.B.G.
Hard-core - 1.ª escalão (porno)
M/18 anos - Às 12.30, 14.30,
16.45, 19.00, 21.30 e 23.30

CINEMATECA

PORTUGUESA

R. Barata Salgueiro, 39 - T. 546085
CICLO ISABEL DE CASTRO E OS CINEMAS PORTUGUESES "A SÉTIMA LETRA"
Filme de Sílvia dos Reis e José Dias de Sousa
Às 18.30
CICLO GARBO DOES'T TALK
"Gosta Berling" Saga"/1924
Às 21.30

CITY CINE

R. Tomás Ribeiro, 34 - T. 549999
ALWAYS - SEMPRE
M/12 anos - Às 14.30, 16.45,
19.00 e 21.30

CONDES

Av. da Liberdade, 2 - T. 322523
ORQUÍDEA SELVAGEM
Filme de Zalman King
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00
e 21.30

ESTÚDIO

Al. D. Afonso Henriques, 35 - T. 3525133
ALWAYS - SEMPRE
Filme de Steven Spielberg
M/12 anos - Às 14.30, 16.45,
19.00 e 21.30

ESTÚDIO ACS

Av. da Igreja, 17-F - T. 8487255
O EXPRESSO DE CASABLANCA
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

FONTE NOVA 1

Est. de Benfica 503 - T. 7145088
ORQUÍDEA SELVAGEM
M/16 anos - Às 14.30, 16.45
19.00 e 21.30

FONTE NOVA 2

A ÚLTIMA FRONTEIRA
M/12 anos - Às 14.15, 16.30,
18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3

OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.45, 17.00,
19.15 e 21.45

FORUM PICOAS

Av. Fontes Pereira de Melo - T. 541037

AUDITÓRIO 1

A PAIXÃO DE CAMILLE CLAUDEL
Filme de Bruno Nuytten
M/12 anos - Às 15.00, 18.00 e 21.15

AUDITÓRIO 2

TEMPO DOS CIGANOS
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.15 e
21.45

IMPÉRIO

Al. D. Afonso Henriques - T. 3525133
ATENÇÃO BANDIDOS
Filme de Claude Lelouch
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI

R. Sousa Lopes - T. 8480808
POLÍCIAS AO ATAQUE
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

KING TRIPLEX 1

R. Bulhão Pato, 1-C - T. 8480808
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

Jason
CONNERYFrancisco
QUINN

GLENN FORD

DONALD
PLEASENCE

C. MORE

O EXPRESSO DE
CASABLANCA

Já em exibição nos cinemas
S. Jorge - Fonte Nova - Estú-
dio A.C. Santos

KING TRIPLEX 2

OS DELINQUENTES
M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15 e 21.45

KING TRIPLEX 3

O CADILLAC COR DE ROSA
M/12 anos - Às 14.30, 17.00,
19.30 e 21.45

LAS VEGAS 1

Pingo Doce - Alcântara - T. 3631162
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 15.15, 18.30 e 21.30

LAS VEGAS 2

LAMBADA
M/12 anos - Às 15.30, 18.45 e 21.45

LONDRES

Av. de Roma, 7-A - T. 801313
INIMIGAS E AMANTES
UMA HISTÓRIA DE AMOR
M/16 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

MUNDIAL 1

R. Martens Ferrão - T. 538743
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

MUNDIAL 2

PESADELO EM ELM STREET IV
M/16 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15 e 21.45

MUNDIAL 3

CADILLAC COR DE ROSA
M/16 anos - Às 13.45, 16.30,
19.00 e 21.45

NIMAS

Av. 5 de Outubro, 42-B - T. 574362
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

ODEON

R. dos Condes, 4 - T. 326283
CALOR FATAL
Filme de Joel Silberg
M/16 anos - Às 14.30, 16.45,
19.00 e 21.30

OLIMPIA

Rua dos Condes, 13 - T. 325309
PRAZERES ESCALDANTES DE Sissy
Filme porno
M/18 anos
Sessões contínuas a partir das 14.00

PLAZA 1

Centro Com. Alvalade - T. 506847
INIMIGAS E AMANTES
UMA HISTÓRIA DE AMOR
M/16 anos - Às 13.45, 16.15, 18.45
21.15 e 23.45

PLAZA 2

ASTÉRIX E A SURPRESA DE CÉSAR
Para todos - Às 14.15, 16.45,
19.00, 21.45 e 24.00

POLITEAMA

R. Portas de St.ª Antão - T. 326305
OS VERÃO FRIO DE 1983
Filme de Alexander Proshkin
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

QUARTETO 1

R. Flores de Lima, 16 - T. 771878

CAÇADOR BRANCO, CORAÇÃO NEGRO

M/12 anos - Às 14.15, 16.30,
19.00, 21.45 e 24.00

QUARTETO 2

SONHOS DE AKIRA KUROSAWA
M/12 anos - Às 14.30, 17.00,
19.30, 21.45 e 24.00

QUARTETO 3

COOKIE
M/12 anos - Às 15.00, 16.45,
18.30, 20.15, 22.00 e 24.00

QUARTETO 4

OS FANTASMAS DE UMA ESTRELA
Filme de Peter del Monte
M/12 anos - Às 14.15, 16.15,
18.15, 20.00, 22.00 e 24.00

SÃO JORGE 1

Av. da Liberdade, 175 - T. 579144
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 15.30, 18.30
e 21.30

SÃO JORGE 2

O EXPRESSO DE CASABLANCA
M/12 anos - Às 14.15, 16.30, 19.15
e 21.45

SÃO JORGE 3

NINGUÉM É SANTO
M/12 anos - Às 14.30, 16.45,
19.00 e 21.15

7.ª ARTE

Av. da República - T. 730715
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.45, 17.00,
19.00 e 21.45

STAR

Av. Guerra Junqueiro, 14-C - T. 804210
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

TERMINAL

Estação do Rossio - T. 371573
OS DELINQUENTES
M/12 anos - Às 13.00, 15.00,
17.00, 19.00 e 21.30

TURIM

Est. de Benfica, 723-A - T. 706666
A TURMA DOS REPETENTES
M/12 anos - Às 15.00, 17.30 e 21.30

XENON

Av. da Liberdade, 9 - T. 3468446
LAMBADA - O FOGO DA NOITE
M/16 anos - Às 14.15, 16.30,
19.00 e 21.30

ALMADA

ACADEMIA

ALMADENSE

Telef. 2752127
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 15.30 e 21.30

COSTA

DE CAPARICA

CAPARICA OCEANO

Av. Gen. Humberto Delgado
T. 2906011

QUELUZ

KING D. PEDRO III

Telef. 4364845
Sala 1
PARA ALÉM DO KILIMANJARO,
ATRAVÉS DE UM RIO DE SANGUE
M/12 anos - Às 15.00, 18.00 e 21.15

Sala 2
CORUPÇÃO NA CIDADE
M/12 anos - Às 15.15, 18.15 e 21.30

Sala 3
AZELHAS AO VOLANTE
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.45

TEATRO

LISBOA

A BARRACA (Cinearte)

Larg. de Santos, nº 2 - T. 3965360
De 3ª a Sáb. às 21.30
Dom. às 16.00
O BAILE
De Heider Costa

COMUNA

P. de Espanha - T. 7260818
De 3ª a Sáb. às 21.30
Dom. às 17.00
SALA NOVA
O ESTRANGEIRO EM CASA
De Richard Demarcy
SALA 1
UM ELÉCTRICO CHAMADO DESEJO
De Tennessee Williams

MARIA VITÓRIA

Parque Mayer - T. 3461740
De 3ª a Dom. às 20.30 e 22.45.
Domingos e Feriados, também às
16.00
VITÓRIA VITÓRIA!
De Henrique Santana, Francisco
Nicholson,
Augusto Fraga, Nuno Nazareth
Fernandes
e Fernando Ribeiro.

RITZ CLUBE

R. da Glória - T. 325140
Sexta e Sáb. às 22.00
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA
Encenação de Mário Viegas

TEATRO ABERTO

Praça de Espanha - T. 770969
De 5ª a Sáb. às 21.45
Dom. às 16.00
NA SOLIDÃO DOS CAMPOS DE
ALGODÃO
De Bernard-Marie Koltès
Em cena até dia 15

TEATRO ESPAÇO

Caixa Económica Operária, Rua Voz
do Operário, 64 - T. 676410
De 4ª a Sáb. às 22.00
CULPA
Cenografia de Helena Flor

VARIEDADES

Parque Mayer - T. 320000
De 3ª a Domingo às 21.30.
Domingos e Feriados, também às
16.00
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ
Versão livre de Henrique Santana

RÁDIO

ANTENA 1

Desdobramento em Onda Média -
Emissoras do Litoral - e 99.4 em FM -
Zona de Lisboa

14.00: O Unho e a Seda; 15.00: Praça
dos Sons; 17.00: Antena 1 - Regiões;
17.15: Porto d'Abriço.

Onda Média e FM Estéreo

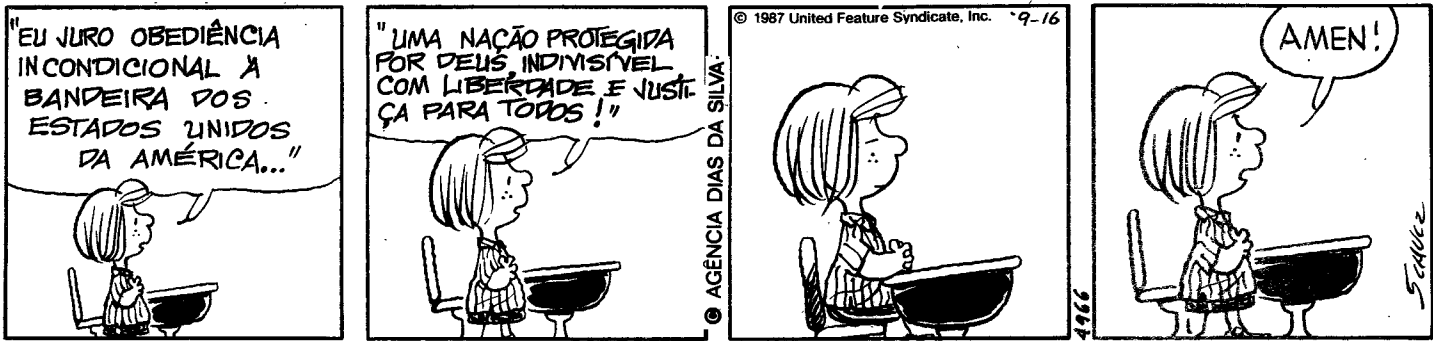
14.00: Antena 1 - 14/17; 17.00: Sete
Mares; 19.00: Informação e Música;
20.00: No Estúdio e no Estádio; 20.15:
Musical; 20.30: A Voz da
Solidariedade; 21.00: Diálogo; 21.30:
Imagário. Noticiários de hora a hora

Antena 2

FM 2 - Estéreo

17.00: Ciência e Tecnologia... A
Procura sem Fim; 17.30: Tró para
Plano, clarinete e violoncelo em lá
menor, op. 114, de Brahms; 18.15:
Ángulos e Reflexos; 19.00: Integrals - A
32 sonatas para piano de Beethoven,
por Alfred Brendel; 19.20: Álbum
Musical. Obras de Beethoven,
Tchaikovsky, Verdi, Puccini, Enrique
Granados, Johann Strauss, Ponchielli,
Carlo Grossi, Carl Maria von Weber;
20.10: Álbum Musical (Cont.); 20.45:
Esta Madrugada na Antena 2; 21.00:
Música de piano de Busoni e Schubert;
22.00: Concerto barroco: Georg
Philipp Telemann; 23.00: Euroádio. A
Tribuna Internacional de Música Electro-
acústica de Estocolmo, 1988; 00.20:
Gravações Históricas - Pablo Casals e
Rudolf Serkin interpretam sonatas para
violoncelo e piano, de Beethoven;
01.00: Obras da segunda metade do
Século XX: Philip Glass; 02.00: Música
na Madrugada. Noticiários de hora a
hora.

SNOOPY POR SCHULZ



CARTAZ / TELEVISÃO

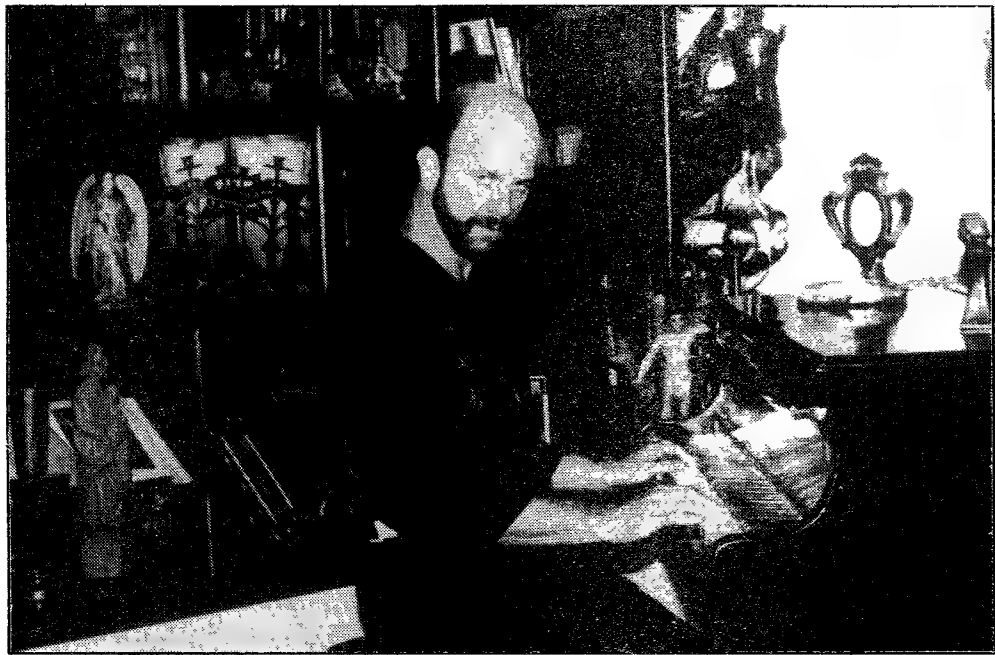
HOJE

RTP-1

- 15.55 - PAIS E FILHOS
- 17.00 - O MUNDO ANIMAL
8º episódio. Este programa é dedicado à observação das estranhas criaturas da Amazônia. Apreciaremos o comportamento de várias curiosas "habitantes", terrestres e marítimas, de uma das zonas mais diversificadas do nosso planeta.
- 17.25 - BRINCA BRINCANDO
- 18.30 - OS MARRETINHAS
5º episódio
- 19.00 - JOGO DE CARTAS
- 19.30 - TELEJORNAL
- 20.00 - BOLSA
- 20.05 - O TEMPO
- 20.10 - DIREITO DE ANTENA
- 20.11 - BOLETIM AGRÁRIO
- 20.15 - RODA DE FOGO
- 21.15 - CLUBE DE SUBSCRITORES
- 21.40 - PRIMEIRA PÁGINA
Com a participação do secretário de Estado do Emprego, o tema a tratar será o "Trabalho do deficiente".
- 22.40 - CRÔNICA DO CRIME
Contra as expectativas mais optimistas, Mike Torello e os seus homens acabam



«Os Novos Caça Fantasmas»,
no 2º Canal às 16.30



No 1º Canal às 20.15, «Roda de Fogo»

por cair nas mãos de Sarmiento, mas enquanto o tenente é "presa" privilegiada, os restantes elementos do MCU são expulsos do país. Entretanto, Susanne Terry é a jornalista encarregada de cobrir o acontecimento, conseguindo através de uma notável acção persuasiva convencer Sarmiento a deixar ficar os polícias "em terra". Quem não fica satisfeito com isso é Ray Luca, que se apresta a contratar dois homens para liquidar Torello.

23.40 - 24 HORAS
00.10 - REMATE

RTP-2

- 16.30 - OS NOVOS
CAÇA FANTASMAS
33º episódio
- 16.55 - ZIRCUS, ZIRCUS
- 17.50 - NO RASTO
DOS ANIMAIS SELVAGENS
- 18.30 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
- 19.15 - ESPAÇO INFANTIL
- 19.55 - VIA RÁPIDA

- 20.05 - CLÁSSICOS DA TV
«Kung Fu», 13º episódio.
- 21.00 - JORNAL DAS NOVE
- 21.30 - CINEMAGAZINE
- 21.50 - CINEMADOIS
«Amar um Desconhecido», um filme de Robert Mulligan (EUA, 1963), com Natalie Wood, Steve McQueen, Edie Adams, Herschel Bernardi, Tom Bosley, Harvey Lembeck e Nick Alexander. Robert Mulligan, que na década de sessenta assinou alguns filmes importantes sobretudo associado a Alan J. Pakula, também ele um importante cineasta que nesta altura assumia as funções de produtor, com a subtilidade e a inteligência do seu trabalho, consegue surpreender-nos neste filme pela forma como transforma um argumento construído sobre uma situação trivial e assente num sem número de lugares comuns, num filme envolvente, tocante e de onde emerge uma especial atmosfera sentimental. Natalie Wood e Steve McQueen

são admiráveis nos principais papéis, sobretudo pela forma inteligente com que assumem a dimensão de personagens claramente anti-românticas.

SATELITE «ASTRA»

Mod. SAT 30000

- Antena de 90 cm Off-Set equivalente às tradicionais de 110 cm.
- LNB com polarizador incorporado.
- Receptor estereofónico com 16 canais memorizáveis.
- Telecomando infravermelhos com todas as funções.
- Poder de captação:
 - Actual: 8 canais
 - A partir do final do ano: 24.

Mais os canais do Eutelsat II a ser lançado

Audimax T. 4106275 Alagés

AMANHÃ

RTP-1

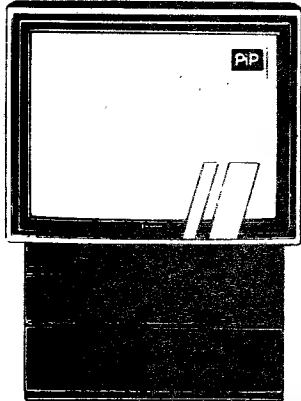
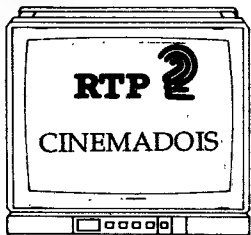
- 09.01 - BOM DIA
- 10.00 - ÀS DEZ
- 12.05 - A GATA COMEU
- 13.00 - JORNAL DA TARDE
- 13.27 - BOLSA
- 13.30 - CLÍNICA GERAL
- 14.20 - ESTRADA LARGA
- 14.45 - FLEETWOOD MAC
- 15.45 - CASA DE IRENE
- 16.15 - ACÇÃO EM MIAMI
- 17.05 - O MUNDO ANIMAL
- 17.30 - BRINCA BRINCANDO
- 18.30 - OS MARRETINHAS
- 19.00 - JOGO DE CARTAS
- 19.30 - TELEJORNAL
- 20.00 - BOLSA
- 20.05 - O TEMPO
- 20.10 - BOLETIM AGRÁRIO
- 20.15 - RODA DE FOGO
- 21.15 - VAMOS JOGAR
NO TOTOBOLA
- 21.30 - LOTAÇÃO ESGOTADA
«Alta Traição»
- 23.50 - 24 HORAS
- 00.25 - REMATE

RTP-2

- 14.02 - PRIMEIRO JORNAL
- 14.30 - ESPAÇO INFANTIL
- 14.55 - FILHOS E FILHAS
- 15.20 - AGORA, ESCOLHA!
- 16.40 - O LICEU DEGRASSI
- 17.05 - O MENINO DOUTOR
- 17.30 - DE COMBOIO
AO KILIMANJARO
- 18.30 - O MEU PÉ
DE LARANJA LIMA
- 19.10 - ESPAÇO INFANTIL
- 19.55 - VIA RÁPIDA
- 20.05 - CLÁSSICOS DA TV
- 21.00 - JORNAL DAS NOVE
- 21.30 - VAN GOGH
- 22.25 - SERVIÇOS SECRETOS
AMERICANOS
- 23.15 - ANTÓNIO PINHO VARGAS

BLAUPUNKT

Seleccionou para si...

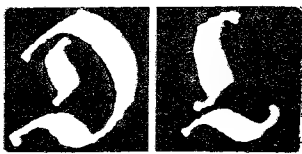


BLAUPUNKT
Grupo BOSCH

Um pequeno ponto faz a diferença

VEJA BEM E SEJA BEM VISTO

PRP



«Entre os valores fundamentais da esquerda está o do antimilitarismo intransigente»

Eduardo Prado Coelho, «Público», 09.07.90

A PERGUNTA DO DIA



Abílio Curto presidente da Câmara da Guarda

A nova linha de crédito às autarquias vai permitir viabilizar as obras que actualmente estão paradas à espera dos fundos comunitários?

«Todas as linhas de crédito bonificado são bem-vindas, na medida em que vêm contribuir para amenizar um pouco a situação difícil que as câmaras atravessam. Essa situação, é provocada pela falta de transparência das competências, pela demora na entrega dos fundos comunitários e pelas isenções estabelecidas pelo Governo sem a necessária indemnização das autarquias, o que é ilegal.

A linha de crédito aparece como uma bandeira do Governo. O seu anúncio foi feito com grande pompa e circunstância mas as autarquias só souberam ontem, pelo 'Diário da República', que o dinheiro está à sua disposição. Na altura em que isto foi tornado público, foi dito que este montante não contava para o *plafond* de endividamento das câmaras, o que não é verdade. Este crédito serve para cobrir com uma peneira o atraso dos fundos comunitários e servirá apenas para que as autarquias possam reaver a sua parte do dinheiro que já gastaram em obras. Portanto, não merecia toda esta publicidade.»

Quarta-feira no

Diário de Lisboa

As condições de trabalho nos tribunais

Cartoon de Pedro Palma

IALTA: o sonho e a realidade

Um artigo de Helena Roseta

ENTREVISTA

Félix Pires é o actual presidente do conselho de administração do Jardim Zoológico. Apesar de optimista quanto ao futuro, reconhece que as instalações dos animais estão desactualizadas e que ainda há muita coisa a fazer para devolver ao Zoo o prestígio de outrora

«Os portugueses gostam do Jardim»

D.L. - Já há vários anos que se ouve falar em crise do Jardim Zoológico. A que se deve essa crise?

F.P. - A partir de 1974, o Jardim Zoológico sofreu, de facto, uns anos de muita crise. Antigamente, além dos subsídios, recebia grandes ajudas dos governadores das antigas colónias, que ofereciam os animais, e das companhias de navegação, que os transportavam gratuitamente. Ora, tudo isso acabou e as dificuldades agravaram-se. A partir de 1981, sensivelmente, enveredou-se por uma exploração do Jardim como se de uma empresa se tratasse.

D.L. - Quais as novidades então introduzidas?

F.P. - Iniciámos a exploração publicitária, a instalação do bingo e outras actividades. Isso teve os seus efeitos e, hoje em dia, a situação de tesouraria está equilibrada. O que não temos é meios para podermos modernizar o Jardim e restituir-lhe o prestígio de que ele já desfrutou.

D.L. - Quanto seria necessário para fazer as obras de que o Jardim precisa?

F.P. - Estimamos que será necessária uma verba de 500 mil contos, que nós não temos, de maneira nenhuma. Além disso, precisamos de comprar mais animais e, se atendermos a tudo isso, podemos dizer que um milhão de contos não seria exagerado.

D.L. - Isso, não contando com as despesas do dia-a-dia...

F.P. - Essas estão garantidas. Actualmente, não temos credores. O único problema que há é com a EPAL porque a Câmara se tinha comprometido a pagar a água do Jardim e não tem cumprido.

D.L. - A actual campanha de publicidade insere-se nessa tentativa de obter fundos de investimento?

F.P. - Temos planeadas três campanhas de publicidade. A primeira, destinada aos visitantes, já começou. Em Setembro vamos iniciar a campanha de obras e a de apadrinhamento de animais. No que se refere às obras, já temos um plano director elaborado e estamos a fazer os projectos parciais de todas as obras que será necessário efectuar. O que pretendemos é solicitar às entidades oficiais, privadas e aos portugueses em geral que contribuam para a sua realização. É com o produto dessa campanha e com as verbas comunitárias que vamos solicitar que pretende-

mos fazer as obras. Quanto ao apadrinhamento, vamos pedir às empresas que financiem a compra de animais e que nos ajudem na sua alimentação. Neste momento temos 70 padrinhos e queremos atingir os 200.

D.L. - Quais são, em traços gerais, essas obras?

F.P. - São muitas. Quase todas as instalações dos animais têm de ser alteradas porque, actualmente, reconhecemos que existem muitas instalações que não oferecem as condições mínimas de bem-estar para os animais.

D.L. - A área do Jardim permite o alargamento das instalações dos animais?

F.P. - Somos um Jardim Zoológico privilegiado nesse aspecto, pois temos uma área grande e bem localizada. O que é preciso é criar um movimento de solidariedade com o Jardim para sermos bem sucedidos.

D.L. - O que vai acontecer à escola primária que existe aqui?

F.P. - Vai ser suspensa a partir do

ano lectivo de 1991/92 porque não tem condições de funcionamento, está localizada no interior do Jardim e o seu acesso torna-se muito difícil. O que pretendemos é instalá-la na parte que fica com frente para a Estrada da Luz, de forma a permitir o acesso directo e independente.

D.L. - As pessoas queixam-se muitas vezes que os bilhetes são muito caros. Está de acordo?

F.P. - Não estou totalmente de acordo. Não digo que os bilhetes sejam baratos, mas em todos os países o bilhete de entrada no Zoo custa o mesmo que o bilhete de cinema e nós estamos abaixo disso. Além disso, o Jardim vive essencialmente das receitas de bilheteira e, se não for assim, como é que nós vamos alimentar os mais de dois mil animais que aqui vivem, pagar aos 160 funcionários e fazer pequenas obras de conservação?

D.L. - Quantas pessoas visitam anualmente o Zoo?

F.P. - Cerca de um milhão.

D.L. - Está optimista em relação ao futuro do Jardim?

F.P. - Estou bastante optimista porque os portugueses gostam do Jardim e eu acredito que, se todos dermos as mãos, todos os projectos se concretizarão.

D.S.



Adeus agenda

Já sei como ter de vez em quando uma pequena felicidade. Esqueço algures, em sítio seguro, por inadvertência, por distração, por stress, porque quero, a minha agenda, que é destas grandes, de médico, de directores de serviço (em forma de ornamento de mesa), de corretores, a agenda acompanha-me como uma sombra, dia e noite, e nela anoto dia após dia o que há a fazer, onde ir, com quem falar, telefonar, a quem responder por escrito, por telex, por fax, o que devo pagar em última instância, o selo a comprar, o dentista, a mudança de óleo, o nome do remédio naturista, a compra das barbatanas, o 11.º andar do serviço social às 11 horas. De um lado a mania, do outro a multiplicidade de afazeres cívicos, fazem com que anote sistematicamente tudo até os horários dos desafios a ver no Mundial que a FIFA já haja. A agenda é o meu tudo. É o mundo em formato A4.

Cheguei pois a casa, e verifiquei que voltara do meu dia - sem memória: deixei-a algures onde passei. Adormeci ligeiramente inquieto não sabendo exactamente o que seria o meu dia seguinte. Desde a invenção da escrita e a sua posterior democratização, a nossa memória afrouxou: em vez de histórias contadas temos arquivos, em vez de inteligência o computador, em vez de vida a agenda.

Acordei, e esse dia de Julho pareceu-me leve, leve sem a da agenda, levantei-me sem pressa, em paz continuei.

Devolveram-me ao fim do dia; agradei, verifiquei que o balanço não era trágico, alguma coisa fizera, alguma não, o que foi feito foi-o com espírito diferente, nenhuma anotação ameaçadora se introduziu entre mim e o mundo.



Um dia destes repito a receita. E se perder definitivamente a agenda, ninguém nem nada mandará em mim até ao fim do ano.

Jorge Listopad

A.M.A. *Auto Monumental do Alentejo*
CONCESSIONÁRIOS  
AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telef. 894 185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

SUPLEMENTO DE ECONOMIA

Diário de Lisboa



Alfândegas desemperram e operadores regozijam

A contribuição das alfândegas para as receitas gerais do Estado de 1989, foi de 40 por cento. Trata-se de um sector até há pouco acusado de inoperante, emperrante, burocratizado e sem capacidade de diálogo. Algo está a mudar, e muito. O seu director-geral quer mais eficiência, maior rapidez de resposta, um papel mais activo de apoio aos agentes económicos. Estes, por seu lado, vêm com bons olhos as medidas determinadas pelo Governo e as transformações em curso. Parece estar tudo bem. Assim acabe em bem.

Última página

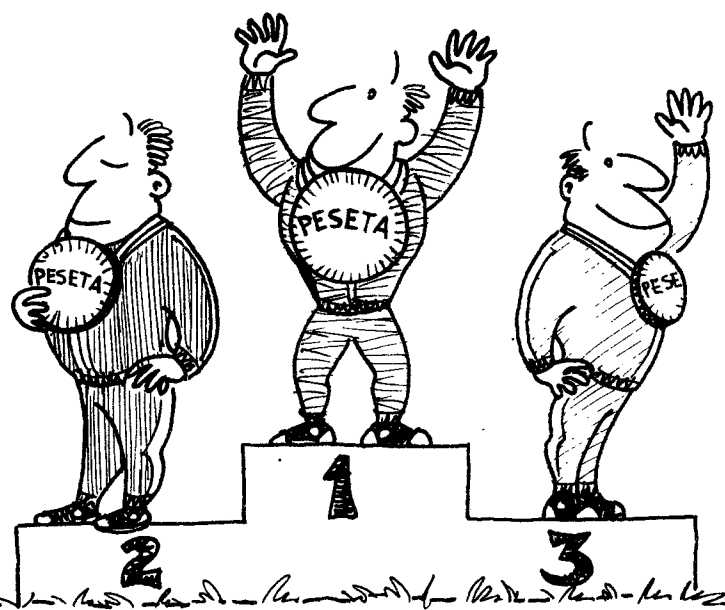
Jogos Olímpicos de 1992

Barcelona está a vencer a prova económica

A Espanha, a Catalunha e Barcelona são os primeiros a vencer uma importante prova dos Jogos Olímpicos de 1992: a económica. Capitais públicas e privadas uniram-se para alcançar os mais de 340 biliões de pesetas (cerca de 477 milhões de contos) necessários para levar por diante o empreendimento desportivo que atrai as atenções de todo o mundo.

Mundificar, recuperar, construir de raiz, bairros inteiros, instalações desportivas, turísticas e sociais, infra-estruturas várias, com destaque para as relativas às comunicações, mobilizam vontades para erigir uma obra que fica para o futuro e que, espera-se, se pagará a si própria com lucros compensadores. Trata-se de uma «máquina» económica que está a andar a toda a velocidade, para que tudo se ganhe sem nada se perder.

Centrais



Luís Botas

Falta de acordo e de estratégia quanto ao futuro de Portugal

A Europa dos cidadãos e da livre circulação dos trabalhadores não pode consolidar-se sem diálogo social, sem respeito pela autonomia dos países membros e sem a cobertura dos custos da periferia. As assimetrias vão continuar, a formação profissional em Portugal é insuficiente, falta mão-de-obra qualificada e os técnicos, empresários e gestores não se entendem sobre o que querem fazer do sector industrial e empresarial do Estado.

Privatizar ou reestruturar, ser protegido pelo Estado ou entrar na livre concorrência, melhorando os serviços? São perguntas que ainda não obtiveram respostas claras, a não ser esta: «Não ao proteccionismo.» Uns desejam investimentos estrangeiros, *holdings* e *joint ventures*, outros têm medo de ser absorvidos pelas multinacionais, mas ninguém põe em causa que Portugal não pode ficar isolado do resto da Europa. Há quem conteste a Carta So-

cial considerando-a demasiado economicista, como o professor Mário Pinto, e quem a defende com unhas e dentes, como Ruiz Sanz da direcção-geral dos Assuntos Sociais da Comissão da CEE.

Para Consiglieri Pedroso, todos os projectos, nomeadamente nos sectores dos transportes e telecomunicações, são muito bonitos, mas se não existir uma estratégia global e uma política nacional clara, mais vale estar

quieto. De acordo está igualmente o autarca Ferreira Lemos que defende, para benefício da economia portuguesa, a abertura aos mercados internacionais.

Sobre estas matérias realizaram o CEEP, Centro Europeu da Empresa Pública e o CEEPS, Centro de Estudos de Economia Pública e Social, dois seminários. Ponte de ligação entre eles: Portugal e o Mercado Único Europeu. O «DL» esteve presente.

Pág. 6 e 7

**AIP quer
acelerar relações
luso-britânicas**
Pág. 2

**Desafios
da modernidade
- O comentário
de Geraldo Dias**
Pág. 3

**Banana: exigida
liberalização
das importações**
Pág. 3

AGROPROMOTORA

CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS
PROJECTOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONOMICA PARA A AGRO-INDUSTRIA

RUA CARDEAL MERCIER, 29-1 — TELEF. 73 51 35 — TELEX 42 729 — TELEFAX — 7935417 — 1600 LISBOA

O presidente do BFB irrita Elias da Costa

O secretário de Estado das Finanças, Elias da Costa, criticou com veemência declarações ao «Diário de Notícias» do presidente do Banco Fonsecas & Burnay, Pedro Rebelo de Sousa, sobre o processo de privatização daquela instituição, e considera que futuras declarações neste domínio serão prejudiciais.

Pedro Rebelo de Sousa considera, em entrevista ao referido matutino, que a dimensão do Fonsecas & Burnay justifica a privatização a 100 por cento, mostrando-se, desta forma, contrário ao processo decidido pelo Governo de atingir aquele fim por fases.

Numa carta dirigida ao Conselho de Gerência daquele banco, Elias da Costa recorda que em 5 de Abril passado havia recomendado que se «evitassem quaisquer declarações» por parte dos membros daquele órgão sobre a problemática das privatizações em geral e, em particular, sobre a própria empresa.

Depois de manifestar «surpresa e perplexidade» pelas declarações de Rebelo de Sousa, o secretário de Estado diz que não entende «o propósito, nem tão-pouco a necessidade de os seus objectivos».

Elias da Costa reafirma a não autorização da gerência do Fonsecas & Burnay prestar declarações sobre a privatização do banco e reafirma que «o accionista é o Estado e só a este compete, em consequência, gerir o processo de alienação do BFB, pelo que declarações futuras de idêntico teor serão consideradas intencionalmente prejudiciais».

Lusa

Relações luso-britânicas podem ser reforçadas

«As perspectivas para o futuro próximo apontam para uma intensificação quantitativa e qualitativa do já extremamente significativo intercâmbio económico entre Portugal e o Reino Unido», afirmou Rui Madaleno, director de Economia e Informação da Associação Industrial Portuguesa, no decorrer de um seminário organizado por esta instituição sobre a «Cooperação bilateral luso-britânica».

Intercâmbio que, na área comercial, significa cerca de 10 por cento do total das trocas externas portuguesas. No campo financeiro, o Reino Unido é o primeiro investidor em Portugal. Na década de 80 coube-lhe 24,4 por cento do investimento estrangeiro e nos últimos cinco anos a cifra elevou-se para 26,4 por cento.

«Como é evidente, estes fluxos ao nível comercial e do investimento geram outras formas de relacionamento económico ao nível dos serviços que, devidamente quantificados, dariam uma medida da dimensão e do peso bem superiores das relações entre ambos os países», referiu Rui Madaleno.

Cooperação histórica

«Estamos aqui para discutir a forma de reforçar uma cooperação que já vem de longo tempo», afirmou, por seu turno, Neto da Silva, secretário de Estado do Comércio Externo, ao abrir o seminário, a que estiveram presentes três dezenas de empresários britânicos que se encontram a visitar Portugal a convite da AIP.



Britânicos e portugueses procuram novos negócios

Neto da Silva lembrou os laços históricos e a complementaridade dos caminhos económicos percorridos e afirmou que actualmente prevalece uma entidade de pontos de vista que permite um alargado relacionamento económico.

Nesta perspectiva, acrescentou, é possível captar o interesse dos agentes económicos britânicos para as potencialidades de Portugal, acrescido do facto deste País dispor «da melhor localização, na Europa, para o investimento estrangeiro».

Rui Madaleno na sua intervenção foi mais longe, ao defender que as oportunidades de negócio não se devem limitar ao espaço comunitário, devendo ter em consideração «as oportunidades que existem noutras regiões

em que Portugal e o Reino Unido detêm boas condições de actuação», como sejam, por exemplo, os países do Leste, a África e a América Latina.

A cooperação

A vinda a Portugal da missão empresarial britânica resulta directamente do acordo estabelecido entre a AIP e a Câmara de Comércio Reino Unido/Portugal, com sede em Londres.

O protocolo foi assinado há cerca de seis meses e prevê a troca regular de informação sobre as respectivas economias e a sua posterior divulgação, bem como a análise conjunta dos principais entraves aos negócios entre os dois países e desenvolvimento

de acções para os ultrapassar.

Igualmente prevê o apoio directo aos associados de ambas as instituições através de um sistema preferencial de intensificação de oportunidades de negócios e respectivas acções de follow-up.

Organização e promoção de iniciativas visando o incremento das relações bilaterais, promoção de iniciativas de cooperação industrial e tecnológica e cooperação no desenvolvimento de acções no âmbito da actividade dos organismos internacionais em que as duas entidades estejam inseridas, são outros dos domínios cobertos pelo acordo.

Redacção «DL»

Espanha investe mais do que Portugal

Ascenderam a cerca de 8,2 milhões de contos os investimentos directos da Espanha em Portugal nos primeiros quatro meses deste ano, enquanto que os investimentos portugueses no país vizinho ficaram-se pelos dois milhões de contos.

Mais de metade do investimento português (1,44 milhões de contos) destinou-se ao sector do comércio. A maior parte da totalidade foi aplicado na região de Madrid.

Refere-se que o investimento estrangeiro em Espanha nos cinco primeiros meses de 1990 ascendeu a 784 milhões de contos, dos quais 441 milhões correspondem a países comunitários. O maior investidor foi a França, com 177 milhões de contos.

Salários crescem

Os salários espanhóis aumentaram em média 7,87 por cento este ano, considerando os sindicatos que o aumento ponderado se eleva a 8,4 por cento.

A taxa de inflação foi no ano passado de 6,8 por cento, prevendo-se que no corrente ano se situe entre os 5,5 e os 6 por cento. Nos primeiros cinco meses de 1990 manteve-se nos 2,2 por cento.

No decorrer do processo de negociações, os sindicatos reivindicavam aumentos de 9 por cento, a organização empresarial o tripunha 6 por cento e o Ministério da Economia aconselhava 7,5 por cento.

Pinto & Sotto Mayor reuniu participantes

O Banco Pinto & Sotto Mayor promoveu a assembleia anual de participantes, na qual lhes deu conta do andamento dos negócios desta instituição. Para além dos resultados obtidos em 89 (lucro líquido de um milhão e 288 mil contos, depósitos totais de 737,6 milhões de contos e crédito concedido na ordem dos 608 milhões), foi revelado que a remuneração dos títulos de participação foi de 18,57 por cento para os títulos emitidos em 86 e de 18,4 por cento para os de 1987, o que corresponde, respectivamente, a 185\$91 e a 184\$00 por unidade.

Herberts adquire Valentine a pensar na Europa

A Herberts adquiriu todo o capital em acções da Valentine, empresa portuguesa de tintas e vernizes, com vista a intensificar as suas actividades no submercado dos vernizes para automóveis. Está nos projectos da Herberts ampliar a capacidade de produção da fábrica portuguesa e proporcionar-lhe uma ampla rede de distribuição.

Alitalia firma acordo com Eva Airways

A Alitalia estabeleceu um acordo com a aerotransportadora Eva Airways, do grupo Evergreen, de Taiwan, com vista a cuidar da formação dos seus pilotos, manutenção de máquinas MD11 e fornecimento do sistema informático Nemis para gestão, além da manutenção das peças sobressalentes. Esta aliança segue-se a outras a nível internacional, nomeadamente as relativas à Air France, Iberia, Usair e acordos bilaterais com o México e o Japão.

Caixa Geral de Depósitos atinge dois biliões

O valor dos depósitos na Caixa Geral de Depósitos ultrapassaram na primeira semana deste mês os dois biliões de contos, sendo 1,5 milhões respeitantes a depósitos a prazo e de poupança. Trata-se da primeira vez que esta cifra se atingiu na banca portuguesa e fica a dever-se essencialmente ao aumento dos depósitos de poupança-reformados e poupança-habitação, que, num ano, aumentaram, respectivamente, 41 e 154 por cento, respectivamente.

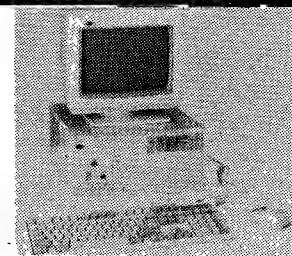


abc — INFORMÁTICA, LDA.

Rua dos Sapateiros, 160-2.º • 1000 LISBOA
Telefs. 32 50 70 - 34 59 40 — Telex ABCINF 13348 P — Fax 346 22 40

CAMPANHA DE VERÃO

ABC 8088 — 10/12 MHz

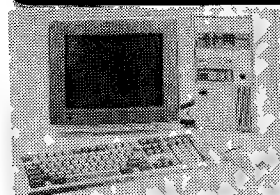


ABC 8088

- Compatível PC XT
- CPU 8088-1 (CPU V20)
- 4,77/10 (12) Mhz
- 10 Mhz — 1 Mb RAM 12 Mhz — 640 Kb
- Drives de 5 1/4" ou 3 1/2"
- Portas série e paralelo
- Carta monocromática
- Teclado 102 teclas
- Monitor monocromático
- Mouse

PREÇO: ABC 8088 — 10 Mhz 108 000\$00
— 12 Mhz 112 000\$00
Com HD 20 mono 140 000\$00

ABC 80286 — 12/16 MHz



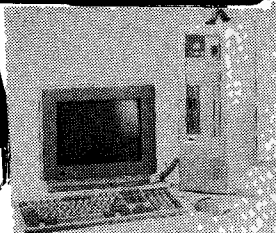
PARA REVENDA
E ENSINO
CONSULTE-NOS

ABC 80286

- Compatível PC AT
- CPU 80286-12/16 Mhz
- 1 Mb RAM
- Drives de 5 1/4" ou 3 1/2" — Alta densidade
- Portas série e paralelo
- Relógio em tempo real/calendário/CMOS W/Bateria
- Carta monocromática (VGA opcional)
- Teclado 102 teclas
- Monitor monocromático
- Mouse

PREÇO: ABC 80286 — 12 Mhz 175 000\$00 *
— 16 Mhz 199 000\$00 *

ABC 80386 — 16/25/33 MHz



ABC 80386

- Compatível PC AT
- CPU INTEL 80386 — 16/25/33 Mhz
- 1 Mb RAM expansíveis até 8 Mb
- Drives de 5 1/4" ou 3 1/2" — Alta densidade
- Portas série e paralelo
- Relógio em tempo real/calendário/CMOS W/Bateria
- Carta monocromática (VGA opcional)
- Teclado 102 teclas
- Monitor monocromático
- Mouse

PREÇO: ABC 80386 — 16 Mhz 265 000\$00 *
— 25 Mhz 365 000\$00 *
— 33 Mhz 610 000\$00 *

* Aos preços indicados serão acrescidos 17% de IVA

UTILIZE O CRÉDITO «abc»



abc

AGENTES:

LISBOA: R. da Assunção, 67 — Telefs. 32 46 64 - 32 72 96
BRAGA: Av. Central, 85-1.º — Telefs. 7 27 98 - 7 43 69
S. JOÃO ESTORIL: Av. Florinda Leal, lote 1-A — 267 07 33
VISEU: Rua Direita, 77 — Telef. 2 76 64
PORTIMÃO: Rua D. Carlos I — Telef. 8 36 53 - 8 56 70
SETUBAL: Largo da Misericórdia, 28 — Telef. 3 14 32

ECONOMIA

Banana: exigida liberalização para proteger consumidor

Sobrecarga de impostos e taxas e privilégios da Madeira prejudicam qualidade e fazem subir preços

A banana escasseia no mercado e a que existe é cara devido a sobrecarga de impostos. A «obrigação» de importar o produto da Madeira é lesiva, no imediato, dos interesses dos consumidores (fraca qualidade) e, no futuro, da própria região autónoma. Estas algumas conclusões do «Livro Branco sobre o Mercado da Banana em Portugal», publicado e divulgado hoje pela Associação Nacional dos Armazenistas, Importadores e Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas (ANAIEF), a qual pede a liberalização das importações como forma de corrigir as distorções do mercado.

Segundo esta associação, o regime de comercialização da banana em Portugal «não só é contrário ao espírito de mercado aberto da CEE, como representa consideráveis prejuízos para o consumidor, através da frequente oferta de frutos de qualidade insatisfatória e de preços de venda dos quais, em média, cerca de 50 por cento correspondem a impostos».

Regime de Importação

O mercado português da banana está condicionado por um pacote legislativo que tem por base o Decreto-Lei 503/85. As licenças de importação, desde a entrada em vigor deste diploma, são atribuídas por concurso público, mediante caução e, desde Dezembro de 86, constitui condição de preferência para a adjudicação o direito de compensação mais elevado.

Por outras palavras, cada concurso é ganho pelo candidato que maior compensação oferecer ao Governo, a qual é definida pela diferença entre o total do custo da banana (preço CIF, mais taxas, mais despesas portuárias e outras) e o «preço de referência», previamente fixado por portaria para cada campanha.

Este preço de referência é



Banana da Madeira no centro de uma polémica

estabelecido com base na média dos preços à produção no ano anterior e destina-se a proteger o escoamento da produção da Madeira, a qual não tem colocação no mercado externo por insuficiente qualidade.

Os valores dos direitos de compensação atingiram em 1988 cerca de 3,3 milhões de contos, em 1989 elevaram-se a 4,2 milhões e até final de Julho deste ano já se situam em 3,6 milhões de contos.

Prémio à não qualidade

Os importadores, segundo o «Livro Branco», são obrigados a vender aos armazenistas pelo preço de referência, quaisquer que sejam os preços CIF e a compensação oferecida e, se se atender às taxas e outros impostos que recaem sobre as mercadorias e actividades comerciais, em média 30 por cento do preço no consumidor reverte a favor do Estado.

Este sistema, acrescenta o documento, para além de ser único na Europa, não está de acordo com as normas da CEE, que preconizam uma taxa

geral de 20 por cento sobre qualquer produto importado, favorece a comercialização de fruta de pior qualidade e a existência de mercado negro.

Do quadro legal vigente resulta a garantia de colocação no mercado nacional de toda a produção de banana madeirense, mesmo quando de qualidade inferior, bem como uma «concorrência desenfreada entre os importadores» que leva ao pagamento de «valores absurdamente elevados» de direitos compensatórios ao Estado, com reflexo na qualidade do produto no consumidor.

A liberalização

Afirma a ANAIEF que «os tempos dos condicionamentos administrativos ao fenómeno económico foram ultrapassados e não constituem, hoje, exemplo para alicerçar qualquer teoria séria de desenvolvimento socio-económico do País».

No caso vertente do mercado da banana, acrescenta a associação, «conclui-se que os sucessivos ordenamentos

legais contribuem para uma distorção dos circuitos económicos, que só a curto prazo produzem efeitos positivos para o sector produtivo, mas a médio e longo prazo acumulam dificuldades perante a irreversível abertura do mercado».

É assim que a ANAIEF defende que, para um abastecimento completo do mercado, com banana de qualidade e a preços competitivos, «é necessário que haja uma total liberalização das quantidades a importar».

Não rejeita, contudo, a necessidade de se proteger a banana da Madeira. Mas avisa: «A protecção à produção da Madeira, nos termos em que tem sido feita até agora, tem de acabar necessariamente em 1996 e grande parte das suas plantações reconvertidas».

Propõem, portanto, que essa protecção se concretize através da abolição das taxas para a fruta vinda daquele território, tornando-a mais competitiva. Contudo, afirma a associação: «Este privilégio não porá em causa a lei da oferta e da procura que rege o mercado livre».

Segundo a ANAIEF, a liberalização do mercado ocasionará melhor qualidade, boas receitas para o Estado, pressão sobre os produtores de banana e autoridades madeirenses para concretizarem o plano de «reestruturação e reconversão da cultura bananeira».

Este plano proporcionará, por seu turno, a curto prazo, a produção e a comercialização de bananas de qualidade compatível com as normas da CEE, o incremento na Madeira de outras produções alternativas e diferenciação de preços no consumidor, de acordo com a qualidade, em oposição à actual situação: frutos de baixa qualidade vendidos ao mesmo preço dos de média e boa qualidade.

Redacção «DL»

COMENTÁRIO

Desafios da modernidade

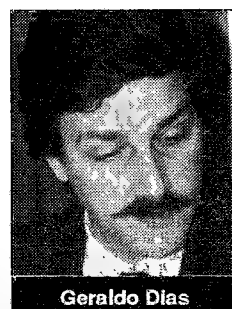
Aquilo que é novo relaciona-se com factos presentes ou futuros sujeitos a um rigor de expectativas/crenças quanto a evoluções gerais e necessidades/preferências quanto às transformações desejadas. A discussão em torno da crescente imaterialização dos processos produtivos evidencia a importância da interpretação, na percepção dos factos sociais. Na expectativa da passagem a uma economia pós-material - sociedade pós-industrial ou economia da informação - o que, para uns, aparece associado a um padrão de bem-estar, não passa, para outros, de uma fraude.

A crescente imaterialização dos processos produtivos é um aspecto relevante da dimensão económica das sociedades centrais e as novas formas de organização do trabalho e uma nova economia do tempo afectam mudanças no papel do trabalho, nas classes sociais (emergência de novas classes médias e serviços e infraclases marginalizadas das oportunidades e «standards» sociais médios), na estrutura do poder (mais transnacional e anónimo e com maior peso de factores culturais e tecnológicos), na produção do poder (a produção de informação codificada possibilita a coordenação no tempo e no espaço da actividade dos actores), nas relações sociais (novas identidades, por exemplo, novos movimentos sociais com suporte das camadas cultas das novas classes médias) e na cartografia internacional (uma nova ordem espacial de fragmentação e localismos).

As novas configurações do espaço resultam da sua polarização, de movimentos contraditórios de desindustrialização/neo-industrialização, de metamorfoses indústria/serviços, de dinâmicas de descentralização/desconcentração das actividades terciárias e industriais. Emergem sistemas produtivos locais e processos de segmentação dos mercados de trabalho e sistemas de emprego, aprofundando descontinuidades que desafiam a capacidade de regulação social, técnica e institucional, de modo a permitir articular dinâmicas locais e movimentos transnacionais.

A economia pós-material atribui ao conhecimento um papel motor no desenvolvimento das sociedades e coloca desafios incontornáveis. O processo de materialização da inteligência produtiva na economia - na indústria e no terciário - questiona a forma social deste processo e dá à inovação social um lugar central na potencialização da mudança. Num plano micro, num quadro em que apesar das novas formas de organização do trabalho apresentarem uma relativa rutura com a organização parcellarizada, o trabalho continua tecnicamente encaixado a tornar relevantes políticas de qualidade técnica e social fundadoras de iniciativa e autonomia e de combate à desqualificação. Num plano macro, a atenção às necessidades de conjunto do sistema social, respostas à desigualdade nas suas velhas e novas formas e à exclusão.

A reestruturação dos sistemas produtivos, os novos relacionamentos entre indústria e serviços e as metamorfoses na sua relação de forças, as mutações qualitativas e quantitativas das profissões e actividades alteram o conceito de trabalho. Trabalhadores da indústria e das actividades terciárias continuam a reproduzir identidades de grupo, em relação com as suas condições de trabalho - carga física/carga mental - e o trabalho segue como conceito-chave, mas assiste-se a alterações importantes. A evolução ao nível educacional, a deslocalização do conflito da fábrica, novos conceitos civilizacionais, novos riscos - a desconcentração no terciário com a informatização/telémática pode provocar a polarização crescente dos poderes e competências - e novas exigências de actividades socialmente significativas. O papel activo do conhecimento no desenvolvimento das sociedades implica a qualificação do capital humano, associado a um processo de inovação individual e social que permita realizar os valores do saber, de todos os saberes.



Geraldo Dias

Madeira: apoio à reconversão agrícola

Embora contrária ao proteccionismo que vigora para a banana da Madeira, a ANAIEF mostra-se consciente de que a alteração da situação exige um «enorme volume de meios» para a reconversão desta cultura. Nesta conformidade, mostra-se disposta a «mobilizar a sua experiência e capacidade tecnológica para apoiar os programas já aprovados nesse sentido e que têm o apoio financeiro da CEE».

Segundo esta associação, a política governamental de protecção ao escoamento para

o Continente de toda a produção de banana da Madeira disparou o aumento da área cultivada e praticamente dobrou a tonelagem do fruto produzido naquela região, «à custa da utilização de terrenos menos próprios para a plantação de bananeiras», o que resulta numa baixa qualidade dos frutos obtidos.

Considera, no seu «Livro Branco», que outras culturas tradicionais da Madeira, nomeadamente a vinha, vêm sendo sacrificadas ao aumento da área do bananal, «numa perspectiva de lucro fácil a

curto prazo». Na verdade, acrescenta, o estabelecimento do Mercado Único Europeu virá a inviabilizar completamente parte significativa da actual produção de banana, seja pela qualidade ou pelos preços. Recorda, por outro lado, que os madeirenses não estão a aproveitar minimamente as verbas comunitárias e do Estado português para a reconversão agrícola da região. De facto, acrescenta, não foi concretizado o programa de «reestruturação e reconversão da cultura bananeira», para o qual a CEE

disponibilizou seis milhões de contos em 1989 e que prevê uma diminuição da área do bananal de 1700 para 1200 hectares.

«Em consequência, continua a sofrer atrasos o início da execução das políticas de fomento da produção da floricultura, das frutas subtropicais e da reconquista da imagem internacional do vinho da Madeira, produtos em que a Região Autónoma pode ser, de facto, competitiva», refere-se no «Livro Branco».

Redacção «DL»



Jogos Olímpicos de 92: um negócio para Espanha



Vista parcial de Barcelona, sede dos Jogos



Barcelona ganha em infra-estruturas desportivas, mas também noutros domínios mais importantes

Um negócio em que estão envolvidos capitais
o fenómeno desportivo para se tornar numa importante
económico regional

Os Jogos Olímpicos já vão em 477 mil

Em 1988 teve início a Olimpíada de Barcelona, que culminará com os Jogos de 1992. Logo à partida o Comité Organizador Olímpico (COOB) teve de decidir quais os critérios de financiamento a adoptar. A opção foi para um modelo misto, com capitais públicos e privados, numa altura em que as despesas previstas ultrapassam os 340 mil milhões de pesetas (cerca de 477 milhões de contos).

O COOB '92 é um consórcio composto pelo Governo Central, pelo Governo Autónimo da Catalunha (Generalitat), pela Câmara Municipal de Barcelona e pelo Comité Olímpico Espanhol. É a ele que cabe toda a organização dos Jogos, tendo que planejar, organizar e gerir esse grande acontecimento desportivo.

Para definir qual o critério de financiamento, o COOB fez uma comparação entre os modelos dos quatro últimos Jogos Olímpicos, tendo os organizadores concluído que não interessava, para os Jogos de 1992, a adopção de um modelo de financiamento fortemente estatizado como o de Moscovo, nem o modelo neoliberal de Los Angeles, onde a iniciativa privada assumiu, no âmbito económico, a maior parte da organização.

O modelo de financiamento foi uma das primeiras coisas a serem decididas, tendo para tal sido necessário uma comparação das

realidades dos Jogos anteriores, sabendo-se, à partida, que o orçamento olímpico depende, em grande parte, do maior ou menor investimento em matéria de infra-estruturas básicas, como as instalações desportivas, vias de circulação urbanas e interurbanas. A análise mostrou que as cidades que tiveram de fazer um grande esforço em matéria de infra-estruturas - Munique e Moscovo -, foram obrigadas ao dobro do volume das despesas de Los Angeles.

Caso único

O caso de Los Angeles é único na história dos Jogos Olímpicos já que, pela primeira vez, houve um benefício económico, graças à fortíssima intervenção do sector privado e a um investimento mínimo em infra-estruturas. As contas apontam para despesas globais de 728,9 milhões de dólares.

Munique e Moscovo tiveram de fazer grandes despesas em infra-estruturas, embora tenham obtido grandes financiamentos, por parte do Estado, bem como um importante suporte deste, nas emissões de séries numismáticas e lotarias. A primeira destas cidades teve despesas de 1608,4 milhões de dólares e a segunda de 1592,2 milhões.

Montreal foi o caso mais problemático, com um nível de despesas elevadíssimo e uma participação excessiva, por parte do Estado (73 por cento), devido ao não funcionamento de outras possíveis participações. As suas despesas estão calculadas em 3076 milhões de dólares.

Perante tal panorama,

Barcelona optou pelo modelo de financiamento misto, estando em jogo capitais públicos, através das organizações oficiais envolvidas, e capitais de empresas privadas que se responsabilizaram por determinadas realizações.

De onde vem o dinheiro

As principais fontes de financiamento, factor comum a todos os Jogos, são as emissões de séries numismáticas, filatélicas e lotarias, que podem funcionar de maneira positiva se tiverem um importante suporte por parte do Estado.

A ajuda do Estado e da administração Pública é outra fonte de financiamento, dependendo muito dos modelos económicos de cada país. De qualquer modo, desempenham um papel importante, nomeadamente na construção das necessárias infra-estruturas.

Os direitos de retransmissão da televisão constituem um elemento recente de financiamento. Com os Jogos Olímpicos de Inverno de Lake Placid, em 1980, a luta feroz entre as diversas cadeias americanas de televisão (CBS, NBC e ABC) deu origem a um incremento espectacular, que pode representar um terço das receitas do Comité Organizador dos Jogos.

A venda de bilhetes é outra fonte de receitas, mas depende muito do bom planeamento na estratégia de vendas.

Também a comercialização e licenciamento dos símbolos olímpicos representam uma parte onde será explorada a comercialização e a cedência de licenças do

Venda de bilhetes é área sensível

Previsões iniciais já tiveram uma redução de 400 mil espectadores

A venda de bilhetes para os Jogos Olímpicos é uma fonte de receita para a organização responsável pelo evento. No entanto, o facto de poder ser ou não uma boa receita depende muito do correcto planeamento e da estratégia de vendas que será adoptada.

O Comité Organizador Olímpico de Barcelona elaborou um plano definitivo para a venda dos bilhetes, que ficou terminado no final de Junho, e que deverá ser apreciado e aprovado, pela comissão permanente do COOB '92, na sua reunião de Julho. Mesmo antes da divulgação oficial do documento, são já conhecidas publicamente algumas das disposições.

Entre as modificações propostas para as previsões iniciais, encontra-se a redução do número de ingressos em cerca de 400 mil, já que os 6,7 milhões anunciados, em primeira versão, ficaram reduzidos para 6,3 ou 6,4 milhões. A causa desta redução é devida, essencialmente, ao facto de algumas entradas servirem para várias sessões, como acontecerá em algumas modalidades desportivas que normalmente são pouco atractivas para os espectadores.

Segundo o plano actual, está prevista a venda pública de um número aproximado de 4,2 milhões de entradas, a partir de Fevereiro de 1991. Por outro lado, os organizadores consideram que haverá 527 sessões desportivas, durante os Jogos.

A fase actual é a da decisão quanto ao número máximo de bilhetes que cada espectador poderá adquirir, para as cerimónias de inauguração e de encerramento, já que o número potencial de espectadores é muito grande e a capacidade do Estádio Olímpico - cenário previsto para estes actos - é de 55

mil pessoas, apesar de haver projectos para ser feita uma ampliação para 70 mil pessoas.

O número mais provável será de quatro entradas por pessoa, que foi o critério utilizado nos Jogos Olímpicos de Seul, cujo Estádio Olímpico tinha capacidade para 100 mil pessoas, enquanto que em Los Angeles o número estava limitado a apenas dois bilhetes por pessoa.

A opinião é de que o COOB '92 terá de decidir sortear as entradas, nos actos em que a procura seja superior à oferta, como serão os casos das cerimónias de abertura e encerramento e algumas sessões de ginástica, atletismo e basquetebol.

A venda das entradas será feita, a partir da data prevista, nas agências do Banesto, banco oficial dos Jogos Olímpicos e, como forma de evitar falsificações, irão circular entradas provisórias que, semanas antes do início dos Jogos, serão trocadas pelas entradas definitivas.

Os organizadores mantêm a decisão quanto às estimativas dos preços de venda dos bilhetes, tendo sido avançados valores de cerca de 25 mil pesetas, para as cerimónias de abertura e encerramento, e outros variando entre as 1600 e as 1800 pesetas para as competições desportivas.

Do total de entradas, cerca de 70 por cento serão destinadas aos espectadores da Catalunha, enquanto o restante será para venda ao público proveniente do resto de Espanha e do estrangeiro. Segundo as previsões do COOB '92, cerca de 400 mil pessoas deverão deslocar-se a Barcelona, atraídas pelos Jogos Olímpicos.

I. B.



Museu da C

ONOMIA

capitais públicos e privados e que ultrapassa importante peça de investimento e desenvolvimento regional e nacional

icos de Barcelona ilhões de contos

do seu fabrico e dos direitos de entrada.

Os «sponsors» e os patrocinadores constituem outra fonte de financiamento, travando-se aqui, tradicionalmente, verdadeiras guerras entre concorrentes, pois as empresas sabem que divulgam a sua imagem à escala mundial. Importantes companhias como a Coca-Cola, a Pepsi, ou Fuji e Kodak, entre muitas outras, travam duras batalhas.

Basicamente, os pilares fundamentais específicos de Barcelona, em matéria de participações, são as seguintes: ao nível dos recursos próprios, a cedência de direitos de retransmissão representa 45 por cento; quanto aos recursos do Estado, a emissão de moedas e lotarias representará 20 por cento.

Cobertura das despesas

O projecto misto de Barcelona é estruturado consoante os organismos implicados, tendo cada um a sua participação muito específica.

A participação do COOB'92, com os seus recursos próprios através dos direitos de retransmissão da televisão, comercialização de símbolos, contratos com «sponsors» e patrocinadores e a venda de bilhetes, irá cobrir a organização dos Jogos, parte das instalações olímpicas e parte das infra-estruturas urbanísticas.

A administração Pública (central, autónoma e local) irá centrar a sua participação, basicamente, nos trabalhos urbanísticos e de infra-estruturas da cidade, assim como em parte das infra-estruturas da Vila Olímpica.

Com esse fim foram constituídas duas organizações, criadas pela Câmara Muni-

pal de Barcelona, sendo sociedades municipais, com capital municipal. Uma delas é a VOSA - Vila Olímpica, SA, que tem o objectivo de construir a zona residencial dos atletas. Esta organização fez um convénio com uma empresa privada de promoção imobiliária com capitais públicos e privados, a NISA.

Trata-se, pois, de uma associação em que a VOSA possui e cede os terrenos e a NISA contribui com os capitais necessários para a construção dos edifícios que vão permitir alojar as delegações, que deverão incluir 15 mil atletas. A NISA cederá ao COOB'92 as instalações durante os Jogos e, quando estes terminarem, a empresa poderá comercializar os apartamentos.

A OMSA - Anel Olímpico, Sa tem como objectivo garantir, tanto ao município como aos diferentes organismos que estão a colaborar, que a construção das obras e instalações projectadas serão feitas dentro dos termos previstos e com os mínimos desvios técnicos e económicos.

A iniciativa privada financiará, principalmente, os projectos relacionados com as instalações privadas que serão utilizadas durante os Jogos, bem como os equipamentos de competição e complementares. Irá, assim, contribuir com parte do capital para as instalações e outra parte para a organização.

Repartição dos custos

O orçamento global das despesas é de 106 721 milhões de pesetas, estando este valor acordado perante o Comité Olímpico Internacional.

Este orçamento contribui com 65,8 por cento para despesas de pessoal e compra de bens e serviços e material tecnológico; 17 por cento destinam-se ao condicionamento das zonas urbanísticas e às despesas de participação dos Comités Olímpicos Internacional e Nacional; os restantes 17 por cento dizem respeito a despesas para melhoria das instalações desportivas.

Os custos directos, em termos de montantes, representam 106 721 milhões de pesetas, por parte do COOB'92; 30 mil milhões por conta da OMSA e 55 mil milhões a cargo da VOSA.

Quanto aos custos indirectos, que dizem respeito aos projectos que têm de ser realizados mas que não são directamente imputáveis à celebração dos Jogos, isto é, as obras de infra-estruturas a cargo do Estado, Governo Autónomo e Câmara Municipal, têm um montante calculado de 150 mil milhões de pesetas. Há, assim, uma estimativa de despesas totais de 341 721 milhões de pesetas.

Presentemente os recursos previstos do COOB'92 estão estruturados em três grandes áreas: próprios, transferências do Estado e a venda, pelo seu valor residual, dos bens adquiridos durante a fase de organização.

No caso de haver um «superavit» as receitas obtidas serão investidas em aspectos sócioeconómicos e no financiamento de parte das despesas de infra-estruturas que a Administração pública assumiu durante a fase de organização dos Jogos.

Isabel Braz



Novas infra-estruturas viárias, modernização de vastas zonas urbanísticas, mais equipamentos turísticos, são algumas das vantagens alcançadas com a realização dos Jogos

Barcelona: primeira vencedora da Olimpíada de 1992

Barcelona é, fundamentalmente, uma cidade cultural, elegante, cheia de inovações, projectos para o futuro. Ao percorrer-se as suas ruas, passa-se por um mundo que vai das muralhas romanas às obras de Picasso e Miró, ou das construções medievais às góticas civis. É o encontro com manifestações barrocas e neoclássicas e com uma arte insólita pela originalidade de formas e decorações. O Modernismo está ali, através dos prestigiados arquitectos Domenech e Muntaner, Puig e Cadalash e, sobretudo, Gaudi, que deram outra dimensão à cidade.

Apesar de estar bem dotada urbanisticamente, a cidade de Barcelona tem, neste momento, a oportunidade histórica de conseguir fazer todo um conjunto de projectos ambiciosos que sempre sonhou e que se tornam indispensáveis para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Cidade escolhida para ser o palco da maior festa do desporto amador, os Jogos Olímpicos, têm uma série de problemas para resolver, não só de obras de infra-estruturas, mas também de planeamento e organização do evento.

Barcelona, a cidade

Com mais de três milhões de habitantes, Barcelona deve o seu crescimento ao grande desenvolvimento industrial que lhe deu importante papel económico. Tornou-se, assim, um centro comercial e industrial preponderante, com uma rápida e intensa evolução no sector dos serviços.

Capital da Catalunha, Barcelona contribuiu para forjar uma história, uma língua e uma cultura próprias. Com uma intensa actividade e um importante património culturais, com grandes nomes envolvidos - como Gaudi, Picasso, Dali, Miró e tantos outros, presentemente luta pela recuperação e preservação da cidade.

Os seus habitantes defrontam-se com a grande preocupação que é a manutenção da cidade, a braços com graves problemas, relacionados com a densidade dos transportes, que origina uma tráfego problemático e uma poluição sonora preocupante. Outra questão premente é a recuperação da paisagem urbana, nomeadamente no que respeita à reabilitação de monumentos, edifícios e bairros. Quem visita Barcelona verifica, presente-

mente, que os Jogos Olímpicos vieram acelerar os projectos e desbloquear os meios para a resolução destes problemas e de outros ligados à implantação de infra-estruturas, como é o caso da construção de novos hotéis, novas instalações do aeroporto, mais acessos rodoviários e a edificação da cidade olímpica.

Barcelona é uma cidade em reconstrução, com obras iniciadas por todos os cantos, evidente que é o objectivo de poder receber as 400 mil pessoas que ali se deslocarão para participar nos Jogos Olímpicos.

Transformação

Para a realização destes Jogos, o Comité Organizador e as restantes entidades a este ligadas desenvolveram um plano destinado a dotar a cidade das infra-estruturas necessárias. Foi, assim, sentida necessidade de proceder à construção das instalações olímpicas e melhorar o sistema das quatro áreas específicas: Montjuïc, Diagonal, Vale D'Hebron e Park de Mar, bem como das infra-estruturas urbanísticas.

A Administração Pública, através dos seus órgãos central, autónomo e local, tem uma grande participação nestas realizações, nomeadamente na construção do novo Palácio dos Desportos, na nova sede do Instituto Nacional de Educação Física, parte das infra-estruturas da Vila Olímpica, melhoramento das redes viárias, remodelação do aeroporto e torre de comunicação, o acesso ao «metro» de Montjuïc, a remodelação do Museu Nacional e a construção de novos hotéis.

A iniciativa privada encarregar-se-á de alguns projectos da Vila Olímpica, nomeadamente na construção de habitações para os desportistas e familiares, assim como a construção do novo Palácio dos Congressos, as remodelações necessárias no porto desportivo e a construção de dois hotéis de luxo.

Para além de toda a movimentação de pessoas, dinheiro e reconhecimento internacional da cidade, Barcelona vai ter uma melhoria na configuração urbanística e viária. Mais vale tarde que nunca, comentam os seus habitantes, apesar de todas as polémicas surgidas com algumas questões, nomeadamente no que diz respeito às prioridades das obras a efectuar.

I.B.



Museu da Catalunha: uma atracção para os Jogos

ECONOMIA

Recursos humanos estão na ordem do dia. Portugal precisa urgentemente de mão-de-obra qualificada e de investir na formação. Em causa estão o futuro, a segurança e a saúde dos trabalhadores da Europa

Mercado Único Europeu incentiva diálogo social

O Mercado Único Europeu não tem sentido sem a consolidação de uma Europa Social. Para isso, é imprescindível levar à prática um diálogo social permanente cujo centro é a segurança e a saúde dos trabalhadores, a sua formação profissional, a sua liberdade de circulação e de associação.

Como salienta na sua comunicação sobre recursos humanos em Portugal na perspectiva do Mercado Único, no âmbito do seminário do CEEP, Centro Europeu da Empresa Pública, realizado na passada semana em Lisboa, João Mendes da Fonseca, coordenador do grupo de Assuntos Sociais da secção portuguesa do CEEP, Portugal debate-se com problemas sérios que vão, entre outros, desde a ausência de mão-de-obra qualificada, ao desemprego e ao fraco investimento na formação, ou seja ao deficiente aproveitamento dos recursos humanos.

«O mercado de trabalho, pela incidência das novas tecnologias em todas as actividades, tem agora elevadas exigências de qualificação. Estas exigências tornam-se uma barreira difícil para Portugal. O panorama do ensino com a limitação dos acessos ao ensino superior e a inadequação das saídas no ensino secundário, bem como os baixos salários e a perspectiva de emigração para

os trabalhadores qualificados, criam uma situação de crise que não poderá ser ultrapassada se não houver «um esforço de qualificação de jovens de forma motivadora e a formação intensiva dos actuais trabalhadores activos».

Considerando que a liberdade de circulação dos trabalhadores na Europa é um bem, Mendes da Fonseca sublinha que as consequências desta medida aconselham «uma acção eficaz e urgente de formação e a criação de condições de trabalho que ponham o país ao abrigo de uma situação de grave carência de recursos humanos».

Os custos da não qualidade são cada vez maiores, por isso, a formação, assumida como investimento e aposta na melhoria da qualidade de

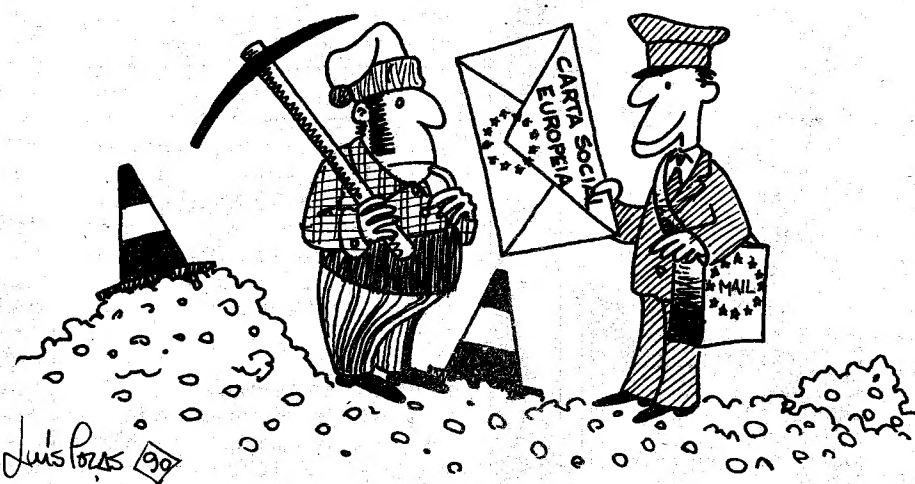
produtos, serviços e ganhos de produtividade, «é a chave da solução de um conjunto de problemas que importa às empresas resolver no período de transição para o mercado totalmente aberto que se espera para 1993».

Faltam investimentos

A atracção do capital estrangeiro é tido como um objectivo prioritário para Portugal numa altura em que muitas empresas são objecto de reconversão criando situações graves de desemprego, tal como aconteceu na vizinha Espanha.

Resta saber se esses investimentos vêm alterar para melhor os baixos custos da mão-de-obra portuguesa no sentido de afastar nos trabalhadores o desejo de emigrar.

CARTA PARA SI.



CEEP.

Toda a gente fala em melhoria da qualidade de vida para os cidadãos, mas no campo da dignidade humana, Portugal e a Europa ainda têm muito que fazer.

Trabalho extraordinário não remunerado, enquadramentos profissionais incompatíveis com as categorias dos trabalhadores, mão-de-obra infantil, trabalho nocturno mal pago, contratos salariais a prazo, despedimentos abusivos, falta de diálogo, são realidades que não cabem numa «Europa dos cidadãos» regida por uma Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais, conhecida por Carta dos Trabalhadores.

Participar na empresa

As experiências de participação dos trabalhadores nas empresas em Portugal não têm sido positivas, segundo a opinião de Mendes da Fonseca.

«Assente em pressupostos de desconfiança por parte de trabalhadores e de empresários, mesmo nas empre-

sas públicas em que há obrigações impostas por lei, as experiências não ultrapassaram as pretensões de mera fiscalização e até controlo dos segundos», sublinha o CEEP.

A reacção dos gestores a esta atitude não se faz esperar, criando obstrução ao diálogo entre as partes, verificando-se na prática que os interesses dos trabalhadores e dos empresários são distintos, embora as experiências na Europa apontem para «uma relação solidária relativamente ao sucesso da empresa».

No caso português e perante o definido pela Carta Social, as empresas, públicas ou privadas, que venham a aceitar o Estatuto da Empresa Europeia são obrigadas a adoptar um dos modelos propostos de participação dos trabalhadores, o que torna a relação de participação na empresa mais eficaz do que está confinado à lei nº46/79, a lei das Comissões de Trabalhadores.

Rui Ferrel e Sousa

Comunidade não se pode transformar num Estado totalitário, substituindo-se às autonomias dos países membros e à respectiva legislação, nem deve esquecer-se dos custos da periferia

Económico ganha ao social na Carta Comunitária

Mais económico e menos social é a tendência expressa pela Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais, conhecida por Carta Social. Este é, aliás, o sentimento que fica da leitura de todos os documentos saídos da Comunidade, na opinião do professor universitário Mário Pinto, convidado do seminário do CEEP, acima referido.

No «Relatório Interserviços da CEE» de 1988, a ideia que presidia era que o social se devia integrar no económico, o qual representava a grande fatia. Não havia equilíbrio entre as duas partes.

Neste momento, com a Carta Social, o que se respira é o «dumping» social, a concorrência desleal entre países desenvolvidos e as periferias.

Para Mário Pinto, a Carta enferma de um vício semelhante aos outros documentos, é um texto «economicista centrado nas questões do trabalho e da concorrência», em que ficam de fora os direitos dos jovens, dos velhos e dos cidadãos que não tenham o carimbo de «trabalhadores».

O que se fez, segundo o professor Mário Pinto, foi «substituir a palavra cidadão pela de trabalhador», significando que na livre circulação de pessoas dentro da Comunidade, as questões sociais são preteridas pelas laborais.

E mesmo estas não são um assunto muito claro. Como afirma Mário Pinto, um trabalhador que seja deslocado para o estrangeiro terá, segundo a Carta Social, o mesmo salário e direitos que os naturais. Só que, nestes casos, nada é referido sobre o facto de Portugal ser um país periférico e ter por isso que pagar os custos dessa posição.

A Comunidade diz que vai «fazer o me-

lhor». Considerando à partida um bom anúncio, não se pode escamotear o «princípio da subsidiariedade» que está implícito nessa intenção. A Comunidade não se poderá substituir às pessoas, às autonomias dos parceiros, ou seja, não se pode transformar numa espécie de Estado totalitário.

As mentalidades

Para Ruiz Sanz, da direcção-geral dos Assuntos Sociais da Comissão da CEE, a legislação não é suficiente para mudar a mentalidade e hábitos das pessoas e não pode ser imposta aos parceiros sociais.

«Tem que haver um equilíbrio entre o legislativo e o convencional. É necessário um diálogo permanente entre as partes antes de tomar as decisões, respeitando as especificidades de cada Estado», diz Ruiz Sanz.

Segundo este comissário, foram já conseguidas vitórias e a comissão acaba de propor para aprovação directivas que levam em conta direitos dos trabalhadores no que respeita a horários de trabalho, contratos a prazo, entre outras medidas que «virão modificar para melhor as relações entre as empresas».

Uma das directivas é a criação de um órgão de consulta para que todos os trabalhadores possam ser informados dos seus direitos em qualquer país da Comunidade.

«O diálogo social e a consulta aos parceiros sociais antes de tomar decisões, são as saídas para esta situação. A Carta é um ponto de partida. Não interessa a livre circulação se não houver condições sociais boas e o respeito pelos direitos dos cidadãos», sublinha Ruiz Sanz.

R.F.S.

BOLETIM DE ASSINATURA

ASSINE O

Diário de Lisboa

NÃO PERCA NENHUMA EDIÇÃO!

Pretendo assinar a partir do dia ____ / ____ / ____ Pelo período de

- ☐ 1 ANO — 18 000\$00
☐ 6 MESES — 9 000\$00
☐ 3 MESES — 4 500\$00
☐ 1 MÊS — 1 500\$00

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Junto envio: ☐ cheque ☐ vale do correio

• Números atrasados: 70\$00 cada • Mudança de endereço: 150\$00 • Por períodos mínimos de 6 meses poderá também assinar o «Diário de Lisboa» uma vez por semana, embora sempre a edição do mesmo dia da semana, sendo, para esse período, o preço de 1 850\$00. • Informação ao assinante: os preços acima indicados levam em conta que o jornal beneficia do porte pago postal no território nacional até 100 gramas, pelo que os encargos postais ali incluídos são apenas os do excesso de peso que todos os dias existe. Se por algum motivo este benefício for retirado, aqueles preços terão de ser imediatamente alterados em conformidade.

Enviar para: DIÁRIO DE LISBOA — Assinaturas
 Rua Luz Soriano, 44 — 1200 LISBOA

ECONOMIA

Gestores e políticos portugueses não sabem o que fazer do país

Assimetrias vão continuar, litoral avança contra o interior, Portugal vai receber o lixo europeu, falsas autonomias contrariam futuro das empresas

Acentuar ou esbater as assimetrias, defender ou não o proteccionismo, privatizar ou reestruturar, nacionalizar ou internacionalizar, fechar ou abrir as empresas ao capital estrangeiro, liberalizar os mercados ou condicioná-los.

Para estas questões as respostas não são totalmente claras. Isso prova-o o seminário realizado, em Lisboa, a passada semana, pelo CEEPS, Centro de Estudos de Economia Pública e Social, subordinado ao tema «A Reestruturação do Sector Empresarial do Estado nas Vésperas do Mercado Único Europeu».

Engenheiros, economistas e gestores não se entendem. De um lado estão os que defendem o «made in Portugal», do outro estão os que preferem «made in Europe». Uma terceira via aponta para um «tanto faz» desde que os serviços e os produtos que circulam no país sejam de qualidade, não sendo por essa razão que Portugal irá perder a sua soberania enquanto Estado.

Todos constatarem que a economia portuguesa é débil, pouco competitiva e que os empresários portugueses não estão preparados para enfrentar, sozinhos, a Europa. Impera ainda o receio de arriscar, o peso da tradição dita as suas leis, anda-se devagar, não se aproveitam todos os mecanismos criados pelo Mercado Único para a criação de

empresas mistas.

Perguntar-se-á se os técnicos, gestores, quadros intermédios e superiores portugueses têm alguma coisa a dever aos estrangeiros. Ninguém responderá pela positiva.

Falsas autonomias

Como disse um dos convidados, Consiglieri Pedroso, administrador do Metropolitano, no painel sobre Telecomunicações e Transportes, os sectores mais dependentes do estrangeiro: «nós devemos estar nos grandes grupos industriais e empresariais. Importa é termos bons meios circulantes que respondam às necessidades e ao bem estar dos utentes. Melhor do que falsas autonomias é preferível constituir joint-ventures».

Para Consiglieri Pedroso «não vale a pena ter uma estratégia para os transportes de Lisboa ou do Porto se não existir uma visão estratégica global para as áreas metropolitanas».

O mesmo acontece face à integração europeia. Existe uma política nacional clara para esta matéria? Há uma visão estratégica e estruturante para fazer face aos desafios do Mercado Único? Sabem os decisores o que é que querem fazer de Portugal?

Estas perguntas feitas por Consiglieri Pedroso surgiram como o colocar de dedos na ferida. Em suma,



Consiglieri Pedroso:
uma visão crua da realidade

quem está no poder e pode decidir, não sabe o que fazer, para além de escrever comunicados ou dar entrevistas.

As assimetrias vão continuar, o litoral avança em detrimento do interior, Lisboa e Porto aumentam o fluxo populacional, a crise social,

agrava-se, com preponderância dos sectores da habitação, saúde, transportes, educação.

A somar a esta situação caótica, surge a medida europeia de abertura das fronteiras. Portugal, se não forem tomadas medidas eficazes de vigilância, vai tornar-se o caixote da Europa. Em vez de melhorar a qualidade de vida, torna-a intragável, contaminada, tóxica.

Como refere Consiglieri Pedroso, não se sabe como se vai conseguir o equilíbrio entre o económico e o ecológico, como se irá combater os impactos ambientais que se avizinhavam.

Símbiose de serviços

Quanto às Telecomunicações, o panorama apresentado por Mendes Madeira, administrador da Telecom, não foi tão pessimista, salientando que em 10 anos os serviços diversificaram-se dez vezes mais e a ruptura tecnológica que se viveu na década passada «banalizou as técnicas tradicionais das organizações de telecomunicações».

Os avanços conseguidos neste sector ficam a dever-se, segundo Mendes Madeira, à simbiose entre os serviços de telecomunicações e de informática, uma conjugação que corresponde a 500 milhões de ecus de investimentos.

Em Portugal, o serviço de tele-

fone aumenta de 20 por cento ao ano enquanto nos parceiros europeus esse aumento é de dois a três por cento. Para aquele engenheiro, é preferível a reestruturação, tirando partido das tecnologias anteriores. Privatizar «só depois de conhecer os estatutos das empresas operadoras e de definir claramente o que cada organização faz».

Para Robalo de Almeida, director do ICP, Instituto das Comunicações de Portugal, a reforma em curso nas telecomunicações «visa dotar o sector de mecanismos necessários que permitam acentuar o seu carácter estruturante no desenvolvimento socio-económico, bem como aproximar Portugal dos padrões comunitários nesta área».

Reformar o acesso à actividade, redefinindo os contratos e títulos de exploração dos actuais operadores de serviços básicos, regular o mercado, nomeadamente as relações entre operadores, clientes e Estado e reorganizar o sector, separando os Correios e as Telecomunicações nos CTT, privatizando os operadores de serviços básicos de Telecomunicações e criando uma empresa de Gestão de Participações do Estado nas Comunicações, são mecanismos essenciais, segundo Robalo de Almeida, para efectivar a reforma deste sector.

Rui Ferreira e Sousa

Telecomunicações e transportes paradigmas do proteccionismo

Abertura de mercados internacionais reduz subsídios estatais e aumenta investimento em bens e serviços

«Os transportes e as telecomunicações são exemplos paradigmáticos de sectores que durante décadas foram encorajados a operar sob uma forte componente proteccionista e assumindo na maioria dos casos monopólios governamentais», disse Ferreira de Lemos, governador da Câmara de Lisboa, presente no referido seminário do CEEPS, enquanto autarca convidado.

Com o correr do tempo, acrescenta Ferreira de Lemos, as empresas destes sectores (aviação, ferroviários, telecomunicações) tornaram-se «autênticas empresas majestáticas, impenetráveis à concorrência e assumindo um posicionamento de produção, descurando por completo a perspectiva dos utilizadores e do mercado».

Para aquele autarca, a situação hoje é diferente, não sendo possível que a ausência ou insuficiência de concorrência continue a penalizar os utilizadores finais quer pelo avolumar de custos e tarifas quer pelo impedimento à introdução de novas tecnologias e novos serviços que constituem verdadeiras necessidades da sociedade.

«A informação, a comunicação e os transportes constituem o elemento básico da economia dos serviços, estão na base do novo crescimento industrial e são o elo de ligação entre a indústria, os serviços e o mercado», salienta Ferreira de Lemos.

Refira-se que a Comissão Europeia publi-

cou o «Livro Verde» sobre a Telecomunicações na Europa, no ano de 1987, em que procurou reduzir ao mínimo o domínio regulamentado e alargar ao máximo os espaços de concorrência, deixando prevalecer as liberdades de acesso à rede, de usar a rede para novos serviços e de ligar terminais à rede.

A arbitragem

No caso dos transportes, a comissão propôs a criação de um mecanismo de arbitragem que encoraja a inovação e a concorrência, reduzindo aos mesmo tempo os riscos de tarifas excessivas.

O Conselho da Europa, reunido recentemente em Dublin, aprovou, face a esta situação, um acordo relativo à abertura ao mercado interno dos sectores dos transportes, telecomunicações, água e energia até agora excluídos e apenas objecto de recomendações por parte da comissão.

A abertura aos mercados internacionais, tal como sublinhou Ferreira de Lemos, «beneficiará a economia dos países e tenderá a reduzir os custos dos principais serviços públicos, o que permitirá obter economias que poderão ser canalizadas para reduções de subsídios estatais e aumento do investimento em bens e serviços».

Segundo um relatório oficial da Comunidade, datado de 1989, as Telecomunicações possuíam um excedente total de mil

milhões de ecus em 1987, mas desde o início dos anos 80 que a situação se alterou, estando a Europa com um défice crescente em relação aos EUA e ao Japão.

Os custos inverteram-se. Enquanto em 1970 o software representava cerca de 20 por cento do custo total da investigação e desenvolvimento e o hardware 80 por cento, em 1990 é o software que representa 80 por cento.

A esquizofrenia

Citando Peter Sutherland, e a terminar a sua comunicação no seminário do CEEPS, Ferreira de Lemos leu uma sugestiva passagem do livro daquele ex-comissário da CEE, «Um de Janeiro de 1993 - O que vai mudar a Europa»:

«O nacionalismo económico dos governos que recusam levantar as barreiras internas custa cerca de sessenta biliões de ecus à indústria europeia. As empresas são obrigadas a renunciar às economias de escala de que beneficiaram com um mercado unificado. Trata-se na verdade, de uma recusa. Por detrás das grandes tiradas líricas dos governos e das declarações de intenção, cada uma mais europeia do que as outras, constatou-se uma clara recusa em adoptar os verdadeiros remédios para tais desperdícios.

E acrescenta Peter Sutherland: «Não se sentia vontade política que permitiria unificar esse mercado, cuja fragmentação se revela tão



Ferreira de Lemos: monopólios nas comunicações são perniciosos

dispendiosa. Cada um procurava apenas proteger mesquinamente o seu próprio mercado interno, sem parecer compreender até que ponto essa última febre nacionalista e esse proteccionismo de retaguarda se revolviam, ao mesmo tempo contra produtores e condenados pela evolução da Europa. Eterna esquizofrenia dos responsáveis políticos que pareciam ainda acreditar que é possível dizer uma coisa e fazer o contrário».

R.F.S

Maior eficácia aduaneira é benéfica para o país

Director-geral das Alfândegas perspectiva actuação futura e aponta alterações em curso

Os procedimentos aduaneiros deverão ser de grande eficácia, «porque, de outro modo, está-se a prejudicar as empresas portuguesas e, porventura, a estimular que as mercadorias sejam desembarcadas noutro país em que haja menos custos e menos burocracia». Palavras de Nuno da Rocha, director-geral das Alfândegas, que traduzem o clima de transformação que se vive no sector.

Os desafios postos pela liberalização da economia mundial e pela liberdade de circulação de pessoas merecem especial atenção a Nuno da Rocha, que participou na sessão anual do Conselho de Cooperação Aduaneira, realizada em Istambul, com a presença de representantes de 107 países.

Foi um encontro dominado pelo debate sobre um vasto programa de formação aduaneira, tendo como destinatários preferenciais as alfândegas dos países de Leste, em fase de integração gradual dos mecanismos do comércio livre. Segundo afirmou, nações líderes do mercado internacional, como os Estados Unidos e o Japão, mostraram estarem disponíveis para afectarem avultados montantes para a formação.

A formação, em Portugal, será um das formas de que se reveste a modernização do sector alfandegário, onde estão em curso medidas que visam a eficácia dos procedimentos, nomeadamente a informatização da contabilidade e da liquidação automática. Para além destes pontos, segundo Nuno da Rocha, há ainda a ter em consideração a criação da caução global do desalfandegamento, a eliminação do título de propriedade, o controlo por amostragem e os horários contínuos.

Um imenso organismo

O sector alfandegário português é, conforme disse o seu director-geral, «um organismo composto por três mil funcionários, quatro alfândegas e 24 estações aduaneiras», com quase 800 anos de existência. A DGA, que em 1989 cobrou na globalidade 738 milhões de contos, o que é cerca de 40 por cento das receitas correntes do Estado, recebeu, de direitos aduaneiros nacionais, mais de 19 milhões de contos, sendo de mais de 17 milhões os da CEE.

Nuno da Rocha, devido ao facto de a maioria das receitas ser proveniente dos impostos internos - IVA, ISP e IA, considera que o organismo que dirige deveria ser designado por Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Internos, tendo lembrado que são as alfândegas que recolhem os elementos que permitem a elaboração das estatísticas de comércio externo, «estando a própria Direcção-Geral em posição de, a curto prazo, poder elaborar essas estatísticas», caso assim seja determinado.

Quanto a países terceiros, o director-geral afirmou que as alfândegas vão funcionar como «um organismo ao serviço da comunidade alargada, na medida em que cobram direitos que constituem recursos próprios», além do IVA e de outros impostos.

Outra informação dada por Nuno da Rocha, para quem a fronteira marítima portuguesa é, para as alfândegas, uma responsabilidade acrescida, no quadro do mercado interno europeu, no combate à fraude fiscal e ao tráfico de droga, é que também será feita a gestão dos contingentes pautais, com a aplicação da pauta aduaneira comum e, sobretudo, «terá de se aplicar todo o direito aduaneiro comunitário que será consubstanciado no Código Aduaneiro» e que terá de ser feito de uma forma idêntica à adoptada pelos países membros da CEE.

A.H.

Alfândegas e operadores coordenam eficiência

Associação Portuguesa de Comércio Internacional considera que a modernização em curso responde às necessidades sentidas

Depois da tempestade, a bonança. Durante muitos anos foram constantes as queixas, do comércio internacional, dos transitários e de outros agentes económicos quanto à ineficiência e emperramento burocrático do sistema alfandegário. Agora, Governo e operadores parecem estar sintonizados, no que respeita às respostas a dar aos desafios impostos pela liberalização da economia mundial e pela liberdade de circulação de pessoas. «Presentemente encontramos-nos numa fase destinada a coordenar e a aumentar a eficiência da máquina económica, com vista a 1993», afirma Rogério Monteiro Nunes, presidente da APCI - Associação Portuguesa de Comércio Internacional.

O sector alfandegário tem de preparar-se e, segundo os dados divulgados, está a fazê-lo, para responder ao impacto do mercado único, sendo urgente, conforme disse Monteiro Nunes, desburocratizar o sistema, o que está a acontecer, de acordo com o que garantiu o director-geral das Alfândegas, Nuno da Rocha. Os operadores internacionais registam, com agrado, o facto de uma mercadoria não ficar mais de 24 horas para ser desalfandegada.

Um dos problemas que as empresas de «trading» queriam ver resolvidas está em fase terminal. Trata-se da legislação referente ao Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) que, em decreto-lei publicado a 19 de Junho último, aponta para a adopção de um sistema excepcional de suspensão de liquidação nos casos de vendas feitas a exportadores nacionais de mercadorias que lhes são entregues e remetidas de imediato para exportação.

No seu articulado o decreto-lei 198/90 define estarem isentas de IVA, com direito à dedução do imposto suportado a montante, as vendas efectuadas a exportadores nacionais de mercadorias que, não lhes sendo entregues, sejam abrangidos por diversas normas estabelecidas. Esta medida, entre outras, vem despenalizar a actividade das



Monteiro Nunes: APCI satisfeita com operacionalidade

empresas de «trading», questão que, de há muito, estas queriam ver resolvidas.

Como dados complementares, será de recordar que as receitas alfandegárias contribuíram para 40 por cento das receitas do Estado, com 730 milhões de contos, dos quais 393 milhões foram provenientes do IVA, 212 milhões dos impostos sobre o petróleo e 50 milhões sobre viaturas automóveis.

Aplicar a lei

Contudo, não deixa de ser necessária a definição de aplicação da lei, para o que foi criado um grupo de trabalho, estando presente a ideia de que a ligação entre a Direcção-Geral de Alfândegas (DGA) e os operadores pode redundar em maior eficiência. Como dado adquirido, segundo o presidente da APCI, é que há, por parte do Governo, uma abertura total na procura das soluções que conduzam à eficiência ne-

cessária.

Mesmo assim não deixam de ficar em suspenso algumas questões, como é o caso de saber em que medida é que a legislação portuguesa poderá ser competitiva, relativamente às de outros países, no que se refere a abolições fiscais, nomeadamente na aplicação de taxas do IVA.

«Estamos em período de transição, no qual o Governo terá de encontrar pontos de equilíbrio entre os interesses de quem produz e de quem comercializa», afirma Monteiro Nunes, para quem é ponto acente que o país tem de ser competitivo e para quem «o aumento da eficiência do todo passa pelo aumento da eficiência das partes».

Evidente é a mudança fundamental da mentalidade da Administração pública, o que «é importante quando o mundo é cada vez mais competitivo», segundo Monteiro Nunes. É um passo

importante para o estabelecimento, de forma positiva para Portugal, da harmonização fiscal da CEE.

Ultrapassar problemas

Os problemas existentes parecem estar a ser ultrapassados, nomeadamente no que se refere à eficiência da máquina pública. Contudo, Monteiro Nunes ressalva haver ainda muito a resolver quanto à utilização dos recursos financeiros nacionais. Uma das questões que desejam ver resolvida, o que deverá estar para breve, é a liberalização das contas em moeda estrangeira.

Por outro lado são precisas soluções para temas importantes como são as contrapartidas das grandes importações, com destaque especial para o petróleo e o carvão. O presidente da APCI lembra que o primeiro destes produtos se encontra em baixa de preços, já que há grande oferta por um mercado em baixa de procura, vivendo-se uma situação inversa à da crise do princípio da década de 70.

É a altura, afirma, de os compradores imporem as suas regras, nomeadamente promoverem o pagamento das matérias-primas entradas com produtos ou serviços, não esquecendo que os exportadores destes bens exigem o pagamento «cash». Mas, para tal, é preciso que o Governo assuma uma decisão política, tendo presente que há falta de capacidade financeira para esse apoio.

O diálogo entabulado pelas instâncias do Poder apontam para que exista uma real vontade de ultrapassar a situação vigente. Para tal contribuem os pedidos de apresentação de propostas concretas, por parte dos agentes económicos interessados, para que possam ser desenvolvidas as contrapartidas para que os recursos financeiros possam ser aproveitados ao máximo para o desenvolvimento do país, objectivo último e máximo de toda a actividade económica, na opinião do presidente da APCI.

Almeida Henriques

PORTAS DE SEGURANÇA SEMES

COM QUATRO METROS LINEARES DE TRANCA (DOIS DE CADA UM DOS LADOS DA PORTA)

Parecendo portas absolutamente normais, as PORTAS SEMES são dotadas da máxima segurança, tanto contra ataques violentos (alavancas, pés-de-cabra, discos de serra, berbequins, etc.), como contra procedimentos mais sofisticados (gazuas, apalpadores ou chaves falsas). O seu sistema de tranca não se resume a um determinado número de pontos, mas sim em algo muito mais eficaz: «QUATRO METROS LINEARES DE TRANCA».

Quando fechar esta porta, poderá ficar seguro de que ninguém a abrirá

Nas portas de segurança os aros e as dobradiças são elementos da maior importância. Por isso desenhamos expressamente para o efeito o perfil de aço com que são fabricados os aros que fornecemos com todas as nossas portas.

Também as dobradiças foram objecto de um cuidadoso estudo da nossa parte e, em vez de utilizarmos dobradiças de aparafusar, construídas em ferro ou material fundido, decidimos equipar todas as nossas portas com dobradiças fabricadas em aço torneado, soldadas aos aros e às portas.

NÃO SOFRA MAIS PELA SEGURANÇA DO SEU LAR

SEMES

SEMES - SISTEMAS ELECTRÓNICOS E METALOMECÂNICOS DE SEGURANÇA, LDA.

Novas instalações: FUNDAÇÃO DE OIRAS - ☎ 443 03 24

